



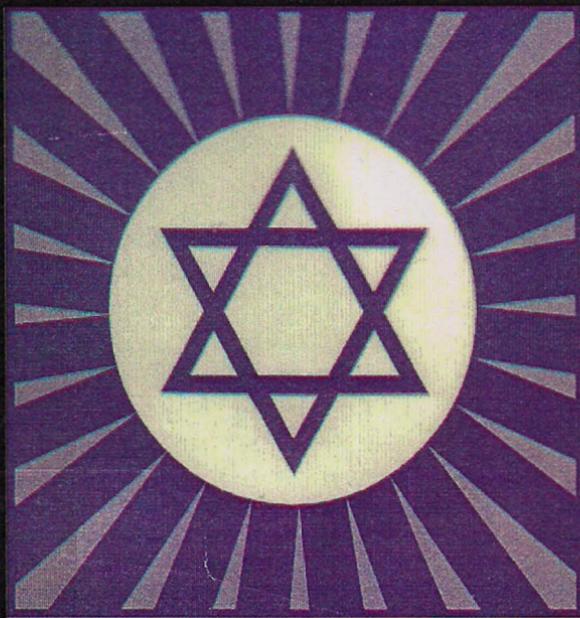
ISRAEL SHAHAK

Prefácios de
Gore Vidal e Edward Said

<<Shahak é um estudioso
de destaque, com uma
análise notável e um
conhecimento profundo.

A sua obra é
informativa e penetrante,
uma contribuição de
grande valor.>>

NOAM CHOMSKY



HISTÓRIA JUDAICA RELIGIÃO JUDAICA

O PESO DE TRÊS MIL ANOS

'[Este é] um livro poderoso que chama os Judeus... a enfrentar alguns aspectos execráveis dos seus próprios heróis religiosos e das tradições... O desafio agitador de Israel Shabak tem uma relevância profunda para as políticas actuais de Israel.'

Tom Harpur, *The Toronto Star*

'Este é um livro admirável. A sua brevidade só acrescenta ao seu impacto potente. Merece uma leitura ampla, não só entre os Judeus, mas também entre os Cristãos que procuram uma compreensão mais completa tanto do Judaísmo histórico como do Israel dos nossos dias.'

Ted Schmidt, *Catholic New Times*

'Israel Shabak conquistou fama em Israel pela sua persistência baseada em princípios e na narração de verdades que muitos Israelitas não gostam de ouvir.

[Este] livro propõe três teorias centrais: [uma] é que a herança do fanatismo Judeu, em particular no domínio das atitudes Judaicas para com os Gentios, é um obstáculo inibidor do desenvolvimento de uma civilização Judaica secular e iluminada.'

Benyamin Beit-Hallahmi, *Ha'aretz*

'A verdadeira prova que os Israelitas e os Judeus da Diáspora enfrentam é a prova da sua auto-crítica, que deve incluir a crítica do passado Judaico. Muito perturbadoramente, Shabak insiste em que a religião, na sua forma clássica e talmúdica, está "a envenenar as mentes e corações". Este ataque controverso a Israel por um Judeu provoca obrigatoriamente o alarme da Judiaria a nível mundial.'

American Library Association Booklist

'Deixem-me recomendar o último livro [de Shabak]... Nele Shabak sujeita toda a história da Ortodoxia... a uma crítica hilariante e escrupulosa.'

Christopher Hitchens, *The Nation*

'[Shabak é] um ótimo estudioso e o mais notável Israelita defensor dos direitos humanos... [este é] um exame brutalmente penetrante da religião e história Judaicas.'

Ian Gilmour, *London Review of Books*

'A observação global da história Judaica feita por Shabak é simultaneamente erudita e legível... O invólucro que contém o núcleo polémico do ensaio, no qual a atitude da religião Judaica para com os não-Judeus é exposta e dissecada... é um desbravar de um trilho, uma peça de dinamite que quebra duplamente tabús?'

Middle East International

'Alguém que queira mudar a comunidade Judaica de forma a que deixe de alinhar com as forças da reacção deve ler este livro.'

Raphael Salkie, *Jewish Socialist*

'Devemos todos ficar gratos que o Dr. Shabak tenha perseverado e dado-nos este trabalho importante. A sua mensagem atinge o coração das relações dos EUA e Israel. Não só os Judeus devem ler História Judaica, Religião Judaica, mas também os Cristãos.'

Grace Halsell, *Middle East Policy*

'O livro de Shabak está entre os poucos que são mais essenciais para aqueles de nós interessados no Médio Oriente.'

Henry Fischer, *The Link*

ISRAEL SHAHAK

Prefácios de
Gore Vidal e Edward Said

História Judaica Religião Judaica

O PESO DE TRÊS MIL ANOS

“Shahak é um estudioso de destaque, com uma análise notável e um conhecimento profundo. A sua obra é informativa e penetrante, uma contribuição de grande valor.”

NOAM CHOMSKY

HISTÓRIA JUDAICA, RELIGIÃO JUDAICA

O peso de três mil anos

de Israel Shahak

Editor: Hugin Editores, Lda.
Apartado 1326 - 1009 Lisboa Codex
Tel.: (01) 813 01 39 - Fax: (01) 814 42 12
Email: hugin@esoterica.pt

Título original: Jewish History, Jewish Religion

Tradução: Artur Craveiro Lopes

Capa: Júlio Sequeira

Composição e maquetagem: Hugin Editores, Lda.

Impressão, montagem e acabamento: Astória - Artes Gráficas

ISBN: 972-8310-49-8

Depósito Legal: 117963/97

Primeira edição: Novembro de 1997

Primeira publicação em 1994 pela Pluto Press
sob o título *Jewish History, Jewish Religion*
Reimpresso com um novo Prefácio em 1997

Os Capítulos 2, 3, 4 e 5 apareceram primeiro no
jornal *Khamsin* e são reproduzidos com autorização

Prefácios registados © 1994 Gore Vidal e © 1996 Edward Said

© 1994, Israel Shahak

© 1997, Hugin Editores, Lda. (direitos para Portugal)

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

ÍNDICE

<i>Prefácio por Gore Vidal</i>	7
<i>Prefácio por Edward Said</i>	10
Capítulo 1 - Uma Utopia Fechada?	15
Definir o Estado Judeu	16
A Ideologia da Terra 'Redimida'	22
Expansionismo Israelita	23
Uma Utopia Fechada?	28
Capítulo 2 - Preconceito e Prevaricação	30
Libertação do Exterior	33
Obstáculos ao Conhecimento	36
Uma História Totalitária	37
Mecanismos de Defesa	39
A Decepção Contínua	41
Capítulo 3 - Ortodoxia e Interpretação	49
Interpretação da Bíblia	53
Estrutura do Talmude	56
As Dispensas	60
Aspectos Sociais das Dispensas	66
Capítulo 4 - O Peso da História	69
Características Principais do Judaísmo Clássico	71
Inglaterra, França e Itália	76
O Mundo Muçulmano	77
Espanha Cristã	79
Polónia	81

Perseguições anti-Judaicas	84
Anti-semitismo Moderno	87
A Resposta Sionista	91
Confrontando o Passado	94
Capítulo 5 - As Leis contra os não-Judeus	97
Assassínio e Genocídio	97
Carta do soldado Moshe ao Rabino Shim'on Weiser	99
Resposta do Rabino Shim'on Weiser a Moshe	100
Resposta de Moshe ao Rabino Shim'on Weiser	101
Salvação da Vida	103
Profanação do Sabbath para Salvação da Vida	105
Crimes Sexuais	110
Estatuto	111
Dinheiro e Propriedade	112
Gentios na Terra de Israel	114
Insulto	116
Atitudes para com o Cristianismo e o Islão	122
Capítulo 6 - Consequências Políticas	125
<i>Notas e Referências</i>	<i>131</i>

Prefácio

por *Gore Vidal*

Algures durante o final da década de cinquenta, esse bisbilhoteiro a nível mundial e historiador ocasional, John F. Kennedy, disse-me como, em 1948, Harry S. Truman tinha sido praticamente abandonado por todos quando se candidatou à presidência. Então um Sionista Norte-Americano trouxe-lhe ao seu comboio de propaganda eleitoral dois milhões de dólares em dinheiro, numa mala. 'Foi por isto que o processo do nosso reconhecimento de Israel foi passado tão rapidamente.' Como nem Jack nem eu éramos anti-semitas (ao contrário do seu pai e do meu avô) encarámos isto como sendo mais uma história engraçada sobre Truman e a corrupção serena da política Norte-Americana.

Infelizmente, o apressado reconhecimento de Israel como um estado resultou em quarenta e cinco anos de confusão assassina, e na destruição do que os companheiros de viagem Sionistas pensavam vir a ser um estado pluralista — o lar da sua população nativa de Muçulmanos, Cristãos e Judeus, bem como um lar futuro para pacíficos imigrantes Judeus da Europa e América do Norte, mesmo aqueles que pretendiam acreditar que o grande senhorio no céu lhes tinha dado, perpetuamente, as terras da Judeia e Samaria. Como muitos dos imigrantes eram bons socialistas na Europa, admitimos que não iríamos autorizar que o novo estado se tornasse numa teocracia, e que os Palestinos nativos pudessem viver com eles como iguais. Isto não estava destinado a acontecer. Não repetirei as guerras e alarmes desta região infeliz. Mas direi que a apressada invenção de Israel envenenou a vida política e intelectual dos EUA, o patrono improvável de Israel.

Improvável, porque nenhuma outra minoria na história Norte-Americana conseguiu desviar tanto dinheiro dos contribuintes Norte-Americanos para investir num 'lar nacional'. É como se o contribuinte Norte-Americano fosse obrigado a apoiar o Papa na sua reconquista dos

Estados Pontifícios simplesmente porque um terço do nosso povo é católico. Tivesse isto sido tentado, teria havido um grande clamor e o Congresso teria dito não. Mas uma minoria religiosa de menos de dois por cento comprou ou intimidou setenta senadores (os dois terços necessários para ultrapassar um improvável veto presidencial) enquanto usufruía do apoio da comunicação social.

De uma certa maneira, confesso que admiro a maneira como o *lobby* israelita tem dirigido o seu negócio para garantir que bilhões de dólares, ano após ano, sejam usados para fazer de Israel um 'baluarte contra o comunismo'. Na verdade, nem a URSS nem o comunismo tiveram alguma vez uma presença muito importante na região. O que a América do Norte conseguiu fazer foi virar o em tempos amigável mundo Árabe contra nós. Entretanto, a desinformação sobre o que se passa no Médio Oriente tornou-se ainda maior e a vítima principal destas mentiras vistosas — para além do contribuinte Norte-Americano — é a Judiaria Norte-Americana, que é constantemente coagida por terroristas profissionais tais como Begin e Shamir. Pior, com algumas poucas exceções honrosas, os intelectuais Judeus Norte-Americanos abandonaram o liberalismo por uma série de alianças dementes com a direita Cristã (anti-semita) e com o complexo Pentágono-industrial. Em 1985, um deles escreveu jovialmente que quando os Judeus chegaram à cena Norte-Americana 'acharam a opinião liberal e os políticos liberais mais cordiais nas suas atitudes, mais sensíveis às preocupações Judaicas' mas agora é no interesse Judeu aliar-se com os fundamentalistas Protestantes porque, afinal, 'existirá algum interesse em os Judeus manterem-se, dogmaticamente, hipocritamente, ligados às suas opiniões do passado?' Nesta altura a esquerda Norte-Americana dividiu-se e aqueles de nós que criticaram os nossos aliados de outrora pelo oportunismo mal informado, foram prontamente recompensados com o epíteto ritual de 'anti-semita' ou 'Judeu que se odeia a si mesmo'.

Felizmente a voz da razão está viva e bem, e em Israel, de todos os lugares. A partir de Jerusalém, Israel Shahak nunca cessa de analisar não só a penosa política de Israel hoje mas o próprio Talmude, e o efeito de toda a tradição rabínica num pequeno estado que o rabinado da direita tenciona tornar numa teocracia só para Judeus. Tenho lido Shahak durante anos. Tem um olhar satírico para as confusões encontradas em qualquer religião que tente racionalizar o irracional. Tem o olhar agudo de um estudioso para as contradições textuais. É uma alegria lê-lo sobre o odiador de Gentios, o Dr. Maimonides.

É desnecessário dizer que as autoridades de Israel deploram Shahak. Mas não há muito a fazer com um professor de química reformado que nasceu em Varsóvia em 1933 e passou a infância no campo de concentração de Belsen. Em 1945, veio para Israel; cumpriu o serviço militar Israelita; não se tornou um Marxista nos anos em que tal era moda. Era — e ainda é — um humanista que detesta o imperialismo seja no nome do Deus de Abraão ou no de George Bush. Opõe-se também com grande humor e sabedoria à tendência totalitária no Judaísmo. Tal como o muito sabedor Thomas Payne, Shahak ilustra as perspectivas que nos esperam, bem como a grande história atrás de nós, e assim continua a raciocinar, ano após ano. Aqueles que o escutarem ficarão certamente mais sábios e — poderei dizê-lo? — melhores. É o mais recente, se não o último, dos grandes profetas.

Prefácio

por *Edward Said*

O Professor Israel Shahak, professor jubilado de química orgânica na Universidade Hebraica de Jerusalém, é um dos indivíduos mais notáveis no Médio Oriente contemporâneo. Conheci-o primeiro e iniciei uma correspondência regular há quase vinte e cinco anos, no rescaldo primeiro de 1967 e depois da guerra de 1973. Nascido na Polónia, e tendo sobrevivido a e depois escapado de um campo de concentração Nazi, veio para a Palestina imediatamente após a Segunda Grande Guerra. Como todos os jovens Israelitas da época, serviu no exército, e durante muitos anos serviu na reserva militar nos curtos períodos todos os verões, como é requerido pela lei Israelita. Possuído por um intelecto feroz, implacavelmente inquisitorial e pesquisador, Shahak prosseguiu a sua carreira como professor universitário de destaque e investigador em química orgânica — foi frequentemente considerado pelos alunos como o melhor professor, e foram-lhe atribuídos prémios pelo seu desempenho académico — e ao mesmo tempo começou a ver por si o que o Sionismo e as práticas do estado de Israel provocavam em sofrimento e privação não só para os Palestinos da Margem Ocidental e Gaza, mas também para o povo não-Judeu (isto é, a minoria Palestina) que não fugiu com a expulsão de 1948, ficou, tornando-se assim cidadãos Israelitas. Isso conduziu-o então a um inquérito sistemático sobre a natureza do estado Israelita, a sua história, discursos ideológicos e políticos que, descobriu rapidamente, eram desconhecidos de quase todos os não-Israelitas, em particular os Judeus da Diáspora para os quais Israel era um estado maravilhoso, democrático e miraculoso que merecia apoio e defesa incondicionais.

Então restabeleceu e foi durante vários anos o Presidente da Liga Israelita de Direitos Humanos, um grupo relativamente pequeno de pessoas de pensamento similar cuja ideia era que os direitos humanos deviam ser iguais para todos, não apenas para os Judeus. Foi neste contexto específico que tomei conhecimento do seu trabalho. A coisa que imediatamente distinguiu as posições políticas de Shahak das da maioria das outras pombas Judaicas Israelitas e não-Israelitas, foi que só ele apresentou a verdade nua e crua, sem considerar se tal verdade, se afirmada simplesmente, podia não ser 'boa' para os Israelitas ou os Judeus. Era profundamente, direi mesmo agressiva e radicalmente, não-racista e anti-racista nos seus escritos e

declarações públicas; só existia um padrão, e apenas um padrão, para infracções aos direitos humanos; pelo que não importava se a maior parte das vezes *Judeus Israelitas* agrediam *Palestinos*, dado que, como um intelectual, *tinha* de testemunhar contra essas agressões. Não é exagero dizer que aderii tão rigorosamente a essa posição que tornou-se rapidamente um homem extremamente impopular em Israel. Recordo-me que há cerca de quinze anos foi declarado morto, embora estivesse obviamente bem vivo; o *Washington Post* relatou a sua ‘morte’ numa história que, depois de Shahak ter visitado em pessoa o *Post* para provar que não estava ‘morto’ como alegremente contou aos amigos, não teve qualquer efeito no *Post* que nunca publicou qualquer correcção! Assim para algumas pessoas ainda está ‘morto’, um desejo fantasioso que revela quão infortáveis faz sentir os ‘amigos de Israel’.

Deve ser também dito que a forma de Shahak dizer a verdade tem sido sempre rigorosa e sem compromissos. Não existe nada de sedutor nela, nenhuma tentativa de tentar apresentá-la ‘simpaticamente’, não é feito qualquer esforço para tornar palatável a verdade, ou explicável de qualquer modo. Para Shahak matar é homicídio e homicídio é matar; a sua maneira é repetir, chocar, agitar os preguiçosos ou indiferentes numa consciência galvanizada da dor humana de que podem ser responsáveis. Por vezes Shahak tem aborrecido e irritado pessoas, mas isso é parte da sua personalidade e, deve ser dito, do seu sentido de missão. Em conjunto com o falecido Professor Yeoshua Leibowitch, um homem que muito admirava e com que trabalhava frequentemente, Shahak patrocinou a frase ‘*Judeu-Nazi*’ para caracterizar os métodos usados pelos *Israelitas* para submeter e reprimir os *Palestinos*. Todavia nunca disse ou escreveu algo que não descobrisse por si próprio, visse com os seus olhos, experimentasse directamente. A diferença entre ele e a maior parte dos outros *Israelitas* é que ele estabeleceu as ligações entre Sionismo, Judaísmo, e as práticas repressivas contra os ‘*não-Judeus*’: e claro que tirou as suas conclusões.

Uma grande parte do que escreve tem tido a função de expor a propaganda e as mentiras como aquilo que são. Israel é único no mundo quanto à desculpabilização feita em seu benefício: os jornalistas ou não vêem ou não escrevem o que sabem ser verdade com medo de uma lista negra ou de retaliações; personagens políticas, culturais e intelectuais, em particular na Europa e nos EUA, destacam-se para louvaminhar Israel e aspergi-lo com a generosidade das nações da terra, mesmo que muitos

tenham conhecimento das injustiças do país. Nada dizem sobre essas. O resultado é uma cortina de fumo ideológica que mais que qualquer outro indivíduo Shahak tem trabalhado para dissipar. Uma vítima e sobrevivente do Holocausto, conhece o significado do anti-semitismo. Todavia ao contrário de muitos outros não permite que os horrores do Holocausto manipulem a verdade do que em nome do povo Judeu Israel fez aos Palestinos. Para ele, o sofrimento não é propriedade exclusiva de um grupo de vítimas; em vez disso deve ser, mas raramente é, a base para humanizar as vítimas, obrigando-as a *não* causarem sofrimento do tipo que sofreram. Shahak advertiu os seus compatriotas para não esquecerem que uma história ultrajante de anti-semitismo sofrido não lhes permite fazer o que desejam, só por terem sofrido. Não admira que tenha sido tão impopular, dado que ao dizer tais coisas, Shahak tem minado moralmente as leis de Israel e as práticas políticas dirigidas aos Palestinos.

Shahak vai ainda mais longe. É um secularista absoluto e sem vacilações quando se refere à história humana. Por isto não quero dizer que seja contra a religião, mas antes que é contra a religião como uma maneira de explicar acontecimentos, justificar políticas irracionais e cruéis, engrandecer um grupo de 'crentes' à custa dos outros. O que também é surpreendente é que Shahak não é, propriamente falando, um homem da esquerda. De várias formas é muito crítico do marxismo, e reivindica a origem dos seus princípios entre os livres-pensadores Europeus, liberais, e intelectuais publicamente corajosos como Voltaire e Orwell. O que torna Shahak ainda mais formidável como apoiante dos direitos Palestinos é que não sucumbe à ideia de que por os Palestinos terem sofrido com Israel devem ser desculpadas as suas loucuras. Muito longe disso, Shahak tem sido sempre muito crítico do desmazelo da OLP, a sua ignorância de Israel, os compromissos decrépitos e o culto da personalidade, a sua falta geral de seriedade. Também falou expressivamente contra a vingança ou mortes de 'honra' contra mulheres palestinas, e tem sido sempre um defensor forte da libertação feminista.

Durante a década de oitenta tornou-se moda para os intelectuais Palestinos e alguns responsáveis da OLP procurarem o 'diálogo' com as pombas Israelitas do Paz Agora, do Partido Trabalhista e do *Meretz*. Shahak era excluído por rotina. Por um lado, era extremamente crítico do campo da paz Israelita pelos seus compromissos, pela sua vergonhosa prática de pressão sobre os Palestinos e não sobre o governo Israelita para mudanças

na política, a sua falta de vontade de se libertar das restrições de ‘proteger’ Israel ao dizer nada de importância crítica aos não-Judeus. Por outro lado, nunca foi um político: simplesmente não acreditava em todas as posturas e circunlóquios em que as pessoas com ambições políticas estão sempre prontas a mergulhar. Lutou pela igualdade, verdade, paz real e diálogo com os Palestinos; as pombas oficiais Israelitas lutaram por acordos que tornassem possível o tipo de paz que Oslo trouxe, e que Shahak foi um dos primeiros a denunciar. Falando como um Palestino, no entanto, senti-me sempre envergonhado que os activistas Palestinos que estavam ansiosos para dialogar em segredo ou em público com o Partido Trabalhista ou o *Meretz*, recusassem qualquer coisa com Shahak. Para eles era muito radical, abertamente muito falador, muito marginal em relação ao poder oficial. Secretamente, penso, que também tinham medo que fosse muito crítico da política Palestina. Tê-lo-ia sido certamente.

Para além do seu exemplo como um intelectual que nunca traiu a sua vocação ou comprometeu a verdade tal como a via, Shahak desempenhou um serviço imenso ao longo dos anos aos seus amigos e apoiantes no estrangeiro. Agindo com a premissa correcta que a imprensa Israelita era paradoxalmente mais verídica e informativa sobre Israel que a comunicação social Árabe ou Ocidental, traduziu laboriosamente, anotou, reproduziu e enviou milhares de artigos da imprensa de língua Hebraica. É impossível sobrestimar este serviço. Para mim, como alguém que falou e escreveu sobre a Palestina, não podia ter feito o que fiz sem os papéis de Shahak e claro o seu exemplo como descobridor da verdade, conhecimento e justiça. É tão simples como isso, e logo tenho para com ele uma dívida gigantesca de gratidão. Fez este trabalho na maior parte à sua custa, bem como no seu tempo pessoal. As notas de rodapé que adicionou e os pequenos intróitos que escreveu para as suas selecções mensais da imprensa foram extremamente valiosos pela sua habilidade na pesquisa, brevidade informativa exacta, e paciência pedagógica sem fim, tudo enquanto, claro, Shahak continuava a sua investigação científica e o ensino, nenhum dos quais tinha algo a ver com as suas anotações e traduções.

De qualquer forma conseguiu arranjar tempo para ser o indivíduo mais erudito que já conheci. O alcance dos seus conhecimentos de música, literatura, sociologia e principalmente história — na Europa, Ásia e em outros lugares — não tem rival na minha experiência. Mas é como um estudioso do Judaísmo que se eleva acima de muitos outros, dado que foi o

Judaísmo que ocupou as suas energias como estudioso e activista político desde o princípio. Há alguns anos começou a intercalar as traduções com Relatórios, que cedo tornaram-se em documentos mensais com milhares de palavras sobre um único tópico — por exemplo, os antecedentes reais rabínicos do assassinio de Rabin, ou porque Israel deve fazer a paz com a Síria (surpreendentemente porque a Síria era o único país Árabe que pode efectivamente causar sérios problemas militares a Israel), e etc. Eram resumos da imprensa muito valiosos, mais análises extremamente cuidadosas, frequentemente muito inspiradas, de tendências correntes e temas, normalmente obnubiladas ou não relatadas pela comunicação social de maior divulgação.

Sempre conheci Shahak como um historiador prodigioso, intelectual brilhante e estudioso matemático e activista político: mas como sugeri anteriormente, cheguei à conclusão que o seu entretenimento central era o estudo do Judaísmo, das tradições rabínicas e Talmúdicas, e do ensino sobre o assunto. Este livro é portanto uma contribuição poderosa para estas coisas. É nada menos que uma história sucinta do Judaísmo ‘clássico’, bem como do mais recente, como o que se aplica à compreensão do moderno Israel. Shahak mostra que as prescrições obscuras, estreitamente patrioteiristas, contra vários Outros indesejáveis são encontradas no Judaísmo (bem como claro outras tradições monoteístas) mas também continua para mostrar a continuidade entre aquelas e o modo como Israel trata os Palestinos, Cristãos e outros não-Judeus. Emerge um retrato devastador de preconceitos, hipocrisia e intolerância religiosa. O que é importante sobre isto é que a descrição de Shahak mostra a mentira não só das ficções sobre a democracia de Israel que abunda na comunicação social Ocidental, mas também acusa implicitamente dirigentes e intelectuais Árabes pela sua visão escandalosamente ignorante daquele estado, em particular quando pontificam ao seu povo que Israel mudou realmente e agora quer a paz com os Palestinos e outros Árabes.

Shahak é um homem muito valente que devia ser honrado pelos seus serviços à humanidade. Mas no mundo de hoje os exemplos de trabalho infatigável, energia moral incansável, e brilhantismo intelectual que estabeleceu, são um embaraço para o *statu quo*, e para todos aqueles para quem a palavra ‘controverso’ significa ‘indesejado’ e ‘enervante’. No entanto, tenho a certeza que aquilo que diz em *História Judaica, Religião Judaica* será também uma fonte de desconforto também para os seus leitores Árabes. Tenho a certeza que ele dirá que está satisfeito.

Capítulo 1

Uma Utopia Fechada?

Escrevo aqui o que penso ser verdade, pois as histórias dos Gregos são numerosas e em minha opinião ridículas.

(Hecateus de Mileto, citado por Heródoto)

Amicus Plato sed magis amica veritas — Platão é um amigo mas a verdade é um amigo maior.

(Paráfrase tradicional de uma passagem da *Ética* de Aristóteles)

Num estado livre cada homem deve poder pensar o que quer e dizer o que pensa.

(Espinosa)

Este livro, embora escrito em Inglês e dirigido às pessoas que vivem fora do Estado de Israel, é, de uma certa maneira, a continuação das minhas actividades políticas como um Judeu Israelita. Estas actividades começaram em 1965-6 com um protesto que causou um escândalo considerável na época: testemunhei pessoalmente um Judeu ultra-religioso recusar-se a autorizar o uso do seu telefone para chamar uma ambulância para um não-Judeu que tinha sofrido um colapso naquele bairro de Jerusalém. Em vez de simplesmente publicar o incidente na imprensa, pedi uma reunião com os membros do Tribunal Rabínico de Jerusalém, que é composto de rabinos nomeados pelo Estado de Israel. Perguntei-lhes se tal comportamento era consistente com a sua interpretação da religião Judaica. Responderam que o Judeu em causa tinha actuado correctamente, na verdade piedosamente, e apoiaram a declaração referindo-me uma passagem de um compêndio com autoridade das leis Talmúdicas, escrito neste século. Relatei o incidente ao principal diário Hebraico, *Ha'arets*, cuja publicação da história causou um escândalo na imprensa.

Os resultados do escândalo foram, para mim, muito negativos. Nem as autoridades rabínicas Israelitas, nem da diáspora, alguma vez alteraram

essa decisão de que um Judeu não devia violar o Sabbath para salvar a vida a um Gentio. Juntaram muito falatório santimonioso para o facto de se a consequência de tal acto pusesse Judeus em perigo, a violação do Sabbath ser permitida, em seu benefício. Pareceu-me aparente, ao recorrer a conhecimentos adquiridos na minha juventude, comecei a estudar as leis talmúdicas que governam as relações entre Judeus e não-Judeus, que nem o Sionismo, incluindo a sua parte aparentemente secular, nem a política Israelita desde a criação do Estado de Israel, nem em particular as políticas dos Judeus apoiantes de Israel na diáspora, podem ser compreendidos sem a influência mais profunda dessas leis, e que a opinião mundial que criaram e expressaram seja levada em conta. A política desenvolvida por Israel depois da Guerra dos Seis Dias, e em particular o carácter de *apartheid* do regime Israelita nos Territórios Ocupados e a atitude da maioria dos Judeus quanto ao tema dos direitos dos Palestinos, mesmo em abstracto, fortaleceram meramente esta convicção.

Ao fazer esta afirmação não estou a tentar ignorar as considerações políticas ou estratégicas que podem também influenciado os dirigentes de Israel. Estou meramente a dizer que a política praticada é uma interacção entre considerações realistas (seja válida ou errada, seja moral ou imoral na minha visão) e influências ideológicas. As últimas tendem a ser mais influentes quanto menos são discutidas e 'arrastadas para a luz'. Qualquer forma de racismo, discriminação e xenofobia torna-se mais potente e politicamente influente se for considerada como certa pela sociedade que a pratica. Isto é particularmente assim se a sua discussão for proibida, quer formalmente quer por acordo tácito. Quando os racismo, discriminação e xenofobia prevalecem entre os Judeus, e são dirigidos contra não-Judeus, sendo alimentados por motivações religiosas, são como o seu caso oposto, o do anti-semitismo e as suas motivações religiosas. Todavia, hoje enquanto o segundo é discutido, a própria existência do primeiro é geralmente ignorada, mais fora de Israel do que dentro.

Definir o Estado Judeu

Sem uma discussão das atitudes Judaicas prevalecentes em relação aos não-Judeus, mesmo o conceito de Israel como 'um estado Judeu', como Israel se define formalmente, não pode ser compreendido. O conceito

errado e amplamente divulgado que Israel, mesmo sem considerar o seu regime nos Territórios Ocupados, é uma verdadeira democracia nasce da recusa em confrontar o significado do termo 'um estado Judeu' para não-Judeus. Na minha opinião, Israel como um estado Judeu constitui um perigo não só para si e os seus habitantes, mas para todos os Judeus e para todos os outros povos e estados no Médio Oriente e mais além. Considero também que os outros estados ou entidades do Médio Oriente que se definem como 'Árabes' ou 'Muçulmanos', no sentido da autodefinição Israelita como 'Judaico', também constituem um perigo. Todavia, enquanto este perigo é discutido amplamente, o perigo inerente ao carácter Judaico do Estado de Israel não o é.

O princípio de Israel como 'um estado Judeu' foi supremamente importante para os políticos Israelitas desde a criação do estado e foi inculcado na população Judaica por todos os meios concebíveis. Quando, no início da década de oitenta, emergiu uma minúscula minoria de Judeus Israelitas que se opunha a este conceito, uma Lei Constitucional (quer dizer, uma lei que ultrapassa as disposições de outras leis, que não pode ser revogada excepto por um procedimento especial) foi aprovada por uma enorme maioria do Knesset. Por esta lei, a nenhum partido, cujo programa se oponha abertamente ao princípio de 'um estado Judaico', ou proponha alterá-lo por meios democráticos, é permitido participar nas eleições para o Knesset. Eu próprio oponho-me fortemente a esse princípio constitucional. A consequência legal para mim é que não posso pertencer, no estado do qual sou um cidadão, a um partido que tenha princípios com que esteja de acordo e que esteja autorizado a participar nas eleições para o Knesset. Mesmo este exemplo mostra que o Estado de Israel não é uma democracia devido à aplicação de uma ideologia Judaica dirigida contra todos os não-Judeus e aqueles Judeus que se opõem a esta ideologia. Mas o perigo que esta ideologia dominante representa não está limitado aos assuntos internos. Também influencia a política externa Israelita. Este perigo continuará a crescer, pelo menos enquanto os dois desenvolvimentos actualmente em funcionamento forem fortalecidos: o incremento do carácter Judaico de Israel e o incremento do seu poder, nomeadamente em poder nuclear. Outro factor preocupante é que a influência Israelita no estamento político Norte-Americano também está a aumentar. Daí que a informação exacta sobre o Judaísmo, e em particular sobre o tratamento de não-Judeus por Israel, seja agora não só importante, mas também politicamente vital.

Deixem-me começar com a definição oficial Israelita do termo 'Judeu', que ilustra a diferença crucial entre Israel como 'um estado Judaico' e a maioria dos outros estados. Por esta definição oficial, Israel 'pertence' a pessoas que são definidas pelas autoridades Israelitas como Judaicas, irrelevantemente do local de residência, e só a elas unicamente. Por outro lado, Israel não 'pertence' oficialmente aos seus cidadãos não-Judeus, cujo estatuto é considerado como inferior mesmo oficialmente. Isto significa na prática que se membros de uma tribo Peruana se convertessem ao Judaísmo, e assim fossem encarados como Judeus, tinham direito a ser cidadãos Israelitas imediatamente, beneficiando de aproximadamente de 70% da terra da Margem Ocidental (e de 92% da área de Israel propriamente dito), oficialmente designada só para benefício dos Judeus. Todos os não-Judeus, (não apenas todos os Palestinos) estão proibidos de beneficiar dessas terras. (A proibição é aplicável mesmo aos Árabes Israelitas que serviram no exército Israelita e atingiram uma patente elevada.) O caso que envolvia Peruanos convertidos ao Judaísmo na verdade teve lugar há poucos anos. Os recém-criados Judeus foram instalados na Margem Ocidental, perto de Nablus, em terra de que os não-Judeus estão oficialmente excluídos. Todos os governos Israelitas assumiram enormes riscos políticos, incluindo o risco de guerra, para que tais colonatos, compostos exclusivamente de pessoas que são definidas como Judaicas (e não 'Israelitas' como quase toda a comunicação social desonestamente afirma) estejam sujeitos apenas à autoridade 'Judaica'.

Suspeito que os Judeus dos EUA ou da Grã-Bretanha considerariam anti-semitismo se os Cristãos propusessem que os EUA ou a Grã-Bretanha se tornassem 'um estado Cristão', pertencendo apenas a cidadãos oficialmente definidos como 'Cristãos'. A consequência de tal doutrina seria que os Judeus que se convertessem ao Cristianismo tornar-se-iam cidadãos de pleno direito por causa da sua conversão. Deve ser recordado que os benefícios da conversão são bem conhecidos dos Judeus pela sua própria história. Quando os Cristãos e os estados Islâmicos tinham o hábito de discriminar todas as pessoas não pertencentes à religião do estado, incluindo os Judeus, a discriminação dos Judeus era removida imediatamente pela sua conversão. Também um não-Judeu discriminado pelo Estado de Israel deixará de ser tratado como tal no momento em que ele ou ela se converter ao Judaísmo. Isto mostra simplesmente que o mesmo tipo de exclusividade que é encarado pela maioria dos Judeus da diáspora como

anti-semítico, é encarado pela maioria de todos os Judeus como Judaico. A oposição simultânea ao anti-semitismo e ao chauvinismo Judaico é considerado amplamente entre os Judeus como 'ódio a si próprio', um conceito que considero desprovido de senso.

O significado do termo 'Judaico' e os seus afins, incluindo o 'Judaísmo', tornam-se assim no contexto da política Israelita tão importantes como o significado de 'Islâmico' quando usado oficialmente pelo Irão ou 'comunista' quando era utilizado oficialmente pela URSS. Todavia, o significado do termo 'Judaico' como é usado popularmente não é claro, quer em Hebraico quer quando traduzido para outras línguas, e assim o termo tem de ser definido oficialmente.

De acordo com a lei Israelita uma pessoa é considerada 'Judaica' se a mãe, avó, bisavó ou trisavó fossem Judias por religião; ou se a pessoa se convertesse ao Judaísmo de uma maneira satisfatória para as autoridades Israelitas, e na condição de a pessoa não se ter convertido do Judaísmo a outra religião, caso em que Israel deixa de a considerar como 'Judaica'. Das três condições, a primeira representa a definição talmúdica de 'quem é um Judeu', uma definição seguida pela Ortodoxia Judaica. O Talmude e a lei rabínica pós-talmúdica também reconhece a conversão de um não-Judeu ao Judaísmo (bem como a compra de um escravo não-Judeu por um Judeu seguido de um diferente tipo de conversão) como um método de se tornar Judeu, desde que a conversão seja realizada de uma maneira própria por rabinos autorizados. Esta 'maneira própria' implica, para mulheres, a sua inspecção por três rabinos enquanto nua num 'banho de purificação', um ritual que, embora bem conhecido pelos leitores da imprensa Hebraica, não é frequentemente mencionado pela comunicação social Inglesa não obstante o seu interesse indubitável para alguns leitores. Espero que este livro seja o início de um processo que venha a rectificar tal discrepância.

Mas existe outra necessidade urgente para uma definição oficial de quem é e de quem não é 'Judaico'. O Estado de Israel discrimina a favor dos Judeus e contra os não-Judeus em muitos domínios da vida, três dos quais considero como os mais importantes: o direito de residência, o direito ao trabalho e o direito à igualdade perante a lei. A discriminação na residência baseia-se no facto de cerca de 92% da Terra de Israel ser propriedade do estado e ser administrada pela Autoridade da Terra de Israel de acordo com regulamentos elaborados pelo Fundo Nacional Judaico (FNJ), um filiado da Organização Mundial Sionista. Nos seus regulamentos, o FNJ

nega o direito a residir, a abrir um negócio, frequentemente também a trabalhar, a alguém que não seja Judeu, só por não ser Judeu. Ao mesmo tempo, os Judeus não estão proibidos de estabelecer residência ou de abrir um negócio em qualquer sítio de Israel. Se aplicada noutra estado contra os Judeus, tal prática discriminatória seria instantânea e justificadamente rotulada de anti-semitismo e provocaria sem dúvida protestos públicos em massa. Quando aplicada por Israel como parte da sua 'ideologia Judaica', é geralmente ignorada cuidadosamente ou, quando raramente mencionada, desculpada.

A negação do direito ao trabalho significa que os não-Judeus estão proibidos oficialmente de trabalhar na terra administrada pela Autoridade da Terra de Israel de acordo com os regulamentos do FNJ. Sem dúvida que esses regulamentos não são sempre, ou mesmo frequentemente, aplicados obrigatoriamente, mas existem. De vez em quando Israel tenta campanhas obrigatórias levadas a cabo por autoridades estatais, como, por exemplo, quando o Ministério da Agricultura age contra 'a pestilência de deixar que pomares pertencentes a Judeus e situados na Terra Nacional [isto é, terra que pertence ao Estado de Israel] sejam colhidos por trabalhadores Árabes', mesmo se os trabalhadores em causa forem cidadãos de Israel. Israel também proíbe rigorosamente que Judeus instalados na 'Terra Nacional' subarrendem mesmo uma parte da sua terra a Árabes, mesmo por pouco tempo; e aqueles que o fazem são punidos, normalmente com multas muito pesadas. Não existe proibição alguma que iniba os não-Judeus de arrendarem terra a Judeus. Isto significa, no meu caso, que em virtude de ser um Judeu tenho o direito de arrendar um pomar para colher os frutos a outro Judeu, mas não tenho esse direito para um não-Judeu, seja um cidadão de Israel ou um residente estrangeiro.

Os cidadãos de Israel não-Judeus não têm o direito de igualdade perante a lei. Esta discriminação é expressa em muitas leis Israelitas nas quais, presumivelmente com o intuito de evitar embaraços, os termos 'Judaico' e 'não-Judaico' normalmente não são usados explicitamente, como o são na essencial Lei do Retorno. De acordo com essa lei só pessoas reconhecidas oficialmente como 'Judaicas' têm o direito automático de entrada em Israel e de nele se radicarem. Recebem automaticamente um 'certificado de imigração' que lhes concede à chegada 'cidadania em virtude de terem retornado ao lar nacional Judaico', e com o direito a muitos benefícios financeiros, os quais podem variar consoante o país de onde

emigraram. Os Judeus que emigraram dos estados da ex-URSS recebem 'um subsídio de absorção' de mais de vinte mil dólares por família. Todos os Judeus que imigram para Israel nos termos desta lei adquirem imediatamente o direito a votar em eleições e a ser eleito para o Knesset — mesmo se não falarem uma palavra de Hebraico.

Outras leis Israelitas apresentam expressões mais obtusas como 'alguém que pode imigrar de acordo com a Lei do Retorno' e 'alguém que não tenha direito a imigrar de acordo com a Lei do Retorno'. Dependendo da lei em causa, os benefícios são então concedidos à primeira categoria e negados sistematicamente à segunda. A rotina significa que o bilhete de identidade, que toda a gente é obrigada a trazer sempre consigo, é usado para forçar a aplicação diária da discriminação. Os bilhetes de identidade indicam a nacionalidade 'oficial' de uma pessoa, que pode ser 'Judaica', 'Árabe', 'Drusa' ou outra, com a excepção significativa de 'Israelita'. Falharam as tentativas de obrigar o Ministério do Interior a permitir a Israelitas que assim o desejavam ser descritos oficialmente como 'Israelitas' ou mesmo como 'Judeus Israelitas' nos seus bilhetes de identidade. Os que tentaram fazê-lo receberam uma carta do Ministério do Interior afirmando que 'foi decidido não reconhecer uma nacionalidade Israelita'. A carta não especifica quem tomou essa decisão ou quando.

Existem tantas leis e regulamentos em Israel que discriminam em favor das pessoas definidas como aquelas 'que podem imigrar de acordo com a Lei do Retorno' que o sujeito a elas pede tratamento separado. Podemos ver aqui um exemplo, que pode parecer trivial em comparação com as restrições à residência, mas de qualquer maneira é muito importante porquanto revela as intenções reais do legislador Israelita. Os cidadãos Israelitas que deixam o país durante um certo período, mas que são definidos como os que 'podem imigrar de acordo com a Lei do Retorno', têm o direito no seu regresso a benefícios alfandegários generosos, a receber subsídios para a educação liceal dos seus filhos, e a receber ou um subsídio ou um empréstimo a juro baixo para a compra de um apartamento, bem como outros benefícios. Os cidadãos que não podem ser definidos assim, os cidadãos não-Judeus de Israel, não recebem qualquer um desses benefícios. A intenção óbvia de tais medidas discriminatórias é a diminuição do número dos cidadãos não-Judeus de Israel, de forma a fazer de Israel um estado mais 'Judaico'.

A Ideologia da Terra 'Redimida'

Israel também propaga entre os seus cidadãos Judaicos uma ideologia exclusivista da 'Redenção da Terra'. O seu objectivo oficial é minimizar o número de não-Judeus que podem ser englobados por esta ideologia, que é inculcada nas crianças das escolas Judaicas em Israel. São ensinadas que é aplicável a toda a extensão do Estado de Israel ou àquilo que, depois de 1967, é referido por Terra de Israel. De acordo com esta ideologia, a terra que tinha sido 'redimida' era a terra que tinha passado de propriedade não-Judaica para Judaica. A propriedade pode ser ou privada, ou pertencer quer ao FNJ quer ao estado Judaico. A terra que pertence aos não-Judeus é, pelo contrário, considerada como 'não-redimida'. Assim, se um Judeu que tiver cometido o crime mais negro que se possa imaginar comprar um pedaço de terra a um não-Judeu virtuoso, a terra 'não-redimida' torna-se 'redimida' por tal transacção. Todavia, se um não-Judeu virtuoso comprar terra ao pior dos Judeus, a terra anteriormente pura e 'redimida' torna-se 'não-redimida' de novo. A conclusão lógica de tal ideologia é a expulsão, chamada 'transferência', de todos os não-Judeus da área da terra que tem de ser 'redimida'. Logo a Utopia da 'ideologia Judaica' adoptada pelo Estado de Israel é uma terra que seja totalmente 'redimida' e em que nenhuma seja possuída ou trabalhada por não-Judeus. Os dirigentes do movimento sindical Sionista expressaram essa ideia completamente repelente com a maior clareza. Walter Laquer, um Sionista devotado, diz na sua *History of Zionism*¹ como um desses pais espirituais, A. D. Gordon, que faleceu em 1919, 'objectava à violência em princípio e justificava a autodefesa apenas em circunstâncias extremas. Mas ele e os seus amigos queriam que cada árvore e cada arbusto no lar nacional Judaico fossem plantados por mais ninguém que não os pioneiros Judaicos.' Isto significa que queriam que todos os outros se fossem simplesmente embora e deixassem a terra para ser 'redimida' pelos Judeus. Os sucessores de Gordon juntaram mais violência do que ele tencionava, mas o princípio da 'redenção' e as suas consequências permanecem.

Da mesma maneira, o kibbutz, amplamente saudado como uma tentativa para criar a Utopia, era e é uma Utopia exclusivista: mesmo quando composto de ateus, não aceita membros Árabes por princípio e exige que membros potenciais de outras nacionalidades se convertam primeiro ao Judaísmo. Não admira que os rapazes dos *kibbutz* possam ser encarados como o segmento mais militarista da sociedade Judaica Israelita.

É esta ideologia exclusivista, em vez de todas as ‘necessidades de segurança’ alegadas pela propaganda Israelita, que determinam as esbulhos de terras em Israel na década de cinquenta e outra vez em meados da década de sessenta e nos Territórios Ocupados a partir de 1967. Esta ideologia também ditou planos oficiais Israelitas para ‘a Judaização da Galileia’. Este termo curioso significa encorajar Judeus a estabelecerem-se na Galileia atribuindo-lhes benefícios financeiros. (Imagino qual seria a reacção dos Judeus dos EUA se um plano para ‘a Cristianização de Nova Iorque’, ou mesmo só de Brooklin, fosse proposto no seu país.) Mas a Remissão da Terra implica mais que a ‘Judaização’ regional. Em toda a área de Israel o FNJ, vigorosamente apoiado pelas agências estatais Israelitas (em particular a polícia secreta), está a gastar grandes somas de dinheiro público para ‘redimir’ qualquer terra que os não-Judeus estejam dispostos a vender, e a evitar qualquer tentativa de um Judeu vender a sua terra a um não-Judeu pagando-lhe um preço mais alto.

Expansionismo Israelita

O perigo principal que Israel, como ‘um estado Judaico’, coloca ao seu próprio povo, a outros Judeus e aos seus vizinhos, é a sua procura de expansão territorial motivada ideologicamente e a inevitável série de guerras resultantes desse objectivo. Quanto mais Judaica Israel se torna ou, como dizemos em Hebraico, quanto mais ‘regressa ao Judaísmo’ (um processo que está em curso em Israel pelo menos desde 1967), mais a sua política efectiva é conduzida por considerações ideológicas Judaicas e menos pelas racionais. O meu uso do termo ‘racional’ não se refere aqui a uma avaliação moral da política Israelita, ou às necessidades supostas de defesa ou segurança de Israel — ainda menos às supostas necessidades da ‘sobrevivência Israelita’. Refiro-me aqui à política imperial Israelita baseada nos seus interesses presumidos. Quão moralmente má ou politicamente crassa tal política seja, considero a adopção de uma política baseada na ‘ideologia Judaica’, em todas as suas diferentes versões como sendo ainda pior. As defesas ideológicas da política Israelita é normalmente baseada em crenças religiosas Judaicas ou, no caso de Judeus seculares, nos ‘direitos históricos’ dos Judeus, que derivam dessas crenças e retêm o carácter dogmático da fé religiosa.

A minha própria conversão política anterior de admirador de Ben-Gurion a seu oponente dedicado começou exactamente com tal questão. Em 1956, engoli avidamente todas as razões políticas e militares de Ben-Gurion para Israel iniciar a Guerra do Suez, até ele (não obstante ser um ateu, orgulhoso do seu desdém pelos mandamentos da religião Judaica) pronunciar no Knesset, no terceiro dia dessa guerra, que a verdadeira razão dela era 'a restauração do reino de David e Salomão' nas suas fronteiras Bíblicas. Neste ponto do seu discurso, quase todos os membros do Knesset ergueram-se espontaneamente e cantaram o hino nacional Israelita. Que eu saiba, nenhum político Sionista repudiou alguma vez a ideia de Ben-Gurion de que a política de Israel devia ser baseada (dentro dos limites das considerações pragmáticas) na restauração das fronteiras Bíblicas como as fronteiras do estado Judaico. Na verdade, uma análise atenta das grandes estratégias Israelitas e dos princípios reais da política externa, como são expressos em Hebraico, tornam claro que é a 'ideologia Judaica', mais que qualquer outro factor, que determina a política real de Israel. O desprezo pelo Judaísmo como ele realmente é e a 'ideologia Judaica' tornam essa política incompreensível para observadores estrangeiros que geralmente nada sabem sobre o Judaísmo excepto loas rústicas.

Deixem-me dar agora um exemplo mais recente da diferença essencial que existe entre o planeamento imperial Israelita do tipo mais inflacionado mas secular, e os princípios da 'ideologia Judaica'. A última sustenta que a terra que tenha sido alguma vez governada por um governante Judeu nos tempos antigos ou que tenha sido prometida por Deus aos Judeus, quer na Bíblia ou — o que é mais importante politicamente actualmente — segundo uma interpretação rabínica da Bíblia e do Talmude, deve pertencer a Israel dado ser um estado Judaico. Sem dúvida, muitas 'pombas' Judaicas são da opinião que tal conquista deve ser adiada para um tempo em que Israel seja mais forte do que é agora, ou que venha a ser, esperançosamente, 'uma conquista pacífica', quer dizer, que os governantes ou os povos Árabes possam ser 'persuadidos' a ceder a terra em causa em troca por benefícios que o estado Judaico conferir-lhes-ia então.

Estão em circulação um número de versões discrepantes das fronteiras Bíblicas da Terra de Israel, que as autoridades rabínicas interpretam como pertencendo idealmente ao estado Judaico. As de maior alcance incluem as áreas seguintes dentro dessas fronteiras: no sul, todo o Sinai e uma parte do Egipto setentrional até aos arredores do Cairo; no

este, toda a Jordânia e um grande bocado da Arábia Saudita, todo o Kuwait e uma parte do Iraque a sul do Eufrates; no norte, todo o Líbano e toda a Síria juntamente com uma enorme parte da Turquia (até ao lago Van); no oeste, Chipre. É publicado em Israel, frequentemente com subsídios estatais, ou outras formas de apoio, um grande conjunto de pesquisas e duntas discussões baseado nessas fronteiras, incorporado em atlas, livros, artigos e formas mais populares de propaganda. Certamente que o falecido Kahane e os seus partidários, bem como organismos influentes como o Gush Emunim, não só desejam a conquista desses territórios por Israel, mas consideram-na como um acto ordenado por Deus. De facto, figuras religiosas Judaicas importantes encaram a recusa Israelita em levar a cabo tal guerra santa, ou mesmo pior, a devolução do Sinai ao Egipto, como um pecado nacional que foi punido justamente por Deus. Um dos rabinos mais influentes do Gush Emunim, Dov Lior, o rabino dos colonatos Judaicos de Kiryat-Arba e de Hebron, declarou repetidamente que o fracasso Israelita em conquistar o Líbano em 1982-5 foi um castigo divino bem merecido pelo seu pecado em 'dar uma parte da Terra de Israel', nomeadamente o Sinai, ao Egipto.

Embora possa ter escolhido um exemplo confessadamente extremista das fronteiras Bíblicas da Terra de Israel que 'pertencem' ao 'Estado Judaico', essas fronteiras são muito populares nos círculos nacionais-religiosos. Existem versões menos extremistas das fronteiras Bíblicas, por vezes também chamadas 'fronteiras históricas'. Todavia deve ser enfatizado que dentro de Israel e da comunidade dos seus apoiantes da diáspora Judaica, a validade do conceito das fronteiras Bíblicas ou das fronteiras históricas para delinear as fronteiras da terra que pertence aos Judeus por direito não é negada por razões de princípio, excepto pela ínfima minoria que se opõe ao conceito de um estado Judaico. De outra forma, as objecções à concretização de tais fronteiras por meio de uma guerra são puramente pragmáticas. Pode-se proclamar que Israel agora é muito fraco para conquistar toda a terra que 'pertence' aos Judeus, ou que a perda de vidas Judaicas (mas não de vidas Árabes!) provocada por uma guerra de conquista de tal magnitude é mais importante que a conquista da terra, mas no normativo Judaísmo não se pode contestar que 'a Terra de Israel', sejam quais forem as suas fronteiras, não 'pertence' a todos os Judeus. Em Maio de 1993, Ariel Sharon propôs formalmente na Convenção do Likud que Israel devia adoptar o conceito das fronteiras Bíblicas como política oficial.

Na verdade foram levantadas poucas objecções a esta proposta, quer no Likud quer fora dele, e foram todas baseadas em razões pragmáticas. Ninguém chegou a perguntar a Sharon onde eram exactamente as fronteiras Bíblicas que defendia que Israel devia alcançar. Recordemos que entre aqueles que se intitulam Leninistas não há dúvidas de que a história segue os princípios estabelecidos por Marx e Lenine. Não é só a crença em si mesma, não obstante quanto dogmática, mas a recusa em que se possa duvidar dela, evitando discussão aberta, o que cria uma forma de pensamento totalitário. Da sociedade Judaica Israelita e dos Judeus da diáspora que vivem 'vidas Judaicas' e estão organizados em organizações puramente Judaicas logo pode ser dito que têm um forte laivo de totalitarismo nos seus caracteres.

Todavia, uma grande estratégia Israelita, não baseada nos postulados da 'ideologia Judaica', mas baseada em considerações puramente estratégicas ou imperiais também tem sido desenvolvida desde a fundação do estado. Uma descrição lúcida e autoritária dos princípios que regem tal estratégia foi feita pelo General (Reserva) Shlomo Gazit, um antigo comandante dos Serviços de Informação Militares². De acordo com Gazit,

A tarefa principal de Israel não mudou nada [desde a derrocada da URSS] e mantém-se de importância crucial. A situação geográfica de Israel no centro do Médio Oriente Árabe-Muçulmano predestina Israel a ser um guardião da estabilidade em todos os países que o rodeiam. O seu [papel] é proteger os regimes existentes: evitar ou parar os processos de radicalização, e bloquear a expansão do zelotismo fundamentalista religioso. Para este objectivo Israel evitará que ocorram mudanças fora das fronteiras de Israel [as quais] encarará como intoleráveis, ao ponto de se sentir obrigado a usar todo o seu poder militar a favor da sua prevenção ou irradicação.

Por outras palavras, Israel visa impor uma hegemonia sobre os outros estados do Médio Oriente. É desnecessário dizer que, de acordo com Gazit, Israel tem uma preocupação benevolente pela estabilidade dos regimes Árabes. Isabel desempenha um serviço vital para 'os estados industrialmente avançados, todos eles preocupados em garantir a estabilidade no Médio Oriente'. Argumenta que sem Israel os regimes existentes na região teriam

sucumbido há muito e que se mantém em existência apenas devido às ameaças de Israel. Enquanto esta visão possa parecer hipócrita, devemos recordar em tais contextos a máxima de La Rochefoucault que 'a hipocrisia é o imposto que a malvadez paga à virtude'. A Redenção da Terra é uma tentativa de evitar pagar tal imposto.

É desnecessário dizer, também me oponho absolutamente à política não-ideológica que é tão lúcida e correctamente exposta por Gazit. Ao mesmo tempo, reconheço que os perigos das políticas de Ben-Gurion ou Sharon, motivadas pela 'ideologia Judaica', são muito piores que as políticas meramente imperiais, por muito criminosas que possam ser. Os resultados das políticas de outros estados motivados ideologicamente apontam na mesma direcção. A existência de uma importante componente da política Israelita, que é baseada na 'ideologia Judaica' torna a sua análise política imperativa. Esta ideologia é, por sua vez, baseada nas atitudes do Judaísmo histórico para com os não-Judeus, um dos principais temas deste livro. Essas atitudes influenciam necessariamente muitos Judeus, consciente ou inconscientemente. Aqui a nossa tarefa é discutir o Judaísmo histórico em termos reais.

A influência da 'ideologia Judaica' em muitos Judeus será mais forte quanto mais estiver oculta da discussão pública. Tal discussão irá, espera-se, levar pessoas a tomarem a mesma atitude para com o chauvinismo Judaico e o desprezo exibido por tantos Judeus em relação aos não-Judeus (que será documentado mais à frente) como adoptam normalmente contra o anti-semitismo e todas as outras formas de xenofobia, chauvinismo e racismo. Presume-se justamente que só a exposição completa, não só do anti-semitismo, mas também das suas raízes históricas, pode ser a base da luta contra eles. Da mesma maneira, presumo que só a exposição completa do chauvinismo Judaico e do fanatismo religioso podem ser as bases da luta contra esses fenómenos. Isto é particularmente verdade hoje quando, ao contrário da situação prevalecente há cinquenta ou sessenta anos, a influência política do chauvinismo Judaico e do fanatismo religioso é muito maior que a do anti-semitismo. Mas existe ainda outro considerando importante. Acredito fortemente que o anti-semitismo e o chauvinismo Judaico só podem ser combatidos em simultâneo.

Uma Utopia Fechada?

Até tais atitudes serem adoptadas amplamente, o perigo real da política Israelita baseada na ‘ideologia Judaica’ permanece maior que a política baseada em considerações puramente estratégicas. A diferença entre os dois tipos de políticas foi bem expresso por Hugh Trevor-Roper no seu ensaio *Sir Thomas More and Utopia*³ no qual definiu-os como Platónico e Maquiavélico:

Maquiavel pelo menos pediu desculpa pelos métodos que julgava necessários na política. Lamentou a necessidade da força e da fraude e não as chamou por qualquer outro nome. Mas Platão e More santificaram-nas, desde que fossem usadas para sustentar as suas próprias repúblicas Utópicas.

De uma maneira semelhante os verdadeiros crentes nessa Utopia chamada o ‘Estado Judaico’, que irá porfiar para alcançar as ‘fronteiras Bíblicas’, são mais perigosos que os grandes estrategas do tipo de Gazit porque a sua política é santificada ou pelo uso da religião ou, pior ainda, pelo uso de princípios religiosos secularizados que retêm validade absoluta. Ben-Gurion não pretendeu que o restabelecimento do reino de David e Salomão beneficiasse alguém que não o estado Judaico.

Usando os conceitos do Platonismo para analisar a política Israelita baseada na ‘ideologia Judaica’ não deve parecer estranho. Foi observado por diversos estudiosos, o mais importante dos quais foi Moses Hadas, que reivindicou que as fundações do ‘Judaísmo clássico’, isto é, do Judaísmo tal como foi estabelecido pelos sábios talmúdicos, eram baseadas nas influências Platónicas e em particular na imagem de Esparta que aparece em Platão⁴. De acordo com Hadas, uma característica crucial do sistema político Platónico, adoptado pelo Judaísmo tão cedo no período Macabaico (142-63 a. C.), foi ‘que todas as fases da conduta humana sejam submetidas a sanções religiosas que são de facto manipuladas pelo governante’. Não pode haver melhor definição de ‘Judaísmo clássico’ e das maneiras como os rabinos o manipulavam que nesta definição Platónica. Em particular, Hadas sustenta que o Judaísmo adoptou o que ‘o próprio Platão tinha resumido [como] os objectivos do seu programa’, na bem conhecida passagem seguinte:

A coisa principal é que ninguém, homem ou mulher, possa estar alguma vez sem um funcionário acima dele, e que ninguém deve ter o hábito mental de dar qualquer passo, seja por intenção ou por brincadeira, por sua responsabilidade individual. Na paz como na guerra deve viver sempre com os olhos postos no seu superior... Numa palavra, devemos treinar a mente para nem sequer considerar agir como um indivíduo ou saber como fazê-lo. (*Leis*, 942 ab)

Se a palavra 'rabino' substituir 'um funcionário' teremos uma imagem perfeita do Judaísmo clássico. O último ainda influencia profundamente a sociedade Judaica Israelita e determina em larga medida a política Israelita.

Foi a passagem acima citada que foi escolhida por Karl Popper em *The Open Society and Its Enemies* como descrevendo a essência de uma 'sociedade fechada'. O Judaísmo histórico e os seus dois sucessores, Ortodoxia Judaica e Sionismo, são ambos inimigos jurados do conceito da sociedade aberta aplicado a Israel. Um estado Judaico, seja baseado na sua presente ideologia Judaica, ou se se tornar ainda mais Judaico em carácter do que é agora, nos princípios da Ortodoxia Judaica, nunca poderá conter uma sociedade aberta. Existem duas escolhas que a sociedade Judaica Israelita enfrenta. Pode tornar-se um ghetto completamente fechado e aguerrido, uma Esparta Judaica, apoiada pelo trabalho dos hilotas Árabes, mantida pela sua influência no aparelho político dos EUA e pelas ameaças de usar o poder nuclear, ou pode tentar tornar-se numa sociedade aberta. A segunda escolha está dependente de um exame honesto do seu passado Judaico, da confissão de que o chauvinismo e exclusivismo Judaicos existem, e de um exame honesto das atitudes do Judaísmo em relação aos não-Judeus.

Capítulo 2

Preconceito e Prevaricação

A primeira dificuldade ao escrever sobre este assunto é que o termo 'Judeu' tem sido usado durante os últimos 150 anos com dois significados totalmente diferentes. Para compreender isto, imaginemo-nos no ano de 1780. Então o significado universalmente aceite do termo 'Judeu' coincidia basicamente com o que os próprios Judeus entendiam constituir a sua própria identidade. Esta identidade era primariamente religiosa, mas os preceitos da religião governavam os detalhes do comportamento diário em todos os aspectos da vida, tanto social como privada, entre os próprios Judeus bem como nas suas relações com os não-Judeus. Então era literalmente verdade que um Judeu não podia beber um copo de água em casa de um não-Judeu. E as mesmas leis básicas de comportamento para com os não-Judeus eram igualmente válidas do Iémen a Nova Iorque. Seja qual for o termo pelo qual os Judeus de 1780 possam ser descritos — e não quero entrar numa discussão metafísica sobre termos como 'nação' e 'povo'¹ — é claro que todas as comunidades Judaicas desse tempo estavam separadas das sociedades não-Judaicas no meio das quais viviam.

Todavia, tudo isto foi mudado por dois processos paralelos — que começaram na Holanda e Inglaterra, continuaram em França e nos países que seguiram o exemplo da Revolução Francesa, e depois nas monarquias modernas do século XIX: os Judeus ganharam um nível de direitos individuais significativo (em alguns casos igualdade legal completa), e o poder legal da comunidade Judaica sobre os seus membros foi destruído. Deve-se notar que os dois desenvolvimentos foram simultâneos, e que o segundo é ainda mais importante, embora menos conhecido globalmente, que o primeiro.

Desde o tempo do extinto Império Romano, as comunidades Judaicas detinham poderes legais consideráveis sobre os seus membros. Não só os poderes que emanavam da mobilização voluntária da pressão social (por exemplo a recusa em negociar fosse o que fosse com um Judeu excomungado ou mesmo o enterramento do seu cadáver), mas um poder de coerção pura: flagelar, aprisionar, expulsar — tudo isto podia ser infligido

muito legalmente a um Judeu individual pelos tribunais rabínicos por todo o tipo de crimes. Em muitos países — Espanha e a Polónia são exemplos notáveis — até a pena capital podia ser e era aplicada, por vezes usando métodos particularmente cruéis tais como flagelação até à morte. Tudo isto era não só permitido como positivamente encorajado pelas autoridades estatais nos países Cristãos e Muçulmanos, que para além do interesse geral em preservar a ‘lei e ordem’ também tinham em certos casos um interesse financeiro mais directo. Por exemplo, nos arquivos Espanhóis que datam dos séculos XIII e XIV existem registos de muitas ordens detalhadas promulgadas por esses muito devotos reis católicos de Castela e Aragão, instruindo funcionários não menos devotos a cooperar com os rabinos para fazer cumprir a observância do Sabbath pelos Judeus. Porquê? Porque sempre que um Judeu era multado por um tribunal rabínico por violar o Sabbath, os rabinos tinham de entregar nove décimos da multa ao rei — um arranjo muito proveitoso e eficaz. Semelhantemente, podemos citar de uma das *responsa* escrita pouco antes de 1832 pelo famoso Rabino Moshe Sofer de Pressburgo (hoje Bratislava), no que era então o Reino Húngaro autónomo no Império Austríaco, e dirigida a Viena na Áustria, onde já haviam sido concedidos importantes direitos individuais aos Judeus². Lamenta o facto de que desde que a congregação Judaica em Viena tinha perdido os seus poderes para punir os ofensores, ali os Judeus tinham-se relaxado em assuntos de observância religiosa, e acrescenta: ‘Aqui em Pressburgo, quando me dizem que um lojista Judaico ousou abrir a sua loja durante os Feriados Menores, mando imediatamente um polícia prendê-lo.’

Este era o facto social mais importante da existência Judaica antes do advento do estado moderno: a observância das leis religiosas do Judaísmo, bem como a sua inculcação pela educação, eram impostas aos Judeus por coerção física, da qual só podiam escapar pela conversão à religião da maioria, o que nas circunstâncias equivalia a um rompimento social completo e por essa razão impraticável, excepto durante uma crise religiosa³.

No entanto, quando o estado moderno nasceu, a comunidade Judaica perdeu os seus poderes de punir ou intimidar o Judeu individual. Os liames de uma das mais fechadas das ‘sociedades fechadas’, uma das sociedades mais totalitárias em toda a história da humanidade tinham sido quebrados. Este acto de libertação veio *principalmente* do exterior; embora existissem

alguns Judeus que ajudassem do interior, estes eram muito poucos a princípio. Esta forma de libertação iria ter consequências muito graves para o futuro. Tal como no caso da Alemanha (de acordo com a análise magistral de A. J. P. Taylor) foi fácil aliar a causa da reacção com patriotismo, porque na verdade os direitos individuais e a igualdade perante a lei foram trazidos para a Alemanha pelos exércitos da Revolução Francesa e de Napoleão, e alguém podia acoimar a liberdade de 'não-Alemã', exactamente porque acabou por ser muito fácil entre os Judeus, particularmente em Israel, montar um ataque muito eficiente contra todas essas noções e ideais de humanismo e do primado da lei (para não dizer democracia) como algo de 'não-Judaico' ou 'anti-Judaico' — como na verdade são, *num sentido histórico* — e como princípios que podem ser usados no 'interesse Judaico', mas que não têm validade *contra* o 'interesse Judaico', por exemplo quando os Árabes invocam esses mesmos princípios. Isso também conduziu — outra vez tal como na Alemanha e outras nações da *Mitteleuropa* — a uma historiografia enganadora, sentimental e ultra-romântica Judaica da qual todos os factos inconvenientes foram expurgados.

Assim não encontraremos nos escritos volumosos de Hannah Arendt, quer sobre o totalitarismo, quer sobre os Judeus, ou sobre ambos⁴, a menor sugestão sobre como era realmente a sociedade Judaica na Alemanha do século XVIII: queima de livros, perseguição de escritores, disputas sobre os poderes mágicos de amuletos, proibições da educação 'não-Judaica' mais elementar tal como o ensino do Alemão correcto ou mesmo do Alemão escrito no alfabeto latino⁵. Nem podemos encontrar nas numerosas 'histórias Judaicas' de língua Inglesa os factos elementares sobre a atitude do misticismo Judaico (presentemente tão em moda em certos círculos) para com os não-Judeus: que são considerados, literalmente, membros de Satanás, e que os poucos indivíduos não-satânicos dentro deles (isto é, os que se converteram ao Judaísmo) são na realidade 'almas Judaicas' que se perderam quando Satanás violou a Santa Senhora (Shekhinah ou Matronita, um dos componentes femininos do Deus-superior, irmã e mulher do Deus macho mais jovem de acordo com a Cabala) na sua residência celestial. As maiores autoridades, tais como Gershom Scholem, emprestaram a sua autoridade a um sistema de decepções em todas as áreas 'sensíveis', em que as mais populares são as mais desonestas e enganadoras.

Mas as consequências sociais deste processo de liberalização foi que, pela primeira vez desde cerca de 200 d. C.⁶, um Judeu podia ser livre de

fazer o que entendesse, dentro dos limites das leis civis do seu país, sem que tivesse de pagar pela sua liberdade convertendo-se a outra religião. A liberdade para ler e escrever livros em Hebraico não aprovados pelos rabinos (como qualquer livro em Hebraico ou em Yiddish tinha de ser anteriormente), a liberdade de comer comida não-kosher, a liberdade de ignorar os numerosos tabus absurdos que regulavam a vida sexual, mesmo a liberdade de pensar — pois os ‘pensamentos proibidos’ contavam-se entre os pecados mais sérios — todas estas foram concedidas aos Judeus da Europa (e posteriormente aos de outros países) pelos regimes Europeus modernos e mesmo absolutistas, embora os últimos fossem simultaneamente anti-semitas e opressores. Nicolau I da Rússia era um anti-semita evidente e proclamou várias leis contra os Judeus do seu estado. Mas também fortaleceu as forças da ‘lei e ordem’ na Rússia — não só a polícia secreta, mas também a polícia normal e a gendarmaria — com a consequência de se tornar assassinar Judeus por ordem dos seus rabinos, enquanto na Polónia de antes de 1795 isso era muito fácil. A história ‘oficial’ Judaica condena-o pelos *dois* motivos. Por exemplo, no fim da década de 1830 um ‘Santo Rabino’ (Tzadik) numa pequena cidade Judaica da Ucrânia ordenou a morte de um herege atirando-o à água em ebulição dos banhos da cidade, e fontes Judaicas contemporâneas notam com espanto e horror que o suborno ‘já não era eficaz’ e que não só os executantes como o Santo Homem foram punidos severamente. O regime de Metternich da Áustria de antes de 1848 era vincadamente reaccionário e muito pouco amigo dos Judeus, mas não permitia que pessoas, mesmo rabinos Judaicos liberais, fossem envenenados. Durante o ano de 1848, quando o poder do regime foi temporariamente abalado, a primeira coisa que os dirigentes da comunidade Judaica da cidade Galiciana de Lemberg (agora Lvov) fizeram com a sua liberdade recuperada foi envenenar o rabino liberal da cidade, o qual havia sido importado da Alemanha pelo minúsculo grupo Judaico não-Ortodoxo. Uma das suas maiores heresias, a propósito, foi advogar e praticar a cerimónia de Bar Mitzvah, que havia sido inventada recentemente.

Libertação do Exterior

Nos últimos 150 anos, o termo ‘Judeu’ tem assim adquirido um significado duplo, para grande confusão de algumas pessoas bem

intencionadas, em especial nos países Anglófonos, que imaginam que os Judeus que encontram socialmente são 'representativos' dos Judeus 'em geral'. Nos países da Europa Oriental bem como no mundo Árabe, os Judeus foram libertados da tirania da sua própria religião e das suas próprias comunidades *por forças exteriores*, demasiado tarde e em condições muito desfavoráveis para uma mudança social interna genuína. Em muitos casos, e em especial em Israel, o velho conceito de sociedade, a mesma ideologia — particularmente dirigida contra os não-Judeus — e a mesma concepção da história completamente falsa foram preservadas. Isto aplica-se mesmo aos Judeus que aderiram a movimentos 'progressistas' ou esquerdistas. Um exame dos partidos radical, socialista e comunista pode fornecer muitos exemplos de racistas e patrioteiristas Judaicos disfarçados, que aderiram a esses partidos meramente por razões do 'interesse Judaico' e que são, em Israel, a favor da discriminação 'anti-Gentia'. Basta verificar quantos 'socialistas' Judaicos conseguiram escrever sobre os kibbutz sem se darem ao trabalho de mencionar que essa é uma instituição racista da qual os cidadãos de Israel não-Judaicos estão excluídos rigorosamente, para vermos que o fenómeno de que estamos a falar não é de qualquer maneira incomum⁷.

Evitando rótulos baseados na ignorância ou na hipocrisia, podemos assim ver que a palavra 'Judaiaria' e suas afins descrevem *dois grupos sociais diferentes e mesmo contrastantes*, e por causa da política Israelita corrente a continuidade entre ambos está a desaparecer rapidamente. Por um lado existe o significado do totalitarismo tradicional discutido anteriormente; por outro lado existem descendentes de Judeus que interiorizaram o complexo de ideias a que Karl Popper chamou 'a sociedade aberta'. (Existem também alguns, em especial nos EUA, que não interiorizaram essas ideias, mas tentam simular a sua aceitação.)

É importante notar que *todas* as supostamente 'características Judaicas' — pelas quais entendo os traços que os chamados intelectuais vulgares no Ocidente atribuem 'aos Judeus' — são características *modernas*, completamente desconhecidas durante a maioria da história Judaica, e só apareceram quando a comunidade totalitária Judaica começou a perder o seu poder. Não só o humor é muito raro na literatura Hebraica antes do século XIX (e só é encontrado durante pequenos períodos, nos países em que a classe superior Judaica era relativamente livre do jugo rabínico, tal como em Itália entre os séculos XIV e XVII ou a Espanha Muçulmana),

mas também o humor e as anedotas são proibidas rigorosamente pela religião Judaica — excepto, significativamente, anedotas contra outras religiões. A sátira contra rabinos e dirigentes da comunidade nunca foi interiorizada pelo Judaísmo, nem mesmo numa pequena extensão, como acontecia na Cristandade Latina. Não existiam comédias Judaicas, tal como não existiam comédias em Esparta, e por uma razão semelhante⁸. Ou tomemos o amor do conhecimento. Excepto por uma aprendizagem religiosa pura, que estava num estado corrupto e degenerado, os Judeus da Europa (e numa extensão menor também nos países Árabes) estavam dominados, antes de cerca de 1780, por um desprezo e ódio supremos por todo o conhecimento (excepto o misticismo Judaico e o Talmude). Grandes partes do Antigo Testamento, toda a poesia Hebraica não-litúrgica, muitos livros sobre filosofia Judaica não eram lidos e os seus nomes anatematizados frequentemente. O estudo de todas as línguas era rigorosamente proibido, bem como o estudo da matemática e da ciência. A geografia⁹, a história — mesmo a história Judaica — eram completamente desconhecidas. O sentido crítico, que é supostamente tão característico dos Judeus, estava totalmente ausente, e nada era tão proibido, temido e conseqüentemente perseguido como a mais modesta inovação ou a crítica mais inocente.

Era um mundo afundado na superstição, fanatismo e ignorância mais abjectos, um mundo em que o prefácio à primeira obra sobre geografia em Hebraico (publicada em 1803 na Rússia) podia queixar-se de que muitos grandes rabinos negavam a existência do continente Americano e diziam que tal era 'impossível'. Entre esse mundo e o que é frequentemente tomado no Ocidente como 'caracterizador' dos Judeus não existe nada em comum, excepto o nome enganado.

Todavia, um grande número de Judeus dos dias de hoje são nostálgicos desse mundo, o seu paraíso perdido, a sociedade fechada confortável dos quais foram não só libertados como expulsos. Uma grande parte do movimento Sionista pretendeu sempre restaurá-lo — e esta parte conseguiu o primado. Muitos dos motivos que estão por trás da política Israelita, que tanto intrigam os pobres e confundidos 'amigos de Israel' Ocidentais, são perfeitamente explicáveis logo que sejam encarados simplesmente como reacção, reacção no sentido político que esta palavra tem tido nos últimos duzentos anos: um regresso forçado e em muitos aspectos inovador, e conseqüentemente ilusório, à sociedade fechada do passado Judaico.

Obstáculos ao Conhecimento

Historicamente pode ser mostrado que uma sociedade fechada não está interessada numa descrição de si própria, sem dúvida porque qualquer descrição é em parte uma forma de análise crítica e que assim pode encorajar ‘pensamentos proibidos’ críticos. Quanto mais uma sociedade se torna aberta, tanto mais está interessada em reflectir, a princípio descriptivamente e depois criticamente, sobre si mesma, a sua laboração actual bem como o seu passado. Mas o que acontece quando uma facção de intelectuais deseja arrastar uma sociedade, que já está consideravelmente aberta, de regresso à sua condição fechada de totalitarismo anterior? Então os próprios meios do progresso anterior — filosofia, ciência, história e particularmente sociologia — tornaram-se os instrumentos mais eficientes da ‘traição dos intelectuais’. Foram pervertidos de forma a servirem de artifícios de decepção, e neste processo degeneraram.

O Judaísmo clássico¹⁰ tem pouco interesse em descrever-se ou explicar-se aos membros da sua própria comunidade, quer educados (em estudos talmúdicos) ou não¹¹. É significativo que a escrita da história Judaica, mesmo no estilo analítico mais árido, cessou completamente a partir de Flávio Josefo (fim do século I) até ao Renascimento, quando foi revivido durante um breve espaço de tempo na Itália e noutros países onde os Judeus estavam sob forte influência Italiana¹². Os rabinos, caracteristicamente temiam a história Judaica ainda mais que a geral, e o primeiro livro moderno de história publicado em Hebraico (no século XVI) foi intitulado *História dos Reis de França e dos Reis Otomanos*. Foi seguido de algumas histórias que lidavam com as perseguições a que os Judeus tinham sido submetidos. O primeiro livro propriamente sobre história Judaica¹³ (que lidava com os tempos antigos) foi rapidamente proibido e suprimido pelas mais altas autoridades rabínicas, e não reapareceu antes do século XIX. Além disso, as autoridades rabínicas da Europa Oriental decretaram que todos os estudos não-talmúdicos deviam ser proibidos, mesmo quando nada específico fosse encontrado neles que merecesse o anátema, porque estariam anichados no tempo que devia ser empregue preferencialmente ou a estudar o Talmude ou a ganhar dinheiro — o qual devia ser utilizado para subsidiar escolas talmúdicas. Só era deixada uma aberta, nomeadamente o tempo que o Judeu pio era obrigado a passar na sanita. Os estudos sagrados eram proibidos neste sítio impuro, e portanto era permitido ler

história ali, desde que estivesse escrita em Hebraico e fosse completamente secular, o que na prática significava que devia ser dedicada exclusivamente a assuntos não-Judaicos. (Podemos imaginar que os poucos Judeus dessa época que — sem dúvida inspirados por Satanás — desenvolveram um interesse na história dos reis Franceses estariam sempre a queixar-se aos seus vizinhos da obstipação de que sofriam...) Em consequência, há duzentos anos a grande maioria dos Judeus estava totalmente na escuridão não só sobre a existência da América, mas também sobre a história Judaica e o estado contemporâneo da Judiaria; e eram muito felizes por continuar assim.

Uma História Totalitária

No entanto existe uma área em que não eram autorizados a permanecer auto-satisfeitos — a área dos ataques Cristãos contra aquelas passagens do Talmude e da literatura talmúdica que são especificamente anti-Cristãs ou mais geralmente anti-Gentias. É importante notar que este desafio desenvolveu-se tardiamente na história das relações Cristãs-Judaicas — só depois do século XIII. (Antes desse tempo, as autoridades Cristãs atacavam o Judaísmo usando argumentos Bíblicos ou gerais, mas pareciam ser completamente ignorantes do conteúdo do Talmude.) A campanha Cristã contra o Talmude foi aparentemente trazida pela conversão ao Cristianismo de Judeus que eram bem versados no Talmude e que eram em muitos casos atraídos pelo desenvolvimento da filosofia Cristã, com o seu forte carácter Aristoteliano (e assim universal)¹⁴.

Deve ser admitido que no início parecia que o Talmude e a literatura talmúdica — muito à parte do laivo geral anti-Gentio que os perpassa, que será discutido em maior pormenor no Capítulo 5 — continham declarações muito ofensivas e preceitos dirigidos especificamente contra o Cristianismo. Por exemplo, para além de uma série de alegações sexuais blasfemas contra Jesus, o Talmude declara que o seu castigo no inferno é ser imergido em excremento em ebulição — uma declaração que não está exactamente calculado para fazer agradável o Talmude aos olhos dos Cristãos devotos. Ou podemos citar o preceito segundo o qual os Judeus são instruídos a queimar, publicamente se possível, qualquer cópia do Novo Testamento que lhes caia nas mãos. (Isto não só está em vigor, mas é realmente praticado

hoje; assim em 23 de Março de 1980 centenas de cópias do Novo Testamento foram queimadas pública e cerimonialmente em Jerusalém sob os auspícios do Yad Le'akhim, uma organização religiosa Judaica subsidiada pelo Ministério das Religiões Israelita.)

De qualquer maneira, um ataque poderoso, bem fundamentado em muitos pontos, contra o Judaísmo Talmúdico desenvolvido na Europa a partir do século XIII. Não vamos referir aqui calúnias ignorantes, tal como o libelo do sangue, propagado por monges impetuosos em pequenas cidades provinciais, mas a discussões sérias mantidas perante as melhores universidades Europeias da época e que no conjunto eram tão imparciais quanto tal era possível sob circunstâncias medievais¹⁵.

Qual era a resposta Judaica — ou melhor a rabínica? A mais simples era a antiga arma do suborno e puxar cordelinhos. Em muitos países Europeus, durante a maior parte do tempo, tudo podia ser arranjado com um suborno. O *Editio Princeps* do Código completo da Lei Talmúdica, a *Mishneh Torah* de Maimonides — repleta não só de muitos preceitos ofensivos para com todos os Gentios, mas também com ataques explícitos ao Cristianismo e a Jesus (depois de cujo nome o autor junta piedosamente 'Possam os nomes dos malvados perecer') — foi publicado integralmente em Roma no ano de 1480 sob Sixto IV, um papa politicamente muito activo que tinha uma necessidade constante e urgente de dinheiro. (Uns anos antes, a única edição mais antiga do *Asno de Ouro* de Apuleio, do qual um ataque violento ao Cristianismo não tinha sido retirado, foi também publicada em Roma.) Alexandre VI Bórgia também era muito liberal a este respeito.

Mesmo durante esse período, bem como antes dele, existiram sempre países em que durante algum tempo houve uma vaga de perseguições anti-Talmude. Mas um assalto mais consistente e generalizado veio com a Reforma e a Contra-Reforma, que induziram um padrão mais elevado de honestidade intelectual bem como um melhor conhecimento do Hebraico entre os estudiosos Cristãos. A partir do século XVI, toda a literatura talmúdica, incluindo o próprio Talmude, passou a estar sujeito à censura Cristã em vários países. Na Rússia isso durou até 1917. Alguns censores, tal como na Holanda, eram mais permissivos, enquanto outros eram mais severos; e as passagens ofensivas foram removidas ou modificadas.

Todos os estudos modernos sobre o Judaísmo, em especial por Judeus, têm evoluído a partir desse conflito, e até hoje trazem as marcas

inconfundíveis da sua origem: decepção, polémicas laudatórias ou hostis, indiferença ou hostilidade activa à procura da verdade. Quase todos os chamados *estudos Judaicos sobre Judaísmo*, daquela época até hoje, são polémicas contra um inimigo externo em vez de um debate interno.

É importante notar que este foi inicialmente o carácter da historiografia em todas as sociedades conhecidas (excepto a Grécia antiga, cujos historiadores liberais mais antigos foram atacados por sofistas posteriores pelo seu patriotismo insuficiente!). Isto foi verdade com os primeiros historiadores Católicos e Protestantes, que polemizaram entre si. Semelhantemente, as primeiras histórias nacionais Europeias estavam imbuídas do nacionalismo mais primário e desprezo por todas as outras nações vizinhas. Mas mais cedo ou mais tarde existe um tempo em que é feita uma tentativa para compreender o seu adversário nacional ou religioso e ao mesmo tempo criticar alguns aspectos profundos e importantes da história do seu próprio grupo; e esses dois desenvolvimentos acontecem simultaneamente. Só quando a historiografia se torna — como Pieter Geyl descreve tão bem — ‘um debate sem fim’ em vez de uma continuação da guerra por meios historiográficos, só então é que uma historiografia humana, que almeja tanto a exactidão como a imparcialidade, torna-se possível; e transforma-se então num dos instrumentos mais poderosos do humanismo e da auto-educação.

É por esta razão que os modernos regimes totalitários rescrevem a história ou punem os historiadores¹⁶. Quando toda uma sociedade tenta regressar ao totalitarismo, é escrita uma história totalitária, não devido a uma compulsão de cima, mas sob pressão de baixo, que é muito mais eficaz. Isto foi o que aconteceu à história Judaica, e isto constitui o primeiro obstáculo que temos de ultrapassar.

Mecanismos de Defesa

Quais eram os mecanismos detalhados (para além do suborno) empregues pelas comunidades Judaicas, em cooperação com forças exteriores, de forma a afastar o ataque ao Talmude e outra literatura religiosa? Podem ser distinguidos alguns métodos, todos de consequências políticas importantes reflectidas na política Israelita corrente. Embora seja tedioso fornecer em cada caso o paralelo Beginista ou Trabalhista-Sionista, tenho a

certeza de que os leitores que estejam algo familiarizados com os detalhes da política do Médio Oriente poderão por si próprios notar a semelhança.

O primeiro mecanismo que irei discutir é o do *desafio subreptício, combinado com aceitação externa*. Conforme foi explicado anteriormente, as passagens talmúdicas dirigidas contra o Cristianismo ou contra os não-Judeus¹⁷ tiveram de sair ou de ser modificados — a pressão era muito forte. Eis o que foi feito: algumas das passagens mais ofensivas foram retiradas totalmente de todas as edições impressas na Europa depois de meados do século XVI. Em todas as outras passagens, as expressões ‘Gentio’, ‘não-Judeu’, ‘estrangeiro’ (goy, eino yehudi, nokhri) — que aparecem em todos os manuscritos e edições mais antigos bem como as edições publicadas em países Islâmicos — foram substituídas por termos tais como ‘idólatra’, ‘pagão’ ou mesmo ‘Cananeu’ ou ‘Samaritano’, termos que podiam ser explicados facilmente, mas que um leitor Judaico podia reconhecer como eufemismos para as expressões antigas.

À medida que o ataque aumentava, também a defesa tornava-se mais elaborada, por vezes com resultados trágicos duradouros. Durante certos períodos a censura da Rússia Czarista tornava-se mais rigorosa e, vendo os eufemismos supracitados como o que eram, também os proibiam. Sendo assim as autoridades rabínicas substituíram-nos pelos termos ‘Árabe’ ou ‘Muçulmano’ (em Hebraico, *Yishma’eli* — o que significa ambos) ou ocasionalmente ‘Egípcio’, calculando correctamente que as autoridades Czaristas não iriam objectar a esse tipo de insulto. Ao mesmo tempo, listas das *Omissões Talmúdicas* eram circuladas sob a forma manuscrita, que explicavam todos os novos termos e indicavam todas as omissões. Por vezes, uma negação de responsabilidade geral era impressa antes da página do título de cada volume da literatura talmúdica, declarando solenemente, por vezes sob juramento, que todas as expressões hostis nesse volume destinavam-se apenas aos idólatras da antiguidade, ou mesmo contra os há muito desaparecidos Cananeus, em vez de contra ‘os povos em cuja terra vivemos’. Depois da conquista Britânica da Índia, alguns rabinos usaram o subterfúgio de proclamar que qualquer expressão depreciativa particularmente ultrajante era dirigida unicamente contra os Indianos. Ocasionalmente os aborígenes da Austrália foram também usados como bodes expiatórios.

É desnecessário dizer, tudo isto era uma mentira calculada do princípio ao fim; e a seguir ao estabelecimento do Estado de Israel, logo

que os rabinos se sentiram seguros, todas as passagens e expressões ofensivas foram restauradas sem hesitação em todas as novas edições. (Por causa do enorme custo que uma nova edição envolve, uma parte considerável da literatura talmúdica, incluindo o próprio Talmude, é reimpresso a partir de velhas edições. Por essa razão, as supracitadas *Omissões Talmúdicas* foram agora publicadas em Israel numa edição de impressão barata, sob o título de *Hesronot Sbas*.) Agora podemos ler muito livremente — e as crianças Judaicas são ensinadas efectivamente — passagens tais como a que¹⁸ determina que cada Judeu, sempre que passar ao pé de um cemitério, profira uma bênção se o cemitério for Judaico, mas que amaldiçoe as mães dos mortos¹⁹ se for não-Judaico. Nas velhas edições a maldição estava omitida, ou um dos eufemismos substituíu os 'Gentios'. Mas na nova edição do Rabino Adin Steinsalz (completa com explicações Hebraicas e interpretações das partes Aramaicas do texto, de forma a que as crianças das escolas possam não ter dúvidas sobre o que é suposto dizerem) as palavras não ambíguas 'Gentios' e 'estrangeiros' foram restauradas.

Sob pressão externa, os rabinos eliminaram ou modificaram com decepção certas passagens — mas não as práticas reais que são prescritas nelas. É um facto que deve ser recordado, não menos pelos próprios Judeus, que a nossa sociedade totalitária empregou durante séculos usos bárbaros e desumanos para envenenar as mentes dos seus membros, e ainda o está a fazer. (Estes usos desumanos não podem ser explicados facilmente como uma mera reacção ao anti-semitismo ou à perseguição dos Judeus; são barbaridades gratuitas dirigidas contra cada um e todos os seres humanos. Um Judeu piedoso que chegue pela primeira vez à Austrália, por exemplo, e se por acaso passar perto de um cemitério de Aborígenes, tem a obrigação de — como um acto de adoração a 'Deus' — amaldiçoar as mães dos mortos ali enterrados.) Sem enfrentar este facto social real, tornamo-nos todos parte da decepção e cúmplices do processo de envenenamento das gerações presentes e futuras, com todas as consequências desse processo.

A Decepção Continua

Os estudiosos modernos do Judaísmo não só continuaram a decepção, mas conseguiram na verdade melhorar os velhos métodos rabínicos, tanto em impudência como em falsidade. Omitirei aqui as várias

histórias do anti-semitismo, como não merecedoras de uma consideração séria, e darei apenas três exemplos particulares e um exemplo geral das decepções 'estudiosas' mais modernas.

Em 1962, uma parte do Código Maimonédiano supracitado, o chamado Livro do Conhecimento, que contém as regras mais básicas da fé e prática Judaicas, foi publicado em Jerusalém numa edição bilingue, com a tradução Inglesa em face do texto Hebraico²⁰. O último foi restaurado na sua pureza original, e a ordem para exterminar infiéis Judaicos aparece na totalidade: 'É um dever exterminá-los com as nossas próprias mãos.' Na tradução Inglesa isto é algo abrandado para 'É um dever tomar medidas activas para destruí-los'. Mas então o texto Hebraico passa a especificar os principais exemplos de 'infiéis' que devem ser exterminados: 'Tais como Jesus de Nazaré e os seus discípulos, e Tzadoq e Baitos²¹ e os seus discípulos, possam os nomes dos malvados apodrecer'. *Nem uma só palavra* disto aparece no texto Inglês na página oposta (78a). E, ainda mais significativo, não obstante a ampla circulação deste livro entre estudiosos nos países Anglófonos, nenhum deles, tanto quanto eu saiba, protestou contra esta decepção gritante.

O segundo exemplo vem dos EUA outra vez de uma tradução Inglesa de um livro de Maimonides. Para além do seu trabalho na codificação do Talmude, foi também um filósofo e o seu *Guia para os Perplexos* é considerado justamente a maior obra da filosofia religiosa Judaica e é lida e usada amplamente ainda hoje. Infelizmente, para além da sua atitude para com os não-Judeus na generalidade e Cristãos em particular, Maimonides era também um racista anti-Preto. Para o fim do *Guia*, num capítulo crucial (livro III, capítulo 51) discute como várias secções da humanidade podem alcançar o valor religioso supremo, a verdadeira adoração a Deus. Entre os que são incapazes de sequer aproximarem-se deste estão:

Alguns dos Turcos [isto é, a raça Mongol] e os nómadas no Norte, e os Pretos e os nómadas no sul, e os que se lhes assemelham nos nossos climas. E a sua natureza é como a natureza de animais mudos, e de acordo com a minha opinião não estão ao nível de seres humanos, e o seu nível entre as coisas existentes é abaixo de um homem e acima de um macaco, porque têm a imagem e a semelhança de um homem mais que um macaco tem.

Agora, o que é que se faz com uma passagem destas numa obra importante e *necessária* do Judaísmo? Enfrentar a verdade e as suas consequências? Deus o proíba! Admitir (como muitos estudiosos Cristãos, por exemplo, fizeram em condições similares) que uma autoridade Judaica muito importante também tinha ideias raivosas anti-Preto, e por esta aceitação fazer uma tentativa de auto-educação sobre a humanidade real? Nem pensar! Quase que posso imaginar estudiosos Judaicos nos EUA a consultarem-se uns aos outros, ‘O que é que deve ser feito?’ — pois o livro *tinha de ser* traduzido, devido ao declínio do conhecimento do Hebraico entre os Judeus Norte-Americanos. Fosse por consulta ou por inspiração individual, uma ‘solução’ feliz foi encontrada: na tradução popular Norte-Americana do *Guia* por um tal Friedlander, publicada primeiro no ano de 1925 e posteriormente reimpressa em várias edições, incluindo muitas em livros de capa mole, a palavra Hebraica *Kushim*, que significa Pretos, foi simplesmente transliterada e aparece como ‘Kushitas’, uma palavra que nada significa para quem não conhece o Hebraico, ou para quem um rabino amável não der uma explicação *ora*²². Durante todos estes anos, nem uma palavra foi dita para indicar que a decepção inicial ou os factos sociais subjacentes à sua continuação — e isto durante a excitação das campanhas de Martin Luther King, que eram apoiadas por tantos rabinos, sem mencionar outras figuras Judaicas, algumas das quais deviam ter consciência da atitude racista anti-Preto que faz parte da sua herança Judaica²³.

Certamente somos levados a pensar que muitos dos apoiantes rabínicos de Martin Luther King ou eram racistas anti-Preto que o apoiaram por razões táticas de ‘interesse Judaico’ (desejando obter apoio Preto para a Judiaria Norte-Americana e para apolítica de Israel) ou eram hipócritas consumados, ao ponto da esquizofrenia, capazes de passarem muito rapidamente de um gozo oculto de racismo raivoso a uma devoção proclamada a uma luta anti-racista — e regressar — e regressar outra vez.

O terceiro exemplo vem de uma obra que tem um intento muito menos estudioso — mas que ainda é mais popular por isso mesmo: *The Joys of Yiddish* de Leo Rosten. Esta obra ligeira — publicada pela primeira vez nos EUA em 1968, e reimpressa em muitas edições, incluindo várias vezes como um livro de capa mole da Penguin — é uma espécie de glossário de palavras Ídiches frequentemente usadas por Judeus e mesmo não-Judeus em países Anglófonos. Por cada verbete, para além de uma definição detalhada e fábulas mais ou menos divertidas que ilustram o seu uso, existe

também uma etimologia (muito exacta, no seu conjunto) que explica a língua de onde a palavra veio para o Ídiche e qual o seu significado nessa língua. O verbete *Shaygets* — cujo significado principal é ‘um rapaz ou jovem Gentio’ — é uma excepção: aqui a etimologia cita cripticamente ‘origem Hebraica’, sem dar a forma ou significado da palavra original. Todavia, sob o verbete *Shiksa* — a forma feminina de *Shaygets* — o autor indica a palavra Hebraica original, *sheqetz* (ou, na sua transliteração, *sheques*) e define o seu significado Hebraico como ‘mácula’. Isto é uma mentira descarada, como todos os que falam Hebraico sabem. O *Megiddo Modern Hebrew-English Dictionary*, publicado em Israel, define *sheqetz* correctamente da maneira seguinte: ‘animal impuro; criatura repugnante, abominação (uso popular — pronunciado shaygets) criatura miserável, jovem desordeiro; adolescente Gentio’.

O meu exemplo final e mais geral é, se possível, ainda mais chocante que os outros. Diz respeito à atitude do movimento Hassídico para com os não-Judeus. O Hassidismo — uma continuação (e um aviltamento!) do misticismo Judaico — é ainda um movimento *vivo*, com centenas de milhares de aderentes activos que são fanaticamente devotados aos seus ‘santos rabinos’, alguns dos quais adquiriram uma influência política muito considerável em Israel, entre os dirigentes de quase todos os partidos e mais ainda nos escalões superiores do exército.

Então, quais são as opiniões deste movimento no que diz respeito a não-Judeus? Como um exemplo, tomemos o famoso *Hatanya*, um livro fundamental do movimento *Habbad*, um dos ramos mais importantes do Hassidismo. Segundo este livro, todos os não-Judeus são criaturas totalmente satânicas ‘em quem não existe absolutamente nada de bom?’. Mesmo um embrião não-Judeu é ‘inessencial’, já que toda a criação foi criada unicamente para o benefício dos Judeus.

Este livro circula em inúmeras edições, e as suas ideias eram mais propagadas nos numerosos ‘discursos’ do actual Fuehrer hereditário do Habbad, o chamado rabino Lubavitcher, M. M. Schneürssohn, que dirige esta poderosa organização mundial do seu quartel-general em Nova Iorque. Em Israel essas ideias estão amplamente disseminadas pelo público em geral, nas escolas e no exército. (De acordo com o testemunho de Shulamit Aloni, membro do Knesset, esta propaganda do Habbad foi aumentada especialmente antes da invasão do Líbano por Israel em Março de 1978, de forma a induzir médicos e enfermeiras militares a negarem ajuda médica a

‘Gentios feridos’. Este conselho de estilo Nazi não se referia especificamente a Árabes ou Palestinos, mas simplesmente a ‘Gentios’, *goyim*). Um antigo Presidente Israelita, Shazar, era um aderente ardente do Habbad, e muitos altos políticos Israelitas e Norte-Americanos — encabeçados pelo Primeiro Ministro Begin — cortejaram-no e apoiaram-no publicamente. Isto, não obstante a considerável impopularidade do rabino Lubavitcher — em Israel é amplamente criticado por se recusar a vir à Terra Santa mesmo para uma visita e conserva-se em Nova Iorque por razões messiânicas obscuras, enquanto em Nova Iorque a sua atitude anti-Pretos tem má reputação.

O facto que, *não obstante* essas dificuldades pragmáticas, o Habbad possa ser apoiado publicamente por tantas figuras políticas do topo deve muito ao tratamento desonesto e enganador dado por quase todos os estudiosos que escreveram sobre o movimento Hassídico e o seu ramo Habbad. Isto aplica-se em especial a todos que escreveram ou escrevem em Inglês. Suprimem as provas gritantes dos velhos textos Hassídicos, bem como as implicações políticas dos nossos tempos que derivam deles, que saltam à vista de mesmo um leitor casual da imprensa Hebraica, em cujas páginas o rabino Lubavitcher e outros dirigentes Hassídicos publicam constantemente as declarações e exortações contra todos os Árabes mais raivosas.

O principal enganador neste caso, e um bom exemplo da decepção, foi Martin Buber. As suas inúmeras obras louvaminham todo o movimento Hassídico (incluindo o Habbad) sem nunca ao menos sugerir quais as doutrinas reais do Hassidismo em relação aos não-Judeus. O crime de decepção é tanto maior perante o facto de que as loas de Buber foram publicadas pela primeira vez na Alemanha durante o período do crescimento do nacionalismo Alemão e da ascensão do Nazismo ao poder. Mas enquanto se opunha ostensivamente ao Nazismo, Buber glorificava um movimento que sustentava e ensinava na verdade doutrinas sobre não-Judeus que não eram diferentes das doutrinas Nazis sobre os Judeus. Claro que podemos argumentar que os Judeus Hassídicos de setenta ou cinquenta anos eram as vítimas e que uma ‘mentira branca’ a favorecer as vítimas é desculpável. Mas as consequências da decepção são incalculáveis. As obras de Buber foram traduzidas para Hebraico, tornaram-se um elemento poderoso da educação Hebraica em Israel, aumentaram muito o poder dos dirigentes Hassídicos sequiosos de sangue, e tornaram-se assim um factor importante no crescimento do chauvinismo Judaico e do ódio aos não-Judeus. Se

pensarmos que muitas pessoas morreram de feridas porque as enfermeiras do exército de Israel, incitadas pela propaganda Hassídica, recusaram-se a tratar delas, então impende sobre a cabeça de Martin Buber um ónus pesado.

Devo mencionar aqui que na sua adulação do Hassidismo Buber ultrapassou e muito outros estudiosos Judaicos, em especial os que escrevem em Hebraico (ou, anteriormente, em Ídiche) ou mesmo em línguas Europeias, mas apenas para uma audiência Judaica. Em assuntos de interesse interno Judaico, houve uma grande crítica justificada do movimento Hassídico. A sua misoginia (muito mais extremista do que é comum a toda a Ortodoxia Judaica), a sua tolerância do álcool, o seu culto fanático dos seus 'santos rabinos' hereditários que lhes extorquem dinheiro, as suas numerosas superstições específicas — estas e muitas outras características negativas foram comentadas cinicamente. Mas a romantização sentimental e enganadora de Buber foi lucrativa, em particular nos EUA e em Israel, porque estava sintonizada com a admiração totalitária de qualquer coisa 'genuinamente Judaica' e porque certos círculos 'esquerdistas' Judaicos em que Buber tinha especialmente uma grande influência adoptaram esta posição.

Nem Buber estava sozinho na sua atitude, embora em minha opinião ele fosse de longe o pior no mal que propagou e na influência que deixou atrás de si. Existiram o sociólogo e estudioso bíblico muito influente, Yehezkiel Kaufman, um defensor do genocídio segundo o modelo do Livro de Josué, o filósofo idealista Hugo Shmuel Bergman, que já em 1914-15 defendia a expulsão de todos os Palestinos para o Iraque, e muitos outros. Eram todos 'pombas' no exterior, mas empregavam fórmulas que podiam ser manipuladas no sentido anti-Árabe mais extremista, todos tinham tendências para esse misticismo religioso que encoraja a propagação de decepções, e todos pareciam ser pessoas gentis que, mesmo quando defendiam a expulsão, racismo e genocídio, aparentavam ser incapazes de matar uma mosca — e exactamente por esta razão o efeito das suas decepções foi o maior.

É contra a glorificação da inumanidade, proclamada não só pelos rabinos, mas por aqueles que se presume serem os maiores e certamente os mais influentes estudiosos do Judaísmo, que temos de lutar; e é contra estes sucessores modernos dos falsos profetas e padres desonestos que temos de repetir — mesmo perante uma opinião quase unânime dentro de Israel e entre a maioria dos Judeus em países tais como os EUA — o aviso

de Lucrécio contra ceder a nossa capacidade de julgamento às exortações dos dirigentes religiosos: *Tantum religio potuit suadere malorum* — ‘À tais alturas do mal os homens são elevados pela religião.’ A religião não é sempre (como Marx disse) o ópio do povo, mas pode frequentemente sê-lo, e quando usada nesse sentido prevaricando e apresentando falsamente a sua natureza real, os estudiosos e intelectuais que desempenham essa tarefa assumem o papel de contrabandistas de ópio.

Mas podemos derivar desta análise uma outra conclusão mais geral sobre os meios de compulsão mais eficazes e horrorosos de fazer mal, fazer batota e enganar e, enquanto se conservam as mãos limpas de violência, corromper povos inteiros e conduzi-los à opressão e assassínio. (Pois já não pode haver qualquer dúvida que os actos mais horrorosos de opressão na Margem Ocidental são motivados pelo fanatismo religioso Judaico.) Muitas pessoas parecem pressupor que o pior totalitarismo emprega coacção física, e referir-se-ão ao 1984 de Orwell como o modelo demonstrativo desse regime. Mas parece-me que esta opinião comum está muito enganada, e que a intuição de Isaac Asimov, em cuja ficção científica a pior opressão é sempre interiorizada, é a mais verdadeira para os perigos da natureza humana. Ao contrário dos estudiosos domesticados de Estaline, os rabinos — e ainda mais os estudiosos aqui atacados, e com eles a grande turba de pequenos e médios intelectuais igualmente silenciosos tais como escritores, jornalistas, figuras públicas, que mentem e enganam mais que eles — não estão a enfrentar o perigo da morte ou do campo de concentração, mas apenas a pressão social; mentem por patriotismo porque acreditam ser seu dever mentir pelo que concebem ser o interesse Judaico. São *mentirosos patrióticos*, e é o mesmo patriotismo que os reduz ao silêncio quando confrontados com a discriminação e a opressão dos Palestinos.

No caso actual também enfrentamos outra lealdade de grupo, mas uma que vem de fora do grupo, e que é por vezes ainda mais maldosa. Muitos não-Judeus (incluindo clérigos Cristãos e homens religiosos laicos, bem como alguns marxistas de todos os grupos marxistas) defendem a opinião curiosa de que a maneira de ‘expiarem’ pela perseguição aos Judeus é não falar contra o mal perpetrado por Judeus, mas participar em ‘mentiras brancas’ sobre eles. A acusação tosca de ‘anti-semitismo’ (ou, no caso de Judeus, ‘ódio a si mesmo’) a quem protestar contra a discriminação de Palestinos ou apontar algum facto sobre a religião Judaica ou o passado Judaico que esteja em conflito com a ‘versão aprovada’ vem com mais

força e hostilidade dos não-Judeus ‘amigos dos Judeus’ que dos Judeus. É a existência e a grande influência deste grupo em todos os países ocidentais, em especial nos EUA (bem como em outros países Anglófonos) que permitiu aos rabinos e estudiosos do Judaísmo propagarem as suas mentiras não só sem oposição, mas com ajuda considerável.

De facto, muitos ‘anti-estalinistas’ confessos substituíram meramente por outro o ídolo da sua adoração, e tendem a apoiar o racismo e fanatismo Judaicos ainda com maior ardor e desonestidade que eram encontrados entre os estalinistas mais devotos do passado. Embora este fenómeno de apoio cego e estalinista a qualquer mal, desde que seja ‘Judaico’, é particularmente forte desde 1945, quando a verdade sobre o extermínio da Judiaria Europeia foi conhecida, é um erro supor que só então começou. Pelo contrário, data de muito antes, especialmente em círculos sociais-democratas. Um dos amigos mais antigos de Marx, Moses Hess, largamente conhecido e respeitado como um dos primeiros socialistas da Alemanha, revelou-se subsequentemente um racista Judaico extremista, cujas opiniões sobre a ‘raça pura Judaica’ publicadas em 1858 não eram dissemelhantes da inanidade comparável sobre a ‘raça Ariana pura’. Mas os socialistas Alemães, que lutaram contra o racismo Alemão, mantiveram-se silenciosos sobre o seu racismo Judaico.

Em 1944, durante a luta real contra Hitler, o Partido Trabalhista Britânico aprovou um plano para a expulsão dos Palestinos da Palestina, que era semelhante aos planos anteriores de Hitler (até cerca de 1941) para os Judeus. Este plano foi aprovado sob pressão dos membros Judaicos da direcção do partido, muitos dos quais tinham demonstrado uma atitude mais forte de ‘família e sangue’ de toda a política Israelita que os apoiantes Conservadores de ‘família e sangue’ de Ian Smith alguma vez fizeram. Mas os tabus estalinistas na esquerda são mais fortes na Grã-Bretanha que na direita, e não existe praticamente qualquer discussão, mesmo quando o Partido Trabalhista apoia o governo de Begin.

Nos EUA prevalece uma situação semelhante, e mais uma vez os liberais Norte-Americanos são os piores.

Este não é o local para explorar todas as consequências políticas desta situação, mas devemos enfrentar a realidade: na nossa luta contra o racismo e o fanatismo da religião Judaica, os nossos maiores inimigos não serão apenas os racistas Judaicos (e os utilizadores do racismo), mas também os não-Judeus que em outras áreas são conhecidos — falsamente — em minha opinião — como ‘progressistas’.

Capítulo 3

Ortodoxia e Interpretação

Este capítulo é dedicado a uma descrição mais detalhada da estrutura tecnológico-legal do Judaísmo clássico¹. Todavia, antes de iniciar essa descrição é necessário dissipar algumas das muitas concepções erradas em quase todas as narrativas em língua estrangeira (isto é, não-Hebraicas) do Judaísmo, em particular por aquelas que propagam tais frases correntemente na moda como 'a tradição Judaico-Cristã' ou 'os valores comuns das religiões monoteístas'.

Por causa de considerações de espaço apenas irei lidar em pormenor com as mais importantes dessas ilusões populares: que a religião Judaica é, e sempre foi, monoteísta. Ora, como muitos estudiosos bíblicos sabem, e como uma leitura cuidadosa do Antigo Testamento revela facilmente, esta opinião não-histórica é completamente errada. Em muitos, quando não na maioria, dos livros de Antigo Testamento é claramente reconhecida a existência e poder de 'outros deuses', mas Yahweh (Jeová), que é o deus mais poderoso², é também muito ciumento dos seus rivais e proíbe o seu povo de os adorar³. É só muito tarde na Bíblia, em alguns dos últimos profetas, que a existência de outros deuses que não Yahweh é negada⁴.

Todavia o que nos preocupa não é o Judaísmo bíblico, mas o clássico; e é bastante claro, embora muito menos generalizadamente compreendido, que o último, durante as últimas centenas de anos, esteve na sua maior parte longe do monoteísmo puro. O mesmo pode ser dito das verdadeiras doutrinas dominantes no Judaísmo Ortodoxo de hoje, que é uma continuação directa do Judaísmo clássico. A decadência do Judaísmo veio com o alastramento do misticismo Judaico (a cabala) que teve lugar nos séculos XII e XIII, e que nos finais do século XVI tinha obtido uma vitória quase total em virtualmente todos os centros do Judaísmo. O Esclarecimento Judaico, que nasceu da crise do Judaísmo clássico, tem de lutar contra este misticismo e a sua influência ainda mais que contra qualquer outra coisa, mas actualmente a Ortodoxia Judaica, em particular entre os rabinos, a influência da cabala permaneceu predominante⁵. Por exemplo, o movimento Gush Emunim é bastante inspirado pelas ideias cabalísticas.

Portanto, o conhecimento e a compreensão destas ideias são importantes por duas razões. Primeiro, sem elas não podemos compreender as verdadeiras crenças do Judaísmo no fim do seu período clássico. Em segundo lugar, essas ideias desempenham um papel político contemporâneo importante, dado fazerem parte do sistema explícito de crenças de muitos políticos religiosos, incluindo muitos dirigentes do Gush Emunim, e têm uma influência indirecta em muitos dirigentes sionistas de todos os partidos, incluindo a esquerda sionista.

Segundo a cabala, o universo é governado não por um único deus, mas por várias divindades, de caracteres e influências vários, que emanam de uma nebulosa e distante Primeira Causa. Omitindo muitos detalhes, podemos resumir o sistema da forma seguinte. Da Primeira Causa, emanaram ou nasceram primeiro, um deus macho chamado 'Sabedoria' ou 'Pai', e depois, uma deusa fêmea chamada 'Conhecimento' ou 'Mãe'. Do casamento desses dois, nasceu um casal de deuses mais jovens. O Filho, também chamado por muitos outros nomes tais como 'Cara Pequena' ou 'O Santo Abençoado'; e a Filha, também chamada 'Senhora' (ou 'Matronita', uma palavra derivada do Latim), 'Shekhinah', 'Rainha', e etc. Estes dois jovens deuses deviam ter-se unido, mas a união foi evitada pelas maquinações de Satanás, que neste sistema é um personagem muito importante e independente. A Criação foi levada a cabo pela Primeira Causa de forma a permitir a sua união, mas por causa da Queda tornaram-se mais desunidos que nunca, e na verdade Satanás conseguiu aproximar-se bastante da Filha divina e violentou-a (aparentemente ou de facto — as opiniões diferem sobre o assunto). A criação do povo Judaico foi levada a cabo de forma a emendar a quebra provocada por Adão e Eva, e no Monte Sinai isto foi conseguido por um momento: o deus macho Filho, encarnado em Moisés, foi unido com a deusa Shekhinah. Infelizmente, o pecado do Bezerra de Ouro voltou a provocar a desunião no deus superior; mas o arrependimento do povo Judaico reparou as coisas até certo ponto. De igual modo, acredita-se que cada incidente da história bíblica Judaica está associado à união ou desunião do par divino. A conquista da Palestina aos Cananeus e a construção do primeiro e segundo Templos foram particularmente propícias para a sua união, enquanto a destruição dos Templos e o exílio dos Judeus da Terra Santa são meramente sinais exteriores não só da desunião divina, mas também de uma verdadeira 'prostituição junto de deuses estrangeiros'. A Filha cai profundamente em poder de Satanás, enquanto o Filho leva para a cama várias personagens satânicas, em vez da sua própria mulher.

O dever dos Judeus piedosos é restaurar pelas suas orações e actos religiosos a perfeita unidade divina, sob a forma de união sexual, entre as divindades macho e fêmea⁶. Assim antes de muitos actos rituais, que cada Judeu piedoso deve executar várias vezes por dia, é recitada a fórmula cabalística seguinte: 'Por intenção do congresso⁷ [sexual] de O Santo Abençoado e da sua Shekhinah...' As orações matinais Judaicas são também organizadas de forma a promoverem a sua união sexual, mesmo que só temporariamente. Partes sucessivas da oração correspondem misticamente aos estados sucessivos da união: em certa altura a deusa aproxima-se com as suas aias, noutra o deus põe-lhe o braço em torno do pescoço e acaricia-lhe o seio, e finalmente acredita-se que o acto sexual tenha lugar.

Outras orações ou actos religiosos, como interpretados pelos cabalistas, destinam-se a enganar vários anjos (imaginados como divindades menores com um certo grau de independência) ou para aplacar Satanás. Num certo ponto da oração matinal, alguns versos em Aramaico (em vez do Hebraico mais comum) são pronunciados⁸. Admite-se que seja um meio para enganar os anjos que operam as portas por onde entram no céu as orações dos piedosos e que têm o poder de bloquear as orações dos piedosos. Os anjos só compreendem Hebraico e são confundidos pelos versos em Aramaico; sendo de alguma forma imbecis (eram presumivelmente menos espertos que os cabalistas) abriam as portas, e nesse momento todas as orações, incluindo as em Hebraico, passavam. Ou tomemos outro exemplo: tanto antes como depois de uma refeição, o Judeu piedoso lava ritualmente as mãos, pronunciando uma bênção especial. Numa dessas duas ocasiões está a adorar Deus, ao promover a união divina do Filho e da Filha; mas na outra está a adorar Satanás, que gosta tanto de orações Judaicas e actos rituais que, quando lhe são oferecidos alguns, conserva-se ocupado e não incomoda a Filha divina. Na verdade, os cabalistas acreditam que alguns dos sacrifícios queimados no Templo eram destinados a Satanás. Por exemplo, os setenta novilhos sacrificados durante os sete dias da festa dos Tabernáculos⁹, eram supostamente oferecidos a Satanás na sua capacidade de governante de todos os Gentios¹⁰, de forma a conservá-lo demasiado ocupado para interferir no oitavo dia, quando era feito o sacrifício a Deus. Podem ser dados muitos outros exemplos do mesmo tipo.

Devem ser estabelecidos alguns pontos a respeito deste sistema e a sua importância para a compreensão devida do Judaísmo, tanto no seu período clássico e no seu actual envolvimento político com a prática sionista.

Em primeiro lugar, seja o que for que dissermos sobre este sistema cabalístico, não pode ser encarado como monoteísta, a não ser que estejamos preparados para encarar o Hinduísmo, a antiga religião Greco-Romana, ou mesmo a religião do antigo Egipto, como 'monoteístas'.

Em segundo lugar, a verdadeira natureza do Judaísmo clássico é ilustrada pela facilidade com que este sistema foi adoptado. A fé e as crenças (excepto as crenças nacionalistas) desempenham um papel extremamente pequeno no Judaísmo clássico. O que é de importância fundamental é o acto ritual, em vez do significado que o acto devia ter ou a crença ligada a ele. Portanto na época em que uma minoria de Judeus religiosos recusava aceitar a cabala (como é o caso de hoje), podíamos ver alguns Judeus praticar um dado acto religioso, acreditando ser um acto de adoração a Deus, enquanto outros faziam exactamente a mesma coisa com a intenção de aplacar Satanás — mas enquanto o acto fosse o mesmo rezariam juntos e continuariam membros da mesma congregação. Mas se em vez da *intenção* ligada à lavagem das mãos ritual alguém ousasse introduzir uma alteração na *maneira* da lavagem¹¹, seguir-se-ia um verdadeiro cisma.

O mesmo pode ser dito sobre as fórmulas sagradas do Judaísmo. Desde que o fraseado seja deixado intacto, o significado é quando muito um assunto secundário. Por exemplo, talvez a fórmula Judaica mais sagrada, 'Ouve ó Israel, o Senhor é o nosso Deus, o Senhor é só um', recitada várias vezes por dia por todos os Judeus piedosos, pode no tempo presente significar duas coisas contrárias. Pode significar que o Senhor é mesmo 'um'; mas também pode significar que foi atingido um certo estado na união das divindades macho e fêmea, ou que está a ser promovida pela recitação exacta desta fórmula. Todavia, quando os Judeus de uma congregação Reformada recitam esta fórmula em outra língua que não o Hebraico, todos os rabinos Ortodoxos, acreditem na unicidade ou na união sexual divina, ficam realmente zangados.

Finalmente, tudo isto tem uma importância considerável em Israel (e em outros centros Judaicos) mesmo no presente. A enorme importância atribuída a meras fórmulas (tal como a 'Lei de Jerusalém'); as ideias e motivações do Gush Emunim; a tendência forte atrás do ódio aos não-Judeus que actualmente vivem na Palestina; a atitude fatalista em relação a todas as tentativas de paz pelos estados Árabes — todos esses e muitos outros traços da política Sionista, que confundem tantas pessoas bem-intencionadas que têm uma noção falsa sobre o Judaísmo clássico, tornam-

se mais inteligíveis contra este pano de fundo religioso e místico. Todavia, devo advertir contra a queda no outro extremo e tentar explicar toda a política Sionista em termos deste pano de fundo. Obviamente, as influências deste último variam em extensão. Ben-Gurion era especialista em manipulá-las de uma forma dominadora para fins específicos. Sob Begin o passado exerceu uma influência maior sobre o presente. Mas o que nunca devemos fazer é ignorar o passado e as suas influências, porque só conhecendo-o podemos transcender o seu poder cego.

Interpretação da Bíblia

Pode ser visto do exemplo seguinte que aquilo que muitas pessoas supostamente bem informadas pensam que sabem sobre o Judaísmo pode muito bem ser enganador, a não ser que consigam ler Hebraico. Todos os detalhes acima indicados podem ser encontrados nos textos originais ou, em alguns casos, em livros modernos escritos em Hebraico para uma audiência muito especializada. Em Inglês podemos procurá-los em vão, mesmo quando a omissão de tais factos socialmente importantes distorce todo o quadro.

Existe ainda outra concepção errada sobre o Judaísmo que é particularmente comum entre Cristãos, ou pessoas fortemente influenciadas pela tradição e cultura Cristãs. É a ideia enganadora de que o Judaísmo é ‘uma religião bíblica’; que o Antigo Testamento tem no Judaísmo o mesmo lugar central e autoridade legal que a Bíblia tem para o Cristianismo Protestante e mesmo para o Católico.

Mais uma vez, isto está ligado à questão da interpretação. Vimos que em assuntos de fé há uma grande latitude. Sucede exactamente o oposto com o que diz respeito à interpretação legal dos textos sagrados. Aqui a interpretação está fixada rigidamente — mas pelo Talmude em vez da própria Bíblia¹². Muitos, talvez quase todos, versos bíblicos que prescrevem actos e obrigações religiosos são ‘entendidos’ pelo Judaísmo clássico, e pela Ortodoxia dos nossos dias, num sentido que é totalmente distinto, ou mesmo contrário, do significado literal como entendido pelos Cristãos e outros leitores do Antigo Testamento, que só vêem o texto simples. A mesma divisão existe actualmente em Israel entre os educados em escolas religiosas Judaicas e os educados em escolas ‘seculares’ Hebraicas, em que no seu conjunto é ensinado o significado simples do Antigo Testamento.

Este ponto importante só pode ser compreendido por meio de exemplos. Deve ser notado que as mudanças no significado não seguem o mesmo sentido do ponto de vista da ética, como o termo é entendido agora. Defensores do Judaísmo sustentam que a interpretação da Bíblia, originada pelos Fariseus e fixada no Talmude, é sempre mais liberal que o sentido literal. Mas alguns dos exemplos abaixo indicados mostram que isto está muito longe de ser o caso.

1 Começemos com o próprio Decálogo. O Oitavo Mandamento, 'Não roubarás' (*Êxodo*, 20:15), é considerado ser uma proibição contra 'roubar' (isto é, raptar) *uma pessoa Judaica*. A razão é que de acordo com o Talmude todos os actos proibidos pelo Decálogo são crimes capitais (enquanto o rapto de Gentios por Judeus é permitido pela lei talmúdica) — daí a interpretação. Todavia a uma frase virtualmente idêntica — 'Não roubarás' (*Levítico*, 19:11) — é-lhe permitido ter o seu significado literal.

2 O famoso verso 'Olho por olho, dente por dente' etc. (*Êxodo*, 21:24) significa 'dinheiro-do-olho por olho', isto é o pagamento de uma multa em vez de um castigo físico.

3 Temos agora um caso muito conhecido de transformação do significado literal exactamente no seu oposto. O texto bíblico adverte claramente contra seguir a multidão numa causa injusta: 'Não seguirás uma multidão para fazer mal; nem falarás numa causa para recusares depois de muitos para obteres julgamento' (*Êxodo*, 23:2). As últimas palavras desta frase — 'recusares depois de muitos para obteres julgamento' — são retiradas do contexto e interpretadas como uma recomendação para seguir a maioria!

4 O verso 'Não cozerás um cabrito no leite da sua mãe' (*Êxodo*, 23:19) é interpretado como uma proibição em misturar qualquer tipo de carne com qualquer leite ou produto lácteo. Como o mesmo verso é repetido em outros dois lugares no Pentateuco, a mera repetição é tida como uma proibição tripla, proibindo um Judeu de (i) comer tal mistura, (ii) cozinhar tal mistura e (iii) gozar ou tirar proveito dela de alguma outra maneira¹³.

5 Em numerosos casos termos gerais como 'o teu próximo', 'estranho' ou mesmo 'homem' são tidos como tendo um sentido

exclusivamente patrioteirista. O famoso verso ‘amarás o próximo¹⁴ como a ti mesmo’ (*Levítico*, 19:18) é entendido pelo Judaísmo clássico (e pelo Ortodoxo de hoje) como uma determinação para amar o próximo Judeu, não qualquer próximo humano. Igualmente, o verso ‘não te erguerás contra o sangue do próximo’ *ibid.*, 16) admite-se que signifique que não devemos ficar indiferentes quando a vida (“sangue”) do próximo *Judeu* está em perigo; mas, como veremos no Capítulo 5, é vedado a um Judeu na generalidade salvar a vida a um Gentio, porque ‘ele não é o teu próximo’. A recomendação generosa de deixar os produtos do campo e vinhedo ‘para os pobres e os estranhos’ (*ibid.*, 9-10) é interpretado exclusivamente como referindo-se aos pobres Judaicos e a convertidos ao Judaísmo. As leis de tabus relativas a cadáveres começam com o verso ‘Esta é a lei, quando um homem morrer numa tenda: todos que entrarem na tenda... ficarão impuros durante sete dias’ (*Números*, 19:14). Mas a palavra ‘homem’ (*adam*) é considerada como significando ‘Judeu’, logo só um corpo Judaico é tabu (isto é, simultaneamente ‘impuro’ e sagrado). Baseados nessa interpretação, os Judeus piedosos têm uma reverência tremendamente mágica para com cadáveres Judaicos e cemitérios Judaicos, mas não têm qualquer respeito para com cadáveres não-Judaicos e cemitérios não-Judaicos. Assim centenas de cemitérios Muçulmanos foram destruídos completamente em Israel (num caso para dar lugar ao Hilton de Tel Avive), mas houve uma grande agitação quando o cemitério Judaico no Monte das Oliveiras foi danificado durante a soberania Jordana. Exemplos desse tipo são demasiadamente numerosos para serem citados. Algumas das consequências desumanas deste tipo de interpretação serão discutidas no Capítulo 5.

6 Finalmente, consideremos uma das passagens proféticas mais belas, a magnífica condenação por Isaías da hipocrisia e do ritual vazio e a exortação à decência comum. Um verso (*Isaías*, 1:15) nessa passagem é: ‘E quando abrires tuas as mãos, não esconderei os meus olhos dos teus; sim, quando fizeres muitas preces, não ouvirei: as tuas mãos estão cheias de sangue.’ Como os sacerdotes Judaicos ‘abrem as mãos’ quando abençoam as pessoas durante um serviço, supõe-se que este verso signifique que um sacerdote que cometa um homicídio acidental seja desqualificado de ‘abrir as mãos’ na bênção (mesmo que arrependido) porque estão ‘cheias de sangue’.

É claramente evidente mesmo destes exemplos que quando os Judeus Ortodoxos de hoje (ou todos os Judeus até cerca de 1780) lêem a Bíblia, estão a ler um livro muito diferente, com um significado totalmente diferente, da Bíblia como é lida por não-Judeus ou por Judeus não-Ortodoxos. Esta distinção aplica-se mesmo em Israel, embora ambas as partes leiam o texto em Hebraico. A experiência, em especial depois de 1967, tem corroborado isto repetidamente. Muitos Judeus em Israel (e em outros locais), que não são Ortodoxos e têm pouco conhecimento detalhado da religião Judaica, tentaram envergonhar os Israelitas Ortodoxos (ou direitistas que são influenciados fortemente pela religião) pela sua atitude inumana para com os Palestinos, citando-lhes versos da Bíblia no seu simples sentido humano. Todavia, descobriu-se sempre que tais argumentos não têm o menor efeito nos que seguem o Judaísmo clássico; simplesmente não compreendem o que lhes é dito, porquanto para eles o texto bíblico significa algo de completamente diferente que para as outras pessoas.

Se existe um abismo na comunicação em Israel, onde as pessoas lêem Hebraico e podem obter rapidamente informação correcta se o desejarem, podemos imaginar quão profunda a concepção errada no estrangeiro, digamos entre as pessoas educadas na tradição Cristã. De facto, quanto mais uma pessoa lê a Bíblia, menos ele ou ela sabe sobre o Judaísmo Ortodoxo. Pois o último encara o Antigo Testamento como um texto de fórmulas sagradas imutáveis, cuja recitação é um acto de grande mérito, mas cujo significado é determinado totalmente em outro lado. E, como Humpty Dumpty disse a Alice, atrás do problema de quem determina o significado das palavras, está a verdadeira questão: 'Quem vai ser o mestre?'

Estrutura do Talmude

Deve ser claramente compreendido que a fonte da autoridade para todas as práticas do Judaísmo clássico (e do Ortodoxo dos nossos dias), a base determinante da sua estrutura legal, é o Talmude, ou, para ser mais exacto, o chamado Talmude Babilónico; enquanto o resto da literatura talmúdica (incluindo o chamado Talmude de Jerusalém ou Palestino) funciona como uma autoridade secundária.

Não podemos entrar aqui numa descrição detalhada do Talmude e da literatura talmúdica, mas confinar-nos-emos a alguns pontos principais

necessários para a nossa argumentação. Basicamente, o Talmude consiste em duas partes. Primeiro, o Mishnah — um código legal conciso consistindo em seis volumes, cada um dividido em vários *tratados*, escrito em Hebraico, redigido na Palestina cerca do ano 200 d. C. a partir do material legal muito mais extenso (e largamente oral) composto durante os dois séculos anteriores. A segunda parte e a mais predominante é o Gemarah — um registo volumoso de discussões a propósito e à volta do Mishnah. Existem dois conjuntos, quase paralelos, do Gemarah, um composto na Mesopotâmia ('Babilónia') entre cerca de 200 d. C. e 500, o outro na Palestina cerca de 200 d. C. e alguma informação desconhecida bastante antes de 500. O Talmude Babilónico (isto é, o Mishnah mais o Gemarah Mesopotâmico) é muito mais extensivo e melhor arranjado que o Palestino, e só ele é encarado como definitivo e autoritário. Ao Talmude de Jerusalém (Palestino) é atribuído um estatuto definitivamente inferior como fonte de direito, juntamente com uma série de compilações, conhecidas colectivamente como 'literatura talmúdica', que continham material que os organizadores dos dois Talmudes tinham deixado de fora.

Ao contrário do Mishnah, o resto do Talmude e a literatura talmúdica estão escritos numa mistura de Hebraico e Aramaico, esta última língua predominante no Talmude Babilónico. Também não está limitado a assuntos legais. Sem qualquer ordem aparente ou razão, a discussão legal pode ser interrompida subitamente pelo que é referido por a 'Narrativa' (*Aggadah*) — uma miscelânea de histórias e fábulas sobre rabinos e gente comum, anjos, demónios, feitiçaria e milagres¹⁵. Estas passagens narrativas, embora sempre de grande influência popular no Judaísmo ao longo dos tempos, foram sempre consideradas (mesmo pelo próprio Talmude) como tendo valor secundário. As partes legais do texto tinham a maior importância para o Judaísmo clássico, em especial a discussão de casos que eram encarados como problemáticos. O próprio Talmude define as várias categorias de Judeus, por ordem ascendente, como se segue. Os mais inferiores eram os totalmente ignorantes, depois vêm os que só conhecem a Bíblia, depois os que estão familiarizados com o Mishnah ou a Aggadah, e a classe superior são aqueles que estudaram, e são capazes de discutir a parte legal do Gemarah. Só os últimos é que estão habilitados a conduzir os seus companheiros Judeus em todas as coisas.

O sistema legal do Talmude pode ser descrito como totalmente amplo, rigidamente autoritário e todavia capaz de um desenvolvimento

infinito, sem que no entanto haja qualquer mudança na sua base dogmática. Todos os aspectos da vida Judaica, tanto individual como social, estão abrangidos., normalmente em detalhe considerável, com sanções e castigos para todos os pecados ou infracções às regras concebíveis. As regras básicas para cada problema são expostas dogmaticamente e não podem ser postas em causa. O que pode e é discutido extensivamente é a elaboração e definição prática dessas regras. Deixem-me dar alguns exemplos.

‘Não fazer qualquer trabalho’ ao Sabbath. O conceito *trabalho* é definido compreendendo 39 tipos de trabalho, nem mais nem menos. O critério para inclusão nesta lista não tem nada a ver com a dificuldade de uma dada tarefa; é simplesmente um assunto de definição dogmática. Um tipo proibido de ‘trabalho’ é escrever. Então levanta-se a pergunta: Quantos caracteres deve uma pessoa escrever para cometer o pecado de escrever no sabbath? (Resposta: Dois). O pecado é o mesmo, independentemente da mão usada? (Resposta: Não). No entanto, de forma a guardar contra o pecado, a proibição primária de escrever está reforçada por uma proibição secundária de tocar em qualquer instrumento de escrita no sabbath.

Outro trabalho proto-típico proibido no sabbath é a moagem de cereais. Daqui deduz-se, por analogia, que é proibido moer qualquer coisa. E isto reforça-se pela proibição de praticar a medicina ao sabbath (excepto em casos de vidas Judaicas estarem em perigo), de forma a guardar contra a queda em pecado ao moer um medicamento. Não é em vão apontar que nos tempos modernos tal perigo não existe (nem, a propósito, existia em muitos casos, mesmo nos tempos talmúdicos); porque, como uma barreira à volta de outra barreira, o Talmude proíbe explicitamente remédios líquidos e bebidas reconstituintes ao sabbath. O que foi determinado mantém-se determinado para sempre, conquanto absurdo. Tertuliano, um dos antigos Pais da Igreja, escreveu, ‘Acredito nele porque é absurdo.’ Isto pode servir como mote para a maioria das regras talmúdicas, com a palavra ‘acredito’ substituída por ‘prático’.

O exemplo seguinte demonstra ainda melhor o nível de absurdidade a que o sistema chegou. Um dos protótipos de trabalho proibido no sabbath é a colheita. Isto é alargado, por analogia, a uma proibição de arrancar um galho de uma árvore. Daí, montar um cavalo (ou qualquer outro animal) é proibido, como protecção contra a tentação de arrancar um galho para vergastar o animal. É desnecessário argumentar que possuímos uma chibata já feito ou que vamos cavalgar onde não existem árvores. O que está proibido

mantém-se proibido para sempre. Pode, no entanto, ser alargado e tornado mais rigoroso: nos tempos modernos, conduzir uma bicicleta ao sabbath foi proibido, porque é análogo a montar um cavalo.

O meu exemplo final mostra como os mesmos métodos são usados também em casos puramente teóricos, que não têm aplicação concebível na realidade. Durante a existência do Templo, o Sumo Sacerdote só era autorizado a casar com uma virgem. Embora virtualmente durante a totalidade do período talmúdico não existisse Templo ou Sumo Sacerdote, o Talmude devotou uma das suas discussões mais aceso (e bizarro) sobre a definição exacta do termo 'virgem' qualificada para desposar um Sumo Sacerdote. E se a mulher tiver tido o hímen rasgado por acidente? Fará alguma diferença se o acidente ocorrer antes ou depois dos três anos de idade? Pelo impacto de metal ou madeira? Estava a trepar a uma árvore? E neste caso, estava a subir ou a descer? Aconteceu de uma forma natural ou não? Tudo isto e muito mais ainda foi discutido em enorme pormenor. E cada estudioso do Judaísmo clássico tem de dominar centenas de tais problemas. Os grandes estudiosos são medidos pela sua capacidade em desenvolver estes problemas ainda mais, pois como mostram os exemplos existe sempre campo para mais desenvolvimento — se bem que só numa direcção — e tal desenvolvimento prosseguiu efectivamente depois da redacção final do Talmude.

No entanto, existem duas grandes diferenças entre o período talmúdico (que acabou cerca de 500 d. C.) e o período do Judaísmo clássico (que começa cerca de 800 d. C.). A área geográfica reflectida no Talmude era confinado, enquanto a sociedade Judaica reflectida nele é uma sociedade 'completa', com base na agricultura Judaica. (Isto é válido para tanto para a Mesopotâmia como para a Palestina.) Embora nesse tempo existissem muitos Judeus que viviam por todo o Império Romano e em muitas áreas do Império Sassânida, é francamente evidente do texto talmúdico que a sua composição — ao longo de meio milénio — era um assunto meramente local. Nenhum estudioso de países que não a Mesopotâmia e a Palestina participou nele, nem o texto reflecte as condições sociais fora dessas duas áreas.

Conhece-se muito pouco sobre as condições sociais e religiosas dos Judeus nos três séculos intermédios. Mas a partir de 800 d. C., quando a informação histórica pormenorizada voltou a estar disponível, descobrimos que dois factores supramencionados tinham sido invertidos. O Talmude

Babilónico (e num grau muito menor o resto da literatura talmúdica) é reconhecido como autoritário, estudado e desenvolvido em todas as comunidades Judaicas. Ao mesmo tempo, a sociedade Judaica tinha sofrido uma modificação profunda: sempre e onde estivesse, *não incluía camponeses*.

O sistema social resultante desta modificação será discutido no Capítulo 4. Aqui descreveremos como o Talmude foi adaptado às condições — geograficamente muito mais amplas e socialmente muito mais estreitas, e de qualquer forma diferentes radicalmente — do Judaísmo clássico. Concentrar-nos-emos no que em minha opinião é o método mais importante de adaptação, nomeadamente as dispensas.

As Dispensas

Como assinalado acima, o sistema talmúdico é muito dogmático e não permite qualquer afrouxamento das suas regras, mesmo quando são reduzidas ao absurdo pela mudança das circunstâncias. E no caso do Talmude — ao contrário do da Bíblia — o sentido *literal* do texto é vinculativo, e ninguém está a interpretá-lo de forma diferente. Mas no período do Judaísmo clássico várias leis talmúdicas tornaram-se impraticáveis para as classes dirigentes Judaicas — os rabinos e os ricos. No interesse dessas classes dirigentes, foi concebido um sistema de decepção para observar a letra da lei, enquanto violava o seu espírito e intenção. Foi o sistema hipócrita das dispensas (*heterim*) que, em meu entender, foi a causa mais importante do aviltamento do Judaísmo na sua época clássica. (A segunda causa foi o misticismo Judaico, o qual no entanto funcionou durante um período de tempo muito mais curto.) Mais uma vez, são necessários alguns exemplos para demonstrar como funciona o sistema.

1 *Cobrar juros*. O Talmude proíbe rigorosamente que um Judeu, sob pena de castigo severo, cobre juros de um empréstimo feito a outro Judeu. (De acordo com a maioria das autoridades talmúdicas, é um dever religioso levar tanto juro quanto possível num empréstimo feito a um Gentio.) Regras muito pormenorizadas proibem mesmo as formas mais imaginativas pelas quais um prestamista Judaico possa lucrar com um devedor Judaico. Todos os cúmplices Judaico de tal transacção ilícita, incluindo o tabelião e as testemunhas, são acoimados pelo Talmude de pessoas infames,

desqualificados de testemunhar em tribunal, porque ao participar em tal acto o Judeu como que declarava que 'não era parte do deus de Israel'. É evidente que esta lei era bem adequada às necessidades dos camponeses ou artesãos Judaicos, ou das pequenas comunidades Judaicas que usavam o seu dinheiro para fazer empréstimos a não-Judeus. Mas a situação era muito diferente na Europa Oriental (mormente na Polónia) no século XVI. Existia uma comunidade Judaica relativamente grande, a qual constituía a maioria de muitas cidades. Os camponeses, sujeitos a uma servidão rigorosa não muito longe da escravatura, dificilmente estavam em posição de contrair empréstimos, enquanto emprestar à nobreza era o negócio de alguns Judeus muito ricos. Muitos Judeus negociavam uns com os outros.

Nestas circunstâncias, o arranjo seguinte (chamado *heter 'isqa* — 'dispensa para negócios') foi concebido para que um empréstimo a juros entre Judeus, que não violasse a letra da lei, porque formalmente não era um empréstimo de qualquer maneira. O prestamista 'investe' o seu dinheiro no negócio do contraente do empréstimo, estipulando duas condições. Primeiro, que o contraente pagasse ao prestamista numa data futura combinada uma determinada soma de dinheiro (na verdade, o juro do negócio) como a 'quota nos lucros' do prestamista. Segundo, que se presumisse que o contraente obtivesse lucro suficiente para dar ao prestamista a sua quota, a não ser que uma reclamação em contrário fosse corroborada pelo testemunho do rabino da cidade ou juiz rabínico, etc. — que, por acordo, recusavam-se a testemunhar em tais casos. Na prática tudo que é necessário é obter um texto dessa dispensa, escrito em Aramaico e totalmente incompreensível para a grande maioria, e colocá-lo na parede da sala onde se faz a transacção (uma cópia deste texto está exposta em todas as agências dos bancos Israelitas) ou mesmo guardá-lo num cofre — e o empréstimo a juros entre Judeus torna-se perfeitamente legal e sem mácula.

2 *O ano sabático*. De acordo com a lei talmúdica (baseada no *Levítico*, 25) a terra de propriedade Judaica na Palestina¹⁶ deve permanecer em posio de sete em sete anos (o ano 'sabático'), quando todos os trabalhos agrícolas (incluindo as colheitas) em tal terra são proibidos. Existem provas abundantes que esta lei foi rigorosamente observada durante cerca de mil anos, do século V a. C. até ao desaparecimento da agricultura Judaica na Palestina. Depois, quando não havia ocasião para aplicar a lei na prática, foi

mantida teoricamente intacta. Todavia, nos anos seguintes a 1880, com o estabelecimento de colónias agrícolas Judaicas na Palestina, tornou-se um assunto de preocupação prática. Os rabinos simpatizantes dos colonos conceberam uma dispensa para ajudar, que foi aperfeiçoada mais tarde pelos seus sucessores nos partidos Sionistas religiosos e que se tornou numa prática Israelita admitida.

Eis como isto trabalha. Pouco antes do ano sabático, o Ministro do Interior Israelita dá ao Rabino-Chefe um documento que o torna o dono legal de toda a terra Israelita, tanto privada como pública. Armado com esse papel, o Rabino-Chefe dirige-se a um não-Judeu e vende-lhe toda a terra de Israel (e, desde 1967, os Territórios Ocupados) por uma soma nominal. Um documento separado estipula que o 'comprador' 'revenderá' de volta a terra quando o ano acabar. E esta transacção é repetida de sete em sete anos, normalmente com o mesmo 'comprador'.

Os rabinos não-Sionistas não reconhecem a validade desta dispensa¹⁷, argumentando correctamente que, dado a lei religiosa proibir que os Judeus vendam terra na Palestina a Gêntios, toda a transacção é baseada num pecado e daí nulo e sem efeito. Os rabinos Sionistas respondem, no entanto, que o que é vedado é uma venda real e não uma fictícia!

3 *Ordenhar no sabbath*. Isto foi proibido nos tempos pós-talmúdicos pelo processo de aumentar a severidade religiosa supramencionada. A proibição podia ser observada facilmente na diáspora, uma vez que os Judeus que tinham vacas eram em geral suficientemente ricos para terem empregados não-Judeus, os quais podiam ser mandados (usando um dos subterfúgios indicados a seguir) fazer a ordenha. Os primeiros colonos Judaicos na Palestina empregaram Árabes para este e outros fins, mas a imposição forçada da política Sionista de trabalho exclusivamente Judaico tornou necessária uma dispensa. (Isto foi particularmente importante antes da introdução da ordenha mecânica no final da década de cinquenta.) Aqui também havia uma diferença entre rabinos Sionistas e não-Sionistas.

De acordo com os primeiros, a ordenha proibida torna-se permitida se o leite não for branco mas corado de azul. Este leite azul dos sábados é então usado exclusivamente para fazer queijo, e o corante é então eliminado no soro. Os rabinos não-Sionistas conceberam um esquema muito mais subtil (que testemunhei pessoalmente a funcionar num kibbutz religioso

em 1952). Descobriram uma velha disposição que permite que os úberes de uma vaca sejam esvaziados no sabbath, puramente para aliviar o sofrimento causado ao animal pelos úberes inchados, e na condição rigorosa de que o leite seja desperdiçado para o chão. Agora, eis como era feito na realidade: no sábado de manhã, um kibbutznik vai até à vacaria e coloca baldes debaixo das vacas. (Não existe proibição de tal trabalho em toda a literatura talmúdica.) Então dirige-se à sinagoga para orar. Então chega o seu colega, cuja 'intenção honesta' é aliviar a dor dos animais e deixa o leite correr para o chão. Mas, se por acaso, acontece estar ali um balde, não estará sujeito a qualquer obrigação de removê-lo? Claro que não. Simplesmente 'ignora' os baldes, cumpre a sua missão de misericórdia e vai à sinagoga. Finalmente, um terceiro colega piedoso vai à vacaria e descobre, para sua grande surpresa, os baldes cheios de leite. Assim, coloca-os na refrigeração e segue para a sinagoga. Agora tudo está bem, e não há necessidade de gastar dinheiro com o corante azul.

4 *Colheitas mistas*. Dispensas semelhantes foram emitidas por rabinos Sionistas a respeito desta proibição (baseada no *Levítico*, 19:19) de semear duas espécies de culturas no mesmo campo. No entanto, a agronomia moderna mostrou que em tais casos (em particular no cultivo de pasto) a sementeira mista é a mais lucrativa. Os rabinos inventaram uma dispensa pela qual um homem semeia o canto no sentido longitudinal com um tipo de semente, e mais tarde nesse dia o seu camarada, que 'não sabe' do primeiro, semeia outra espécie de semente no sentido transversal. Todavia, foi considerado que este método desperdiçava trabalho, e foi concebido um melhor: um homem faz um monte de um tipo de semente num local público e cobre-o cuidadosamente com um saco ou uma tábua. O segundo tipo de semente é colocado por cima da cobertura. Mais tarde, chega outro homem e exclama, em frente de testemunhas, 'Preciso deste saco (ou tábua)' e leva-o, de forma que as sementes misturam-se 'naturalmente'. Finalmente, um terceiro homem vem e é-lhe dito, 'Leva isto e semeia o campo', o que ele executa¹⁸.

5 *Substância levedadas* não devem ser comidas ou mantidas na posse de um Judeu durante os sete (ou, fora da Palestina, oito) dias da Páscoa. O conceito 'substâncias levedadas' foi alargado continuamente e a aversão ao seu simples avistamento durante um festival raia a histeria. Incluem todos

os tipos de farinha, porque o pão (levedado ou não) era normalmente cozido uma vez por semana; uma família camponesa usaria os últimos cereais do ano anterior para cozer pão ázimo para o festival, que anuncia uma nova época de colheitas. No entanto, nas condições da Judiaria Europeia pós-talmúdica a observância era muito difícil e ainda mais num mercador de cereais. Portanto foi concebida uma dispensa, pela qual todas essas substâncias são vendidas ficticiamente a um Gentio antes do festival e compradas de volta automaticamente depois dele. A única coisa que é preciso fazer é fechar as substâncias tabu durante o festival. Em Israel esta venda fictícia foi tornada mais eficaz. Os Judeus religiosos ‘vendem’ as substâncias levedadas aos seus rabinos locais, os quais por sua vez ‘vendem-nas’ ao Rabino-Chefe; este vende-as a um Gentio, e por uma dispensa especial esta venda é considerada como incluindo as substância levedadas dos Judeus não-praticantes.

6. *Sabbath-Goy*. Talvez a dispensa mais elaborada diz respeito ao ‘Goy (Gentio) do sabbath’. Como foi supramencionado, a gama de tarefas proibidas ao sabbath foi ampliada continuamente; mas a gama de tarefas que devem ser desempenhadas ou supervisionadas para satisfazer necessidades ou para aumentar o conforto também continua a aumentar. Isto é particularmente verdade nos tempos modernos, mas o efeito da mudança tecnológica começou a fazer-se sentir há muito. A proibição contra a moagem ao sabbath era um assunto relativamente ligeiro para um camponês Judaico ou um artesão, digamos na Palestina do século II d. C., que usava um moinho manual para fins domésticos. Era um assunto totalmente diferente para um arrendatário de um moinho de água ou de um moinho de vento — uma das ocupações mais vulgares na Europa Oriental. Mas mesmo um ‘problema’ humano tão simples como o desejo de tomar uma chávena de chá quente num sábado à tarde tornava-se muito maior com o samovar tentador, usado regularmente nos dias úteis, na sala. São apenas dois exemplos de um número muito grande dos chamados ‘problemas da observância do sabbath’. E podemos afirmar com certeza que para uma comunidade composta exclusivamente de Judeus Ortodoxos eram completamente insolúveis, pelo menos durante os últimos oito ou dez séculos, sem a ‘ajuda’ dos não-Judeus. Isso ainda é mais verdade hoje no ‘estado Judaico’, porque muitos serviços públicos, como água, gás e electricidade, pertencem a essa categoria. O Judaísmo clássico não poderia existir uma só semana sem usar alguns não-Judeus.

Mas sem uma dispensa especial existe um grande obstáculo para empregar não-Judeus para fazer esses trabalhos ao sábado; dado as regras talmúdicãs proibirem a Judeus pedir a Gentios para fazerem no sabbath qualquer trabalho que a si mesmos seja vedado fazer¹⁹. Descreverei dois dos muitos tipos de dispensas usados para tais fins.

Primeiro, existe o método de 'sugerir', que depende da lógica casuística segundo a qual um pedido pecaminoso torna-se imaculado se for expresso de uma forma ardilosa. Por regra, a sugestão deve ser 'obscura', mas em casos de extrema necessidade é permissível uma sugestão 'clara'. Por exemplo, num recente folheto sobre a observância religiosa para uso dos soldados Israelitas, estes eram ensinados como falar com os trabalhadores Árabes empregues pelo exército como sabbath-Goyim. Em casos urgentes, tais como quando está muito frio e é preciso acender um fogo, ou quando é necessária luz para um serviço religioso, um soldado Judaico piedoso pode usar uma sugestão 'clara' e dizer ao Árabe: 'Está frio (ou escuro) aqui'. Mas normalmente uma sugestão 'obscura' pode bastar, por exemplo: 'Seria mais agradável se aqui estivesse mais quente'²⁰. Este método de 'sugerir' é particularmente repulsivo e degradante na medida que é usado normalmente em não-Judeus que, devido à sua pobreza e posição social subordinada, estão completamente nas mãos do seu empregador Judaico. Um trabalhador Gentio (ou empregado do exército Israelita) que não se treine para interpretar as 'sugestões obscuras' como ordens será impiedosamente despedido.

O segundo método é usado em casos em que o que é requerido ao Gentio para fazer durante o sábado não é uma tarefa ou serviço pessoal, os quais podem ser 'sugeridos' quando surge a necessidade deles, mas um trabalho de rotina ou regular sem supervisão Judaica constante. De acordo com este método — chamado 'inclusão implícita' (*bavla'ab*) do sabbath entre os dias úteis — o Gentio é contratado 'para toda a semana (ou ano)', sem que o sabbath seja mencionado no contrato. Mas na verdade o trabalho só é desempenhado ao sabbath. Este método foi usado no passado para contratar um Gentio para apagar as velas depois da oração da véspera do sabbath (em vez de deixá-las continuar acesas com desperdício). Os exemplos Israelitas modernos são: regular o abastecimento de água ou vigiar reservatórios de água aos sábados²¹.

Uma ideia semelhante foi usada também no caso de Judeus, mas para um fim diferente. Os Judeus estão proibidos de receber qualquer

pagamento por trabalho feito ao sabbath, mesmo se o próprio trabalho é permitido. Aqui o exemplo principal diz respeito às profissões sagradas: o rabino ou estudioso talmúdico que prega ou ensina no sabbath, o cantor que canta só aos sábados e outros dias santos (aos quais são aplicáveis proibições semelhantes), o sacristão e funcionários semelhantes. Nos tempos talmúdicos, e em alguns países mesmo vários séculos depois, tais trabalhos não eram remunerados. Mas posteriormente, quando estes se tornaram profissões assalariadas, a dispensa da 'inclusão implícita' foi utilizada, e eram contratados numa base 'mensal' ou 'anual'. No caso dos rabinos e dos estudiosos talmúdicos o problema era particularmente complicado, uma vez que o Talmude proíbe-os de receber qualquer pagamento por pregar, ensinar ou estudar assuntos talmúdicos, mesmo em dias úteis²². Uma dispensa especial para eles estipula que o seu salário não é realmente um salário mas 'compensação pela ociosidade' (*dmev batalab*). Como resultado combinado dessas duas ficções, o que é em verdade pagamento por *trabalho* feito principalmente, ou mesmo unicamente, ao *sabbath* é transformado em pagamento por estar *ocioso* nos *dias úteis*.

Aspectos Sociais das Dispensas

Duas características sociais destas e muitas outras práticas semelhantes merecem menção especial.

Primeiro, uma característica dominante deste sistema de dispensas, e do Judaísmo clássico enquanto é baseado nelas, é a decepção — decepção primariamente de Deus, se esta palavra pode ser usado para um ente imaginário tão facilmente enganado pelos rabinos, que consideram-se mais espertos que Ele. Não pode ser concebido maior contraste que entre o Deus da Bíblia (particularmente dos grandes profetas) e o Deus do Judaísmo clássico. Este é mais como o mais antigo Júpiter Romano, que também era enganado pelos seus adoradores, ou os deuses descritos pelo *Golden Bough* de Frazer.

Do ponto de vista ético, o Judaísmo clássico representa um processo de degeneração, que ainda está a decorrer, e esta degeneração numa colecção tribal de rituais vazios e superstições mágicas tem consequências sociais e políticas muito importantes. Pois deve ser recordado que são precisamente as superstições do Judaísmo clássico que têm o maior poder sobre as massas

Judaicas, em vez daquelas partes da Bíblia ou mesmo do Talmude que são de valor religioso ou ético verdadeiro. (Também o mesmo pode ser observado em outras religiões que estão agora a registar um revivalismo.) Qual é encarada popularmente como a ocasião mais 'sagrada' e solene do ano litúrgico Judaico, em que participam mesmo muitos outros Judeus que estão de outra forma afastados da religião? É a prece de *Kol Nidrey* na véspera do Yom Kippur — um cântico de uma indulgência particularmente absurda e enganadora, pela qual todos os votos privados feitos a Deus no ano seguinte são antecipadamente nulos e sem valor²³. Ou, na área da religião pessoal, a oração do *Qadish*, dita nos dias de luto pelos filhos em intenção de seus pais para elevar as suas almas ao paraíso — uma recitação de um texto Aramaico, incompreensível para a grande maioria. Evidentemente, o tratamento popular dispensado a estas, as partes mais supersticiosas da religião Judaica, não é dado às suas melhores partes.

Juntamente com a decepção a Deus segue a decepção aos outros Judeus, particularmente no interesse da classe governante Judaica. É característico que nenhuma dispensa foram concedidas no interesse específico dos pobres Judaicos. Por exemplo, Judeus que estavam a passar muita fome, mas não às portas da morte, nunca foram autorizados pelos rabinos (que raramente passam fome) a comer qualquer tipo de comida proibida, embora a comida kosher seja vulgarmente mais cara.

A segunda característica dominante das dispensas é que são em grande parte motivadas obviamente pelo espírito de lucro. E é esta combinação de hipocrisia e da motivação do lucro que dominaram crescentemente o Judaísmo clássico. Em Israel, onde o processo continua, isto é visto tenuemente pela opinião popular, não obstante toda a lavagem de cérebro oficial promovida pelo sistema educativo e a comunicação social. O estamento religioso — os rabinos e os partidos religiosos — e, por associação, até um certo ponto a comunidade Ortodoxa no todo, são muito impopulares em Israel. Uma das razões mais importantes para isto é precisamente a sua reputação de duplicidade e venalidade. Claro que a opinião popular (que pode muitas vezes ser preconceituada) não é a mesma coisa que análise social; mas neste caso particular é realmente verdadeira que ambiente da religião Judaica tem uma forte tendência para a chicana e a corrupção, devido à influência corruptora da religião Judaica Ortodoxa. Porque na vida social em geral a religião é só uma das influências sociais, o seu efeito na massa de crentes não é quase tão grande como sobre os

rabinos e os dirigentes dos partidos religiosos. Esses Judeus religiosos em Israel que são honestos, como a maioria deles indubitavelmente são, não o são por influência da sua religião e rabinos, mas, não obstante eles. Por outro lado, nas poucas áreas da vida pública em Israel que são completamente dominadas pelos círculos religiosos, o nível de chicanice, venalidade e corrupção ultrapassa notoriamente o nível 'médio' tolerado pela sociedade Israelita em geral não-religiosa.

No Capítulo 4 veremos como o domínio da motivação do lucro no Judaísmo clássico está ligada à estrutura da sociedade Judaica e sua articulação com a sociedade em geral no seio da qual os Judeus viveram no seu período 'clássico'. Aqui quero demonstrar apenas que a motivação do lucro não é característica do Judaísmo em todos os períodos da sua história. Só a confusão platónica que busca a 'essência' intemporal metafórica do Judaísmo, em vez de olhar para as mudanças históricas na sociedade Judaica, obnubilou este facto. (E esta confusão foi muito encorajada pelo Sionismo, na sua dependência dos 'direitos históricos' derivados de uma forma não-histórica da Bíblia.) Assim, defensores do Judaísmo defendem, muito correctamente, que a Bíblia é hostil à motivação do lucro enquanto o Talmude é-lhe indiferente. Mas isto foi causado pelas condições sociais muito diferentes em que foram compostos. Como indicámos anteriormente, o Talmude foi composto em duas áreas bem definidas, numa período em que os Judeus que ali viviam constituíam uma sociedade baseada na agricultura e composta fundamentalmente de camponeses — realmente muito diferente da sociedade do Judaísmo clássico.

No Capítulo 5 iremos lidar em pormenor com as atitudes hostis e decepções praticadas pelo Judaísmo clássico contra os não-Judeus. Mas mais importante como característica social é a decepção motivada pelo lucro praticada pelos Judeus ricos contra os seus irmãos Judeus pobres / tal como a dispensa referente aos juros sobre empréstimos.) Devo dizer aqui, não obstante a minha oposição ao Marxismo tanto como filosofia como teoria social, que Marx tinha toda a razão quando, em dois artigos sobre o Judaísmo, caracterizou-o como dominado pela motivação do lucro — desde que isto seja limitado ao Judaísmo tal qual o conheceu, isto é, ao Judaísmo clássico que na sua juventude já havia entrado no período de dissolução. É verdade, declarou-o arbitrariamente, não-historicamente e sem prova. Obviamente chegou a esta conclusão por intuição: mas a sua intuição neste caso — e com a própria limitação histórica — estava certa.

Capítulo 4

O Peso da História

Tem sido escrita uma grande quantidade de disparates na tentativa de fornecer uma interpretação social ou mística da Judiaria ou do Judaísmo 'no todo'. Isto não pode ser feito, porque a estrutura social do povo Judaico e a estrutura ideológica do Judaísmo mudaram profundamente ao longo do tempo. Podem ser distinguidas quatro fases principais:

1 A fase dos antigos reinos de Israel e Judá, até à destruição do primeiro Templo (587 a. C.) e o exílio Babilónico. (Muito do Antigo Testamento refere-se a este período, embora os livros principais do Antigo Testamento, incluindo o Pentateuco como o conhecemos, foram realmente compostos depois dessa data.) Socialmente, esses antigos reinos Judaicos eram muito semelhantes aos reinos vizinhos da Palestina e da Síria; e — como revela uma leitura cuidadosa dos Profetas — a semelhança estendia-se aos cultos religiosos praticados pela grande maioria do povo¹. As ideias que tornar-se-iam típicas do Judaísmo posterior — incluindo em particular segregacionismo étnico e exclusivismo monoteísta — estavam neste momento confinadas aos pequenos círculos de sacerdotes e profetas, cuja influência social dependia do apoio real.

2 A fase dos centros duplos, Palestina e Mesopotâmia, do primeiro 'Regresso da Babilónia' (537 a. C.) até cerca de 500 d. C. é caracterizada pela existência dessas duas sociedades Judaicas autónomas, ambas baseadas primariamente na agricultura, às quais a 'religião Judaica', conforme tinha sido elaborada anteriormente nos círculos dos sacerdotes e escribas, foi imposta pela força e autoridade do Império Persa. O Livro de Ezra do Antigo Testamento contém um relato das actividades de Ezra o sacerdote, 'um escriba preparado na lei de Moisés', que foi empossado pelo Rei Artaxerxes I da Pérsia para 'estabelecer magistrados e juizes' sobre os Judeus da Palestina, de forma que 'a seja quem for que não cumpra a lei de Deus, e a lei do rei, seja proferida rapidamente sentença, seja pena de morte, ou exílio, ou confisco dos bens, ou encarceramento'². E no Livro de Neemias

— portador do cálice do Rei Artaxerxes que foi nomeado governador Persa da Judeia, ainda com maiores poderes — vemos até que ponto a coação estrangeira (nos nossos dias diríamos ‘imperialista’) foi instrumental na imposição da religião Judaica, *com resultados duradouros*.

Nos dois centros, a autonomia Judaica persistiu durante quase todo este período e os desvios da ortodoxia religiosa eram reprimidos. Excepções a esta regra ocorreram quando a própria aristocracia religiosa foi ‘infectada’ por ideias Helenísticas (de 300 a 166 a. C. e depois sob Herodes, o Grande, e os seus sucessores, de 50 a. C. a 70 d. C.), ou quando se dividiu em reacção a novos acontecimentos (por exemplo, a divisão entre os dois grandes partidos, os Fariseus e os Saduceus, que emergiu cerca de 140 a. C.). No entanto, quando qualquer dos partidos triunfava, usava a maquinaria coerciva da autonomia Judaica (ou, durante um breve período, independência) para impor as suas próprias opiniões religiosas a todos os Judeus em ambos os centros.

Durante quase todo este tempo, em especial depois do colapso do Império Persa e até cerca de 200 d. C., os Judeus fora dos dois centros estavam livres da coerção religiosa Judaica. Entre os papiros preservados em Elephantina (no Alto Egipto) existe uma carta datada de 419 a. C. que contém o texto de um édito do Rei Dario II da Pérsia que instrui os Judeus do Egipto sobre os detalhes da observância da Páscoa³. Mas os reinos Helenísticos, a República Romana e o Império Romano mais antigo não se preocuparam com tais coisas. A liberdade que os Judeus Helenísticos gozavam fora da Palestina permitiu a criação de uma literatura Judaica escrita em Grego, que foi posteriormente rejeitada *in toto* pelo Judaísmo e cujos remanescentes foram preservados pelo Cristianismo⁴. A verdadeira ascensão do Cristianismo foi possível apenas por esta liberdade relativa das comunidades Judaicas *fora* dos dois centros. A experiência do Apóstolo Paulo é significativa: em Corinto, quando a comunidade Judaica local acusou Paulo de heresia, o governador Romano Gálio rejeitou o caso, recusando ser um ‘juíz em tais assuntos’⁵, mas na Judeia o governador Festus sentiu-se *obrigado* a tomar conhecimento de uma disputa Judaica interna puramente religiosa⁶.

Esta tolerância chegou ao fim cerca de 200 d. C., quando a religião Judaica, que entretanto tinha evoluído e sido estudada na Palestina, foi imposta pelas autoridades Romanas a todos os Judeus do Império⁷.

3 Esta fase que definimos como *Judaísmo clássico* e que será discutida abaixo⁸.

4 A fase moderna, caracterizada pelo desmoronamento da comunidade totalitária Judaica e o seu poder, e pelas tentativas de reimpô-la, das quais o Sionismo é a mais importante. Esta fase começa na Holanda no século XVII, na França e Áustria (excluindo a Hungria) em meados do século XVIII, e em quase todos os outros países Europeus em meados do século XIX, e em alguns países Islâmicos no século XX. (Os Judeus do Iémen ainda viviam na fase medieval 'clássica' em 1948.) Alguma coisa sobre estes acontecimentos será dito posteriormente.

Entre a segunda e a terceira fases, a do Judaísmo clássico, existe uma falha de alguns séculos em que o conhecimento actual dos Judeus e da sociedade Judaica é muito ligeiro, e a informação escassa que temos é totalmente derivada de fontes externas (não-Judaicas). Nos países da Cristandade Latina não possuímos quaisquer registos literários Judaicos até meados do século X; a informação interna Judaica, principalmente de literatura religiosa, torna-se mais abundante só no século XI e particularmente no XII. Antes disso, estamos completamente dependentes primeiro de provas Romanas e depois de Cristãs. Nos países Islâmicos a falha de informação não é tão grande; no entanto, pouco é conhecido sobre a sociedade Judaica antes de 800 d. C. e sobre as mudanças que devem ter ocorrido durante os três séculos precedentes.

Maiores Características do Judaísmo Clássico

Ignoremos essa 'idade escura', e por razões de conveniência comecemos com os dois séculos de 1000 a 1200, sobre os quais existe informação abundante de fontes internas e externas sobre todos os centros Judaicos importantes, a Ocidente e a Oriente. O Judaísmo clássico, que é claramente discernível nesse período, sofreu poucas mudanças dado que então e ainda hoje (sob o disfarce do Judaísmo Ortodoxo) é uma força poderosa.

Como pode esse Judaísmo clássico ser caracterizado, e quais são as diferenças *sociais* que o distinguem das fases iniciais do Judaísmo? Acredito que existem três características principais.

1 *A sociedade Judaica clássica não tem camponeses*, e nisto difere profundamente das sociedades Judaicas anteriores nos dois centros, Palestina e Mesopotâmia. Não nos é difícil, nos tempos modernos, compreender o que isso significa. Temos de fazer um esforço para imaginar o que era a servidão; as enormes diferenças em literacia, mesmo só a educação, entre aldeia e cidade durante todo este período; a liberdade incomparavelmente maior usufruída por *toda* a pequena minoria que não era camponesa — de forma a compreender que durante a totalidade do período clássico os Judeus, não obstante todas as perseguições a que foram submetidos, formavam uma parte integral das classes privilegiadas. A historiografia Judaica, particularmente em Inglaterra, é enganadora nesse ponto dado que tende a focar-se na pobreza Judaica e na discriminação anti-Judaica. Ambas as coisas eram reais na época; mas o mais pobre dos artesãos, vendedores ambulantes e empregados de um senhorio ou pequeno clérigo Judaicos estavam incomensuravelmente melhor que um servo. Isto era particularmente verdade nos países Europeus em que a servidão persistiu até ao século XIX, quer numa forma extrema quer parcial: Prússia, Áustria (incluindo a Hungria), Polónia e as terras Polacas ocupadas pela Rússia. E não é sem significado que, antes da grande migração Judaica dos tempos modernos (cerca de 1880), uma grande maioria dos Judeus vivia nessas áreas e que a sua função social mais importante era intermediar a opressão dos camponeses em prol da nobreza e da Coroa.

Em toda a parte, o Judaísmo clássico desenvolveu ódio e desprezo pela agricultura como ocupação e pelos camponeses como uma classe, mesmo mais que pelos outros Gentios — um ódio de que não conheço paralelo em outras sociedades. Isto torna-se aparente imediatamente a quem esteja familiarizado com a literatura Hebraica ou Ídiche dos séculos XIX e XX⁹.

Muitos socialistas Judaicos da Europa Oriental (isto é, membros de partidos e facções exclusiva ou predominantemente Judaicos) são culpados de nunca terem exposto este facto; na verdade, muitos deles foram contaminados por uma atitude feroz anti-camponesa herdada do Judaísmo clássico. Claro que, os 'socialistas' Sionistas eram piores a este respeito, mas outros, tais como o Bund, não eram muito melhores. Um exemplo típico é a sua oposição à formação de cooperativas camponesas promovidas pelo clero Católico, baseando-se no argumento de que isto era 'um acto de anti-semitismo'. Esta atitude não está hoje morta de forma alguma, como

pode ser visto claramente nas opiniões racistas sustentadas por muitos 'dissidentes' Judaicos na URSS em relação ao povo Russo, bem como a falta de discussão sobre este assunto por tantos socialistas Judaicos, tais como Isaac Deutscher. Toda a propaganda racista sobre o tema da suposta superioridade moral e intelectual Judaicas (em que muitos socialistas Judaicos são proeminentes) está associada a um falta de sensibilidade pelo sofrimento da maior parte da humanidade que foi particularmente oprimido durante os últimos mil anos — os camponeses.

2 *A sociedade clássica Judaica estava particularmente dependente de reis ou nobres com poderes reais.* No próximo capítulo discutiremos diversas leis Judaicas dirigidas contra os Gentios, e em particular leis que ordenam aos Judeus que vilipendiam os Gentios e abstenham-se de os louvar e aos seus costumes. Estas permitem uma e só uma excepção: um rei Gentio, ou um magnate poderoso localmente (em Hebraico *paritz*, do Ídiche *pooretz*). Um rei é objecto de louvores e preces, e é obedecido não só em assuntos civis, mas também em alguns religiosos. Como veremos, aos médicos Judaicos, que estão na generalidade proibidos de salvar vidas de Gentios ordinários ao Sabbath, são dadas ordens para fazerem o seu melhor para curarem magnatas e governantes; isto explica parcialmente porque reis e nobres, papas e bispos empregavam frequentemente médicos Judaicos. Mas não só médicos, podia-se contar que cobradores de impostos e taxas alfandegárias, ou (na Europa Oriental) baillios de domínios Judaicos fizessem o seu melhor pelo rei ou barão, de uma forma que nenhum Cristão podia fazer.

O estatuto legal de uma comunidade Judaica no período do Judaísmo clássico era normalmente baseado num 'privilégio' — um foral concedido por um rei ou príncipe (ou, na Polónia depois do século XVI, por um nobre poderoso) à comunidade Judaica que lhe conferia direitos de autonomia — isto é, investir nos rabinos o poder de comandar os outros Judeus. Uma parte importante desses privilégios, que datam do Império Romano final, é a criação de um domínio eclesiástico Judaico que, exactamente como o clero Cristão nos tempos medievais, está *isento de pagamento de impostos ao soberano* e permite-lhe aplicar impostos ao povo sob o seu domínio — os Judeus — em seu benefício. É interessante notar que este acordo entre o Império Romano final e os rabinos precede pelo menos em cem anos os privilégios muito semelhantes concedidos por Constantino, o Grande, e os seus sucessores ao clero Cristão.

Depois de cerca de 200 d. C. até ao início do século V, a posição legal de Judiaria no Império Romano era a seguinte. Um Patriarca Judaico hereditário (residente em Tiberíades na Palestina) era reconhecido tanto como alto dignitário na hierarquia oficial do Império como o chefe supremo de todos os Judeus do Império¹⁰. Como funcionário Romano, o Patriarca era *vis illustris*, da mesma classe alta oficial que incluía os cônsules, os comandantes militares superiores do Império e os principais ministros junto do trono (o Consistório Sagrado), e era ultrapassado em categoria apenas pela família imperial. De facto, o Ilustre Patriarca (como era invariavelmente descrito nos decretos imperiais) tinha categoria superior ao governador da Palestina. O Imperador Teodósio I, o Grande, um Cristão piedoso e ortodoxo, executou o seu governador da Palestina por insultar o Patriarca.

Ao mesmo tempo, todos os rabinos — que tinham de ser designados pelo Patriarca — estavam livres dos impostos Romanos mais opressivos e recebiam muitos privilégios oficiais, tais como a isenção de servir nos conselhos municipais (que foi também um dos primeiros privilégios concedidos mais tarde ao clero Cristão). Além disso, o Patriarca tinha poderes para aplicar impostos aos Judeus e discipliná-los pela imposição de multas, flagelações e outros castigos. Usou este poder para suprimir as heresias Judaicas e (como sabemos do Talmude) para perseguir pregadores Judaicos que o acusavam de tributar os pobres Judaicos para seu benefício pessoal.

Sabemos de fontes Judaicas que os rabinos isentos de impostos usavam a excomunhão e outros meios para ampliar a hegemonia religiosa do Patriarca. Também conhecemos, principalmente de forma indirecta, o ódio e desprezo que muitos camponeses e pobres urbanos Judaicos tinham pelos rabinos, bem como o desprezo dos rabinos pelos pobres Judaicos (frequentemente expresso como o desprezo pelos ‘ignorantes’). Não obstante, este arranjo tipicamente colonial continuou, dado ser apoiado pelo poder do Império Romano.

Arranjos semelhantes existiram, dentro de cada país, durante todo o período do Judaísmo clássico. Os seus efeitos sociais nas comunidades Judaicas diferiam, no entanto, de acordo com o tamanho de cada comunidade. Onde existiam poucos Judeus, normalmente havia pouca diferenciação social dentro da comunidade, que tendia a ser composta de Judeus ricos e da classe média, muitos dos quais tinham uma educação rabínico-talmúdica considerável. Mas nos países em que o número de Judeus

aumentava e uma grande classe de pobres Judaicos aparecia, a mesma clivagem que a descrita acima manifestava-se, e observamos a classe rabínica, em aliança com os ricos Judaicos, oprimir os pobres Judaicos no seu interesse bem como no interesse do estado — isto é, da Coroa e da nobreza.

Esta era, em especial, a situação da Polónia pré-1795. As circunstâncias específicas da Judiaria na Polónia serão delineadas abaixo. Aqui só quero indicar que por causa da formação de uma grande comunidade Judaica naquele país, desenvolveu-se uma grande clivagem entre as classes superiores Judaicas (os rabinos e os ricos) e as massas Judaicas a partir do século XVIII e que continuou durante o século XIX. Enquanto a comunidade Judaica teve poder sobre os seus membros, as revoltas incipientes dos pobres, que tinham de suportar a maior carga da tributação, estes eram reprimidos pela força combinada da coerção bruta do 'auto-governo' Judaico e da sanção religiosa.

Por causa de tudo isto, durante o período clássico (bem como nos tempos modernos) os rabinos eram os apoiantes mais leais, para não dizer mais zelosos, dos poderes existentes; e quanto mais reaccionário o regime, mais apoio rabínico tinha.

3 A sociedade do Judaísmo clássico estava em oposição total à sociedade não-Judaica envolvente, excepto o rei (ou os nobres, quando tomavam conta do estado). Isto é demonstrado amplamente no Capítulo 5.

As consequências destas três características sociais, tomadas em conjunto, seguem um longo caminho para explicar a história das comunidades Judaicas nos países Cristãos e Muçulmanos.

A posição dos Judeus era particularmente favorável sob os regimes fortes que mantiveram um carácter feudal e em que a consciência nacional, mesmo num nível rudimentar, não tinha começado a desenvolver-se. Ainda era mais favorável em países como a Polónia pré-1795 ou os reinos Ibéricos antes da segunda metade do século XV, quando a formação de uma monarquia feudal poderosa com base nacional foi temporária ou permanentemente parada. De facto, o Judaísmo clássico floresce melhor sob regimes fortes que estejam dissociados da maioria das classes, e em tais regimes os Judeus desempenham uma das funções de uma classe média — mas de uma maneira permanentemente dependente. Por esta razão têm a oposição não só do campesinato (cuja oposição era então sem importância, excepto no caso de uma revolta rara e ocasional), mas também, mais

importante, da classe média não-Judaica (que estava a crescer na Europa) e da parte plebeia do clero; e eram protegidos pelo alto clero e pela nobreza. Mas nos países em que, tendo sido debelada a anarquia feudal, a nobreza entrara numa sociedade com o rei (e pelo menos com parte da burguesia) para dirigir o estado, que assume uma forma nacional ou proto-nacional, a posição dos Judeus deteriora-se.

Este esquema geral, igualmente válido para os países Cristãos e Muçulmanos, será agora explicitado brevemente por alguns exemplos.

Inglaterra, França e Itália

Como o primeiro período de residência Judaica em Inglaterra foi muito breve e coincidiu com o desenvolvimento da monarquia feudal nacional, este país pode servir como o melhor exemplo do esquema supracitado. Os Judeus foram trazidos por Guilherme, o Conquistador, como parte da classe dirigente Normanda que falava Francês, com o dever primário de conceder empréstimos a esses senhores, espirituais e temporais, que de outra forma seriam incapazes de pagar as suas taxas feudais (que eram particularmente pesadas em Inglaterra e cobradas mais rigorosamente nesse período que em qualquer outra monarquia Europeia). O seu maior patrono foi Henrique II, e a Magna Carta marcou o começo do seu declínio, que continuou durante o conflito dos barões com Henrique III. A resolução temporária deste conflito por Eduardo I, com a formação do Parlamento e a tributação 'ordinária' e fixa, foi acompanhada da expulsão dos Judeus.

Semelhantemente, em França os Judeus floresceram durante a formação de fortes principados feudais nos séculos XI e XII, incluindo o Domínio Real; e o seu melhor protector entre os reis Capetíngios foi Luís VII (1137-80), não obstante a sua piedade Cristã profunda e sincera. Nesse tempo os Judeus de França consideravam-se como cavaleiros (em Hebraico, *parashim*) e a autoridade suprema Judaica em França, Rabbenu Tam, avisa que adverte-os para nunca aceitarem um convite por um senhor feudal para ficar no seu domínio, salvo se lhes forem concedidos privilégios semelhantes aos dos outros cavaleiros. O declínio da sua posição começa com Filipe II, Augusto, criador da aliança político-militar da Coroa com o movimento urbano nascente da *commune*, e cai a pique com Filipe IV, que convocou os primeiros Estados Gerais para toda a França de forma a obter

apoios na luta contra o papa. A expulsão final dos Judeus de toda a França está ligado estreitamente com a afirmação sólida dos direitos da Coroa de tributação e o carácter nacional da monarquia.

Podem ser apresentados exemplos semelhantes para outros países Europeus em que os Judeus viviam durante esse período. Reservando a Espanha Cristã e a Polónia para uma discussão mais detalhada, assinalamos que em Itália, onde muitas cidades-estado tinham uma forma republicana de poder, a mesma regularidade é verificável. Os Judeus floresceram em particular nos Estados Pontifícios, no Reino das Duas Sicílias (até à sua expulsão, por ordem Espanhola, cerca de 1500) e nos enclaves feudais do Piemonte. Mas nas grandes cidades comerciais e independentes como Florença o seu número era pequeno e o seu papel social sem importância.

O Mundo Muçulmano

O mesmo esquema geral é aplicável às comunidades Judaicas durante o período clássico nos países Muçulmanos bem como, excepto pelo facto importante de a expulsão de Judeus, sendo contrária à lei Islâmica, ser virtualmente desconhecida aqui. (A lei canónica medieval Católica, por outro lado, não determina nem proíbe tal expulsão.)

As comunidades Judaicas floresceram na famosa, mas socialmente mal interpretada, Idade de Ouro Judaica nos países Muçulmanos sob regimes que eram particularmente dissociados da grande maioria do povo que governavam, e cujo poder residia em nada excepto a força bruta e um exército mercenário. O melhor exemplo é a Espanha Muçulmana, onde a verdadeira Idade de Ouro Judaica (da poesia, gramática, filosofia, etc., Hebraicas) começou exactamente com a queda do califado Espanhol dos Omíadas depois da morte do dirigente *de facto*, al-Mansur, em 1002, e o estabelecimento dos inúmeros reinos de taifa (de *ta'ifa*, facção), todos assentes na força bruta. A ascensão do famoso comandante-chefe e primeiro ministro do reino de Granada, Samuel, o Chefe (Shmu'el Hannagid, morto em 1056), que era também um dos maiores poetas Hebraicos de todos os tempos, baseava-se principalmente no facto de o reino que servia ser uma tirania de uma diminuta força militar Berbere sobre os habitantes que falavam Árabe. Uma situação semelhante aconteceu nos outros reinos de taifa Árabo-Hispânicos. A posição dos Judeus declinou de alguma maneira com a implantação do regime Almorávida (em 1086-90) e tornou-se muito

precária sob o regime forte e popular dos Almóadas (depois de 1147) quando, em consequência de perseguições, os Judeus migraram para os reinos Cristãos Espanhóis, onde o poder dos reis era ainda muito periclitante.

Observações semelhantes podem ser feitas a respeito dos estados do Oriente Muçulmano. O primeiro estado em que a comunidade Judaica atingiu uma posição de influência política importante foi o Império Fatimida, especialmente depois da conquista do Egípto em 969, *porque* estava baseado na regra da minoria religiosa Ismaelita Xiita. O mesmo fenómeno pode ser observado nos estados Seljúcidas — baseados em exércitos do tipo feudal, mercenários e, de uma forma crescente, em tropas escravas (*mamluks*, mamelucos) — e nos estados seus sucessores. O favoritismo de Saladino pelas comunidades Judaicas, primeiro no Egípto, depois em outras partes do seu império em expansão, assentava não só nas suas qualidades pessoais de tolerância, caridade e profunda sabedoria política, mas igualmente na sua ascensão ao poder como um comandante de mercenários revoltoso recentemente chegado ao Egípto e depois como usurpador do poder de uma dinastia que ele, o seu pai e tio antes dele tinham servido.

Mas talvez o melhor exemplo Islâmico é o estado em que a posição dos Judeus era melhor que algures no Oriente desde a queda do antigo Império Persa — o Império Otomano, em especial durante o seu apogeu no século XVI¹¹. Como é bem sabido, o regime Otomano baseava-se inicialmente na quase completa exclusão dos próprios Turcos (para não mencionar outros Muçulmanos por nascimento) das posições de poder político e da parte mais importante do exército, o corpo de Janízaros, as quais eram asseguradas por escravos do sultão nascidos Cristãos, raptados na infância e educados em escolas especiais. Até ao fim do século XVI nenhum Turco de nascimento livre podia tornar-se um Janízaro ou ocupar qualquer lugar importante no governo. Em tal regime, o papel dos Judeus na sua esfera era muito análogo ao dos Janízaros no deles. Assim a posição dos Judeus era melhor sob um regime que estava politicamente muito dissociado dos povos que governava. Com a admissão dos Turcos (bem como de outros povos Muçulmanos, tais como os Albaneses) à classe dirigente do Império Otomano, a posição dos Judeus declinou. No entanto, o declínio não foi muito acentuado, devido à arbitrariedade continuada e o carácter não-nacional do regime Otomano.

Este ponto é muito importante, em minha opinião, porque a situação relativamente boa dos Judeus sob o Islão em geral, e sob certos regimes Islâmicos em particular, é usada por muitos propagandistas Palestinos e

outros Árabes de uma maneira muito ignorante, embora talvez bem intencionada. Primeiro, generalizam e reduzem questões sérias de política e história a simples palavras de ordem. Concedendo que a posição dos Judeus era, *em média*, muito melhor sob o Islão que sob o Cristianismo — a questão importante a perguntar é, sob *quais regimes* era melhor ou pior? Vimos onde conduz uma tal análise.

Mas, em segundo lugar e ainda mais importante: num estado pré-moderno, uma posição ‘melhor’ da comunidade Judaica implicava normalmente um maior grau de tirania exercida dentro da comunidade pelos rabinos contra os outros Judeus. Para dar um exemplo: certamente que a figura de Saladino é uma que, considerando o seu período, inspira um respeito profundo. Mas juntamente com este respeito, eu próprio não posso esquecer que os privilégios ampliados que ele concedeu à comunidade Judaica no Egito e a sua nomeação de Maimonides como seu Chefe (*Nagid*) desencadeou imediatamente sérias perseguições religiosas aos ‘pecadores’ Judaicos pelos rabinos. Por exemplo, os ‘sacerdotes’ Judaicos (supostamente descendentes dos antigos sacerdotes que haviam servido no Templo) estavam proibidos de casar não só com prostitutas¹², mas também divorciadas. Esta última proibição, que sempre causou dificuldades, foi infringida durante a anarquia dos últimos governantes Fatimidas (cerca de 1130-80) por tais ‘sacerdotes’ que, contrariamente à lei religiosa Judaica, casaram-se com divorciadas Judaicas em tribunais Islâmicos (que tinham nominalmente o poder de casar não-Muçulmanos). A maior tolerância para com ‘os Judeus’ instituída por Saladino após a sua subida ao poder permitiu a Maimonides emitir ordens aos tribunais rabínicos no Egito para prenderem todos os Judeus que tivessem contraído tais matrimónios proibidos e flagelarem-nos até ‘concordarem’ com o divórcio dessas mulheres¹³. De uma maneira semelhante, no Império Otomano os poderes dos tribunais rabínicos eram muito grandes e consequentemente muito perniciosos. Assim a posição dos Judeus nos países Muçulmanos no passado nunca devia ser usada como argumento político em contextos contemporâneos (ou futuros).

Espanha Cristã

Deixei para o fim a discussão dos dois países onde a posição da comunidade Judaica e o desenvolvimento interno do Judaísmo clássico

foram mais importantes — a Espanha Cristã¹⁴ (ou antes a península Ibérica, incluindo Portugal) e a Polónia pré-1795.

Politicamente, a posição dos Judeus nos reinos da Espanha Cristã foi a mais alta alguma vez atingida pelos Judeus em qualquer país (excepto algumas das *ta'ifas* e sob os Fatimidas) antes do século XIX. Muitos Judeus serviram oficialmente como Tesoureiros-Mores dos reis de Castela, cobradores de impostos regionais ou gerais, diplomatas (representando o rei em cortes estrangeiras, tanto Muçulmanas como Cristãs), cortesãos e conselheiros de governantes e grandes nobres. E em nenhum outro país, excepto a Polónia, a comunidade Judaica deteve tão grandes poderes legais sobre os Judeus ou usou-os de uma forma tão lata e pública, incluindo o poder de infligir a pena capital. A partir do século XI era comum a perseguição dos Caraítas (uma seita Judaica herética) com flagelação até à morte se impenitentes. As mulheres Judaicas que coabitavam com Gentios tinham os narizes cortados por rabinos que explicavam que 'desta forma perderá a beleza e o seu amante não-Judeu virá a odiá-la'. Aos Judeus que tinham a ousadia de atacar um juiz rabínico eram-lhes cortadas as mãos. Os adúlteros eram aprisionados, depois de obrigados a passar entre alas populares ao longo de todo o bairro Judaico. Em discussões religiosas, os que eram considerados heréticos tinham a língua cortada.

Historicamente, tudo isto estava associado com a anarquia feudal e com a tentativa de alguns reis 'fortes' governarem pela força bruta, ignorando as instituições parlamentares, as Cortes, que já tinham surgido. Nessa luta, era muito significativo não só o poder político e financeiro dos Judeus, mas também o seu poder militar (pelo menos no reino mais importante, Castela). Um exemplo deve bastar: tanto o desgoverno feudal e a influência política Judaica em Castela atingiram o pico sob Pedro I, cognominado com justiça o Cruel. As comunidades Judaicas de Toledo, Burgos e muitas outras cidades, serviram praticamente como guarnições durante a longa guerra civil entre ele e o seu meio-irmão, Henrique de Trastâmara, que depois da sua vitória tornou-se Henrique II (1369-89)¹⁵. O mesmo Pedro I deu aos Judeus de Castela o direito de criarem uma inquisição em todo o território contra os desviacionistas religiosos Judaicos — mais de cem anos antes da criação da mais famosa Santa Inquisição Católica.

Como em outros países Europeus Ocidentais, o aparecimento gradual da consciência nacional em torno da monarquia, que começou sob

a casa de Trastámara e depois de uns altos e baixos culminou com os Reis Católicos Fernando e Isabel, foi acompanhada primeiro de um declínio na posição dos Judeus, depois por movimentos populares e pressões contra eles e finalmente pela sua expulsão. No conjunto os Judeus eram defendidos pela nobreza e o alto clero. Foram as secções mais plebeias da igreja, em particular as ordens mendicantes, envolvidas na vida das classes baixas, que lhes eram hostis. Os grandes inimigos dos Judeus, Torquemada e o Cardeal Ximenes, foram também grandes reformadores da igreja Espanhola, fazendo-a menos corrupta e muito mais dependente da monarquia em vez de ser a coutada da aristocracia feudal.

Polónia

A velha Polónia pré-1795 — uma república feudal com um rei electivo — é um exemplo contrário; mostra como antes do advento do estado moderno a posição dos Judeus era mais importante socialmente e a sua autonomia interna maior sob um regime que era completamente atrasado ao ponto de degenerescência total.

Devido a muitas causas, a Polónia medieval demorou-se no seu desenvolvimento atrás de países como Inglaterra e a França; uma monarquia do tipo feudal forte — todavia sem quaisquer instituições parlamentares — foi formada só no século XIV, especialmente com Casimiro, o Grande, (1333-70). Imediatamente após a sua morte, mudanças dinásticas e outros factores conduziram a um desenvolvimento rápido do poder dos magnates nobres, depois também da pequena nobreza, de forma que em 1572 o processo de redução do rei a uma figura decorativa e a exclusão de todos os estados não-nobres do poder político estava virtualmente completa. Nos duzentos anos seguintes, a falta de governo transformou-se numa anarquia reconhecida, a ponto de uma decisão judicial num caso que afectasse um nobre era apenas uma licença para conduzir uma guerra privada para fazer cumprir o veredicto (pois não existia outra maneira de o fazer cumprir) e em que os conflitos entre as grandes casas nobres no século XVIII envolviam exércitos privados totalizando dezenas de milhares de homens, muito maiores que as forças fúteis do exército oficial da República.

Este processo foi acompanhado de um aviltamento da posição dos camponeses Polacos (que tinham sido livres no começo da Idade Média)

ao ponto de total servidão, dificilmente distinguível da escravidão pura e certamente a pior na Europa. O desejo dos nobres dos países vizinhos de usufruírem o poder do *pan* Polaco sobre os seus camponeses (incluindo o poder de vida ou de morte sem qualquer direito de apelo) foi instrumental na expansão territorial da Polónia. A situação das terras 'orientais' da Polónia (Bielorrússia e Ucrânia) — colonizadas e povoadas pelos camponeses recentemente servilizados — era a pior de todas¹⁶.

Um pequeno número de Judeus (embora em posições importantes) tinham vivido na Polónia aparentemente desde a criação do estado Polaco. Uma imigração Judaica significativa para esse país começou no século XIII e aumento com Casimiro, o Grande, com o declínio da posição Judaica na Europa Ocidental e depois Central. Não se sabe muito sobre a Judiaria Polaca nesse período. Mas com o declínio da monarquia no século XVI — especialmente com Segismundo I, o Velho (1506-48), e o seu filho, Segismundo II, Augusto (1548-72) — a Judiaria Polaca explodiu numa proeminência social e política acompanhada, como habitual, de um grau de autonomia muito maior. Foi nesta época que aos Judeus da Polónia foram concedidos os seus maiores privilégios, culminando na criação da famosa Comissão das Quatro Terras, um órgão de governo autónomo Judaico muito eficaz, com jurisdição sobre todos os Judeus das quatro divisões da Polónia. Uma das suas funções mais importantes era receber todos os impostos dos Judeus de todo o país, deduzindo parte do produto para o seu próprio uso e para o uso das comunidades locais Judaicas, entregando o resto ao tesouro do estado.

Qual era o papel social da Judiaria Polaca do princípio do século XVI até 1795? Com o declínio do poder real, o habitual papel do rei em relação aos Judeus foi rapidamente ocupado pela nobreza — com resultados duradouros e trágicos tanto para os Judeus como para o povo ordinário da república Polaca. Em toda a Polónia os nobres usavam os Judeus como seus agentes para minarem o poder comercial das Cidades Reais, que de qualquer maneira era fraco. Caso único entre os países da Cristandade Ocidental, na Polónia a propriedade de um nobre dentro de uma Cidade Real estava isenta das leis da cidade e dos regulamentos das corporações. Em muitos casos os nobres instalavam os seus clientes Judaicos nessas propriedades, dando assim lugar a um conflito prolongado. Os Judeus eram normalmente 'vitoriosos', no sentido em que as cidades não podiam nem subjugar-los nem expulsá-los; mas nos tumultos populares frequentes as

vidas Judaicas (e, ainda mais, propriedades Judaicas) eram perdidas. Os nobres continuavam a ter lucros. Consequências semelhantes ou piores seguiram-se ao uso frequente de Judeus como agentes comerciais dos nobres: obtiveram isenção de quase todas as portagens e tarifas, em detrimento da burguesia nacional.

Mas os resultados mais duradouros e trágicos ocorreram nas províncias orientais da Polónia — aproximadamente, a área a leste da fronteira actual, incluindo quase toda a actual Ucrânia e chegando à fronteira da língua Grande Russa. (Até 1667 a fronteira Polaca era muito para leste do Dnieper, de forma que Poltava, por exemplo, ficava dentro da Polónia.) Nesses amplos territórios quase não existiam Cidades Reais. As cidades eram criadas por nobres e pertenciam-lhes — e foram colonizadas quase exclusivamente por Judeus. Até 1939, a população de muitas cidades Polacas a leste do rio Bug era pelo menos 90% Judaica, e este fenómeno demográfico era ainda mais pronunciado na área da Rússia Czarista anexada da Polónia e conhecida como a Área Judaica. Fora das cidades muitos Judeus por toda a Polónia, mas em particular no leste, eram empregados como supervisores directos ou opressores do campesinato reduzido à servidão — como baillios de domínios (investidos de todos os poderes coercivos do senhorio) ou arrendatários de monopólios feudais específicos, como o moinho da farinha, o alambique e a taberna (com o direito de fazer buscas armadas às casas dos camponeses à procura de alambiques clandestinos), ou a padaria, ou como cobradores dos direitos feudais tradicionais de todos os tipos. Em resumo, na Polónia Oriental, sob o governo dos nobres (e da igreja feudalizada, formada exclusivamente a partir da nobreza) os Judeus eram simultaneamente os *exploradores imediatos do campesinato* e virtualmente os únicos habitantes das cidades.

Sem dúvida, a maior parte do lucro que extraíam dos camponeses era passado para os senhorios, de uma forma ou outra. Sem dúvida, a opressão e subjugação dos Judeus pelos nobres eram severas, e os registos históricos contam-nos muitas histórias horripilantes do sofrimento e humilhação infligidos pelos nobres aos 'seus' Judeus. Mas, como observámos, os camponeses sofreram pior opressão às mãos *tanto* dos nobres como dos Judeus; e podemos admitir que, excepto nos tempos de revoltas camponesas, todo o peso das leis religiosas Judaicas contra os Gentios caía sobre os camponeses. Como será visto no próximo capítulo, essas leis eram suspensas ou mitigadas nos casos em que se temesse que

pudessem provocar a hostilidade contra os Judeus; mas a hostilidade dos camponeses podia ser olhada como ineficaz enquanto o baillio Judaico se pudesse abrigar sob a 'paz' do grande senhor.

A situação estagnou até ao advento do estado moderno, altura em que a Polónia tinha sido partilhada. Daí a Polónia ter sido o único estado da Cristandade Ocidental de onde os Judeus nunca foram expulsos. Uma nova classe média não podia nascer de um campesinato totalmente escravizado; e a velha burguesia estava limitada geograficamente e era fraca comercialmente, e daí sem poder. No conjunto, as coisas foram piorando constantemente, mas sem qualquer mudança substancial.

As condições internas dentro da comunidade Judaica seguiram um caminho semelhante. No período de 1500-1795, um dos mais afectados pela superstição na história do Judaísmo, a Judiaria Polaca era a mais supersticiosa e fanática de todas as comunidades Judaicas. O poder considerável da autonomia Judaica era usado de uma forma crescente para abafar qualquer pensamento original ou inovador, para promover a exploração sem vergonha dos pobres Judaicos pelos ricos Judaicos em aliança com os rabinos, e para justificar o papel dos Judeus na opressão dos camponeses ao serviço dos nobres. Também aqui não havia qualquer saída, a não ser pela libertação a partir do exterior. A Polónia pré-1795, onde o papel *social* dos Judeus era mais importante que em qualquer outra diáspora clássica, ilustra melhor que em qualquer outro país a falência do Judaísmo clássico.

Perseguições anti-Judaicas

Durante todo o período do Judaísmo clássico, os Judeus eram frequentemente sujeitos a perseguições¹⁷ — e este facto serve agora como o principal 'argumento' dos propagandistas da religião Judaica com as suas leis anti-Gentios e particularmente do Sionismo. Claro que o extermínio Nazi de cinco ou seis milhões de Judeus Europeus parece ser o argumento que coroa essa linha. Devemos portanto considerar este fenómeno e o seu aspecto contemporâneo. Isto é particularmente importante perante o facto de que os descendentes dos Judeus da Polónia pré-1795 (frequentemente chamados de 'Judeus da Europa Oriental' — em oposição aos Judeus do domínio cultural Alemão do início do século XIX, incluindo as actuais

Áustria, Boémia e Morávia) agora detêm poder político predominante em Israel bem como nas comunidades Judaicas nos EUA e outros países Anglófonos; e, devido ao seu passado histórico especial, esta maneira de pensar está firmemente radicada entre eles, muito mais que entre os outros Judeus.

Devemos, primeiro, traçar uma distinção nítida entre as perseguições aos Judeus durante o período clássico de um lado, e o extermínio Nazi do outro. O primeiro era formado por movimentos populares, vindos de baixo; enquanto o último era inspirado, organizado e executado de cima: na verdade, por funcionários do estado. Tais actos como o extermínio Nazi organizado pelo estado são relativamente raros na história humana, embora existam outros casos (o extermínio dos Tasmanianos e de outros povos coloniais, por exemplo). Mais ainda, os Nazis tencionavam liquidar outros povos além dos Judeus: os Ciganos foram exterminados como os Judeus, e a exterminação dos Eslavos estava a decorrer, com a chacina sistemática de milhões de civis e prisioneiros de guerra. Todavia, é a perseguição a Judeus recorrente em muitos países durante o período clássico que é o modelo (e a desculpa) para os políticos Sionistas na sua perseguição aos Palestinos, bem como o argumento usado pelos apologistas do Judaísmo em geral; e este é o fenómeno que devemos considerar agora.

Deve ser sublinhado que em todas as piores perseguições anti-Judaicas, isto é, quando os Judeus eram mortos, o escol governante — o imperador e o papa, os reis, a aristocracia mais elevada e o alto clero, bem como a burguesia rica nas cidades autónomas — estava sempre ao lado dos Judeus. Os inimigos destes pertenciam às classes mais oprimidas e exploradas e aqueles próximos delas na vida e interesses diários; tais como os frades das ordens mendicantes¹⁸. É verdade que na maior parte (mas penso que não em todos) dos casos membros do escol defendiam os Judeus nem por considerações de humanidade nem por simpatia para com os Judeus como tal, mas pelo tipo de razões usado pelos governantes na justificação dos seus interesses — o facto de que os Judeus eram úteis e lucrativos (para eles), defesa da 'lei e da ordem', ódio às classes mais baixas e medo de que os tumultos anti-Judaicos pudessem evoluir para rebeliões populares generalizadas. Todavia, mantém-se o facto de que defendiam os Judeus. Por essa razão todas as chacinas de Judeus durante o período clássico eram parte de uma rebelião camponesa ou outros movimentos populares na altura em que o governo era fraco por alguma razão. Isto é verdade

mesmo no caso parcialmente excepcional da Rússia Czarista. O governo Czarista, actuando sub-repticiamente por intermédio da sua polícia secreta, promovia pogroms; mas só o fazia quando era particularmente fraco (depois do assassinio de Alexandre II em 1881, e no período imediatamente anterior e posterior à revolução de 1905) e até chegava a ter cuidado em conter a quebra da 'lei e ordem'. Durante a época da sua maior força — por exemplo, com Nicolau I ou na última parte do reinado de Alexandre III, quando a oposição tinha sido esmagada — os pogroms não eram tolerados pelo regime Czarista, embora a discriminação *legal* contra os Judeus fosse intensificada.

A regra geral pode ser observada em todas as maiores chacinas de Judeus na Europa Cristã. Durante a primeira cruzada, não foram os exércitos dos cavaleiros, comandados por duques e condes famosos, que molestaram os Judeus, mas as hostes populares espontâneas compostas quase exclusivamente de camponeses e pobres na senda de Pedro, o Eremita. Em cada cidade o bispo ou o representante do imperador opuseram-se-lhes e tentaram, frequentemente em vão, proteger os Judeus¹⁹. Os tumultos anti-Judaicos em Inglaterra que acompanharam a terceira cruzada foram parte de um movimento popular dirigido também contra os funcionários reais, e alguns amotinados foram punidos severamente por Ricardo I. As chacinas de Judeus durante a eclosão da Peste Negra ocorreram contra as ordens rigorosas do papa, o imperador, os bispos e os príncipes Alemães. Nas cidades livres, por exemplo em Estrasburgo, foram normalmente precedidas de uma revolução local em que o conselho da cidade oligárquico, que protegia os Judeus, fora derrubado e substituído por outro mais popular. As grandes chacinas de 1391 de Judeus em Espanha ocorreram com um governo de regência fraco e numa altura em que o papado, enfraquecido pelo Grande Cisma entre papas rivais, foi incapaz de dominar os frades mendicantes.

Talvez o exemplo mais relevante seja a grande chacina de Judeus durante a revolta de Chmielnicki na Ucrânia (1648), que começou como um motim de oficiais Cossacos, mas tornou-se rapidamente num movimento popular generalizado dos servos oprimidos: 'Os desprivilegiados, os súbditos, os Ucrânios, os Ortodoxos [perseguidos pela igreja Católica Polaca] estavam a levantar-se contra os seus senhores Católicos Polacos, em especial contra os baillios dos seus senhores, clero e Judeus'²⁰. Este levantamento camponês *típico* contra a opressão extrema,

um levantamento acompanhado de não apenas as chacinas cometidas pelos rebeldes, mas também por algumas atrocidades ainda mais horríveis e o 'contra-terror' dos exércitos privados dos magnates Polacos²¹, ficou gravado na consciência dos Judeus Europeus Orientais até aos nossos dias — todavia não como uma revolta campestre, uma revolta dos oprimidos, dos verdadeiros condenados da terra, nem mesmo de uma vingança aplicada a *todos* os servidores da nobreza Polaca, mas como um acto de anti-semitismo gratuito dirigido contra os Judeus enquanto tal. De facto, a votação da delegação Ucraniana na ONU e, de uma forma mais geral, a política Soviética no Médio Oriente, são frequentemente 'explicadas' na imprensa Israelita como 'uma herança de Chmielnicki' ou dos seus descendentes.

Anti-semitismo Moderno

O carácter das perseguições sofreu uma mudança radical nos tempos modernos. Com o advento do estado moderno, a abolição da servidão e a obtenção dos direitos individuais mínimos, a função sócio-económica especial dos Judeus desapareceu necessariamente. Juntamente com ela desaparecem também os poderes da comunidade Judaica sobre os seus membros; números crescentes de Judeus individuais ganham a liberdade de entrar na sociedade em geral dos seus países. Naturalmente, esta transição provocou uma reacção violenta tanto por parte dos Judeus (em particular os seus rabinos) e aqueles elementos na sociedade Europeia que se opunham a uma sociedade aberta e para os quais todo o processo de libertação do indivíduo era anátema.

O anti-semitismo moderno aparece primeiro em França e na Alemanha, a seguir na Rússia, depois de 1870. Ao contrário da opinião prevalecente entre os socialistas Judaicos, não acredito que os seus começos ou o desenvolvimento subsequente até aos dias de hoje possam ser atribuídos ao 'capitalismo'. Pelo contrário, em meu entender, os capitalistas com êxito em todos os países eram no conjunto livres notavelmente do anti-semitismo, e que nos países em que o capitalismo se estabeleceu primeiro e na sua forma mais extensiva — tais como a Inglaterra e Bélgica — eram também aqueles onde o anti-semitismo era francamente menos disseminado que em quaisquer outros²².

O anti-semitismo moderno inicial (1880-1900) foi uma reacção de homens estupefactos, que odiavam profundamente a sociedade moderna

em todos os seus aspectos, tanto bons como maus, e que eram crentes ferventes na teoria da conspiração da história. Os Judeus foram plasmados no papel de bode expiatório pela quebra da velha sociedade (que a nostalgia anti-semita imaginava como sendo ainda mais fechada e ordenada do que tinha sido na realidade) e por tudo o que era perturbador nos tempos modernos. Mas logo no princípio os anti-semitas foram confrontados com o que era, para eles, um problema difícil: como definir este bode expiatório, especialmente em termos populares? Qual seria o suposto denominador comum do músico, banqueiro, artífice e pedinte Judaico — particularmente depois de as características religiosas comuns terem sido dissolvidas, pelo menos externamente? A 'teoria' da raça Judaica era a resposta do anti-semitismo moderno a este problema.

Em contraste, a antiga oposição Cristã, e ainda mais a Muçulmana, ao Judaísmo clássico estava notavelmente livre de racismo. Sem dúvida que isto era, até certo ponto, uma consequência do carácter universal do Cristianismo e do Islão, bem como a sua ligação original ao Judaísmo (S. Tomás More repreendeu fortemente uma mulher que protestou quando lhe disse que a Virgem Maria era Judica). Mas em meu entender uma razão muito mais importante foi o papel social dos Judeus como uma parte integral das classes superiores. Em muitos países os Judeus eram tratados como nobres potenciais e, depois da conversão, estavam imediatamente prontos para o casamento com a nobreza mais alta. A nobreza de Castela e Aragão do século XV ou a aristocracia da Polónia do século XVIII — para usar os dois casos em que o casamento misto com Judeus convertidos estava generalizado — dificilmente seria provável que casasse com camponeses Espanhóis ou servos Polacos, não importando quantos louvores o Evangelho tenha para os pobres.

É o mito moderno da 'raça' Judaica — das características exteriormente ocultas, mas supostamente dominantes, de 'os Judeus', independentemente da história, papel social, de qualquer coisa — que é a marca distintiva formal e mais importante do anti-semitismo moderno. Isto foi de facto compreendido por alguns dirigentes da Igreja quando o anti-semitismo moderno apareceu primeiro como um movimento de alguma força. Alguns dirigentes Católicos Franceses, por exemplo, opuseram-se à nova doutrina racista exposta por E. Drumont, o primeiro anti-semita moderno Francês popular e autor do livro notório *La France Juive* (1886), que atingiu grande circulação²³. Os primeiros anti-semitas modernos Alemães encontraram uma oposição semelhante.

Deve ser apontado que alguns grupos importantes de conservadores Europeus estavam muito preparados para jogar com o anti-semitismo moderno e usá-lo para os seus próprios fins, e que os anti-semitas estavam igualmente prontos a usar os conservadores quando a ocasião surgia, embora no fundo houvesse pouca semelhança entre as duas partes. 'As vítimas que eram tratadas mais asperamente [pela pena do supramencionado Drumont] não eram os Rothschilds mas os grandes nobres que os cortejam. Drumont não poupava a Família Real... ou os bispos, ou a propósito o Papa'²⁴. Não obstante, muitos dos grandes nobres, bispos e conservadores em geral Franceses foram muito satisfeitos em usar Drumont e o anti-semitismo durante a crise do processo Dreyfus numa tentativa de derrubar o regime republicano.

Este tipo de aliança oportunista reapareceu muitas vezes nos vários países Europeus até à derrota do Nazismo. O ódio dos conservadores ao radicalismo e em particular a todas as formas de socialismo cegou muitos deles sobre a natureza dos seus companheiros de cama políticos. Em muitos casos estavam preparados literalmente para se aliarem com o diabo, esquecendo a velha máxima de que precisamos de uma colher muito comprida para comermos com ele.

A eficácia do anti-semitismo moderno, e da sua aliança com o conservadorismo, dependia de vários factores.

Primeiro, a tradição mais antiga de oposição religiosa Cristã aos Judeus, que existiu em muitos (embora de forma alguma em todos) países Europeus, podia, se apoiada ou pelo menos não contrariada pelo clero, atrelar-se ao carro do anti-semitismo. A resposta real do clero em cada país foi determinada largamente pelas circunstâncias locais históricas e sociais específicas. Na Igreja Católica, a tendência para uma aliança oportunista com o anti-semitismo era forte em França, mas não em Itália; na Polónia e na Eslováquia, mas não na Boémia. A Igreja Ortodoxa Grega tinha tendências notoriamente anti-semitas na Roménia, mas seguiu a linha oposta na Bulgária. Entre as Igrejas Protestantes, a Alemã estava dividida profundamente quanto a este assunto, outras (tais como a Letã e a Estónia) tendiam a ser anti-semitas, mas muitas (por exemplo a Holandesa, Suíça e Escandinavas) estiveram entre as primeiras a condenar o anti-semitismo.

Em segundo lugar, o anti-semitismo era amplamente uma expressão genérica de xenofobia, um desejo de uma sociedade homogénea 'pura'. Mas em muitos países Europeus cerca de 1900 (e de facto até mais

recentemente) o Judeu era virtualmente o único ‘estrangeiro’. Isto era particularmente verdadeiro na Alemanha. Em princípio, os racistas Alemães do início do século XX odiavam e desprezavam os Pretos tanto como os Judeus; mas então não existiam Pretos na Alemanha. Claro que o ódio pode ser focado muito mais facilmente no presente do que no ausente, particularmente sob as condições da época, quando as viagens em massa e o turismo não existiam e muitos nunca tinham saído do seu próprio país em tempo de paz.

Em terceiro lugar, os êxitos da aliança tentada entre o conservadorismo e o anti-semitismo eram inversamente proporcionais ao poder e capacidades dos seus oponentes. E os oponentes consistentes e eficazes do anti-semitismo na Europa eram as forças políticas do liberalismo e do socialismo — historicamente as mesmas forças que continuaram de várias maneiras a tradição simbolizada pela Guerra da Independência Holandesa (1568-1648), a Revolução Inglesa e a Grande Revolução Francesa. No continente Europeu o principal divisor é a atitude para com a Grande Revolução Francesa — falando grosseiramente, todos que são a favor dela são contra o anti-semitismo; todos que a aceitam com desgosto serão pelo menos tendentes a uma aliança com os anti-semitas; os que a detestam e que gostariam de desfazer as suas realizações são o meio em que o anti-semitismo se desenvolve.

Não obstante, deve ser feita uma distinção nítida entre conservadores e mesmo reaccionários de um lado e verdadeiros racistas e anti-semitas de outro. O racismo moderno (do qual o anti-semitismo faz parte) embora ajudado por condições sociais específicas, torna-se, quando se fortalece, em uma força que em meu entender só pode ser descrita como demoníaca. Depois de chegar ao poder, e durante a sua permanência, acredito que desafia a análise por qualquer teoria social ou conjunto de observações sociais actualmente compreendidas — e em particular por qualquer teoria conhecida que invoque interesses, sejam eles interesses de classe ou de estado, ou outros que não os ‘interesses’ puramente psicológicos de qualquer entidade que possa ser definida no estado actual do conhecimento humano. Mas com isto não quero dizer que tais forças não sejam conhecíveis em princípio; pelo contrário, devemos ter esperança de que com o crescimento do conhecimento humano venham a ser compreendidas. Mas actualmente não são nem compreendidas nem capazes de serem racionalmente predizíveis — e isto aplica-se ao racismo em todas as sociedades²⁵. A propósito, nenhuma figura política ou grupo de qualquer cor política de

qualquer país previu mesmo vagamente os horrores do Nazismo. Só artistas e poetas como Heine foram capazes de vislumbrar algo do que o futuro reservava. Não sabemos como o fizeram; e além disso, muitos dos seus palpites estavam errados.

A Resposta Sionista

Historicamente, o Sionismo é tanto uma reacção contra o anti-semitismo como uma aliança conservadora com ele — embora os Sionistas, tal como outros conservadores Europeus, não tenham compreendido completamente com quem estavam a aliar-se.

Até à ascensão do anti-semitismo moderno, a disposição da Judiaria Europeia era optimista, na verdade excessivamente optimista. Isto manifestava-se não só no número muito grande de Judeus, em particular nos países Ocidentais, que optavam simplesmente pela saída do Judaísmo clássico, aparentemente sem grandes remorsos, na primeira ou na segunda geração depois de isso se tornar possível, mas também pela formação de um movimento cultural forte, o Esclarecimento Judaico (*Haskalah*), que começou na Alemanha e na Áustria cerca de 1780, sendo então levado para a Europa Oriental e em 1850-70 fazia-se sentir como uma força social considerável. Não posso entrar aqui numa discussão das realizações do movimento cultural, tal como o reviver da literatura Hebraica e a criação de uma literatura maravilhosa em Ídiche. Todavia, é importante notar que não obstante muitas diferenças internas, o movimento como um todo era caracterizado por duas crenças comuns: uma crença na necessidade de uma crítica fundamental da sociedade Judaica e em especial o papel social da religião Judaica na sua forma clássica, e a esperança quase messiânica na vitória das 'forças do bem' nas sociedades Europeias. Estas forças eram definidas naturalmente pelo único critério do seu apoio à emancipação Judaica.

O crescimento do anti-semitismo como um movimento popular, e as muitas alianças das forças conservadoras com ele, vibraram um golpe severo ao Esclarecimento Judaico. O golpe foi particularmente devastador porque em verdade o facto da ascensão do anti-semitismo ocorrer imediatamente após os Judeus serem emancipados em alguns países Europeus, e ainda antes de serem libertos em outros. Os Judeus do Império Austríaco receberam plenos direitos iguais só em 1867. Na Alemanha, alguns

estados independentes emanciparam os seus Judeus muito cedo, mas outros não o fizeram; notavelmente, a Prússia foi relutante e demorada nesse assunto, e a emancipação final dos Judeus no Império Alemão como um todo só foi concedida por Bismarck em 1871. No Império Otomano os Judeus estiveram sujeitos a discriminação oficial até 1909, e na Rússia (bem como na Roménia) até 1917. Assim o anti-semitismo moderno começou uma década depois da emancipação dos Judeus na Europa Central e muito antes da emancipação da maior comunidade Judaica daquela época, a do Império Czarista.

Daí ser fácil para os Sionistas ignorarem metade dos factos relevantes, reverterem para a postura segregacionista do Judaísmo clássico e proclamarem que, dado todos os Gentios terem sempre odiado e perseguido todos os Judeus, a única solução seria remover os Judeus em massa e concentrá-los na Palestina ou no Uganda ou onde quer que fosse²⁶. Alguns dos primeiros críticos Judaicos do Sionismo foram rápidos a fazer notar que se alguém assumisse uma incompatibilidade permanente e não-histórica entre Judeus e Gentios — uma suposição partilhada pelos Sionistas e anti-semitas! — então concentrar os Judeus num lugar desencadearia sobre eles simplesmente o ódio dos Gentios nessa parte do mundo (como realmente veio a acontecer, embora por razões muito diferentes). Mas tanto quanto sei este argumento lógico não causou qualquer impressão, tal como todos os argumentos lógicos e factuais contra o mito da ‘raça Judaica’ não fizeram a mínima diferença aos anti-semitas.

De facto, existiram sempre relações estreitas entre Sionistas e anti-semitas; exactamente como os conservadores Europeus, os Sionistas pensavam que podiam ignorar o carácter ‘demoníaco’ do anti-semitismo e usar os anti-semitas para os seus próprios objectivos. Muitos exemplos de tais alianças são bem conhecidos. Herzl aliou-se com o notório Conde von Plehve, o ministro anti-semita do Czar Nicolau II²⁷. Jabotinsky fez um pacto com Petlyura, o dirigente reaccionário Ucraniano cujas forças chacinaram cerca de 100000 Judeus em 1918-21; os aliados de Ben-Gurion na extrema-direita Francesa durante a guerra da Argélia incluíram alguns anti-semitas notórios que, no entanto, eram cuidadosos ao explicar que eram só contra os Judeus em França, não em Israel.

Talvez o exemplo mais chocante deste tipo seja o agrado com que alguns dirigentes Sionistas na Alemanha acolheram a subida ao poder de Hitler, porque partilhavam a sua crença no primado da ‘raça’ e a sua hostilidade à assimilação de Judeus entre ‘Arianos’. Cumprimentaram Hitler

no seu triunfo sobre o inimigo comum — as forças do liberalismo. O Dr. Joachim Prinz, um rabino Sionista que emigrou subsequentemente para os EUA, onde ascendeu a vice-presidente da Organização Mundial Sionista (bem como um grande amigo de Golda Meir), publicou em 1934 um livro especial, *Wir Juden* (Nós, os Judeus), para celebrar a chamada Revolução Alemã de Hitler e a derrota do liberalismo:

O significado da Revolução Alemã para a nação Alemã tornar-se-á claro eventualmente para os que a criaram e formaram a sua imagem. O seu significado para nós deve ser estabelecido aqui: as fortunas do liberalismo perderam. A única forma de vida política que ajudou a assimilação Judaica foi afundada²⁸.

A vitória do Nazismo exclui a assimilação e casamentos mistos como uma opção para os Judeus. 'Não estamos infelizes com isto,' disse o Dr. Prinz. No facto de os Judeus estarem a ser forçados a identificarem-se como Judeus, ele vê 'o cumprimento dos nossos desejos'. E mais ainda:

Queremos que a assimilação seja substituída por uma nova lei: *a declaração de pertencer à nação Judaica e à raça Judaica*. Um estado construído sobre o princípio da pureza da nação e raça só pode ser honrado e respeitado por um Judeu que declare a sua pertença à sua própria espécie. Tendo-se declarado como tal, nunca será capaz de lealdade faltosa a um estado. O estado não pode querer outros Judeus que aqueles que se declarem como pertencentes à sua nação. Não quererá adutores e rastejantes Judaicos. Deve exigir-nos fé e lealdade ao nosso próprio interesse. Pois só aquele que honra a sua *própria* espécie e o seu *próprio* sangue pode ter uma atitude de honra para com a *vontade nacional de outras nações*²⁹.

Todo o livro está cheio de lisonjas toscas semelhantes da ideologia Nazi, radiante com a derrota do liberalismo e em especial das ideias da Revolução Francesa³⁰ e as grandes esperanças que, na atmosfera apropriada do mito da raça Ariana, o Sionismo e o mito da raça Judaica pudessem também prosperar.

Claro, o Dr. Prinz, tal como muitos outros simpatizantes e aliados iniciais do Nazismo, não compreendia para onde aquele movimento estava a conduzir. Igualmente, muitas pessoas no presente não compreendem

para onde o Sionismo — o movimento em que o Dr. Prinz era uma figura honrada — está a tender: para uma combinação de todos os ódios antigos do Judaísmo clássico para com os Gentios e para o uso indiscriminado e não-histórico de todas as perseguições aos Judeus durante a história de forma a justificar a perseguição Sionista dos Palestinos.

Pois, por insane que pareça, não obstante é evidente sob um exame profundo dos motivos reais dos Sionistas, que uma das fontes ideológicas mais profundamente radicadas da hostilidade persistente do estamento Sionista para com os Palestinos é o facto de serem identificados nas mentes de muitos Judeus Europeus Orientais com os camponeses Europeus Orientais que participaram no levantamento de Chmielnicki e em revoltas semelhantes — e as últimas são por sua vez identificadas não-historicamente com o anti-semitismo moderno e o Nazismo.

Confrontando o Passado

Todos os Judeus que queiram realmente extricar-se da tirania do passado totalitário Judaico devem enfrentar a questão da sua atitude para com as manifestações *populares* anti-Judaicas do passado, em especial aquelas ligadas às rebeliões do camponeses na servidão. Pelo outro lado, todos os apologistas da religião Judaica e do segregacionismo e chauvinismo Judaicos também assumem a sua posição — finalmente e em debates correntes — sobre a mesma questão. O facto indubitável de que os revolucionários camponeses cometeram atrocidades chocantes contra Judeus (bem como contra os seus outros opressores) é usado como um ‘argumento’ por esses apologistas, exactamente da mesma maneira que o terror Palestino é usado para justificar a negação da justiça aos Palestinos.

A nossa própria resposta deve ser universal, aplicável em princípio a *todos* os casos comparáveis. E, para um Judeu que verdadeiramente buscar a libertação do particularismo e racismo Judaicos e da mão morta da religião Judaica, tal resposta não é muito difícil.

De qualquer maneira, as revoltas de camponeses oprimidos contra os seus amos e os bailios dos seus amos são comuns na história da humanidade. Uma geração depois do levantamento dos camponeses Ucrrianos de Chmielnicki, os camponeses Russos levantaram-se sob o comando de Stenka Razin, e mais uma vez, cem anos mais tarde, na rebelião de Pugachev. Na Alemanha houve a Guerra Servil de 1525, na França a

Jacquerie de 1357-8 e muitas outras revoltas populares, para não mencionar as muitas revoltas de escravos em todas as partes do mundo. Todas elas — e intencionalmente, escolhi mencionar exemplos em que os Judeus *não* foram os alvos — deram lugar a chacinas horripilantes, tal como a Grande Revolução Francesa foi acompanhada de actos de terror medonho. Qual é a posição dos verdadeiros progressistas — e, já agora, das pessoas decentes ordinárias mais educadas, sejam elas Russas, Alemãs ou Francesas — sobre essas rebeliões? Os historiadores Ingleses decentes, mesmo quando se referem às chacinas de Ingleses pelos camponeses Irlandeses amotinados que se revoltavam contra a sua escravização, condenam estes como ‘racistas anti-Ingleses’? Qual é a atitude dos historiadores progressistas Franceses sobre a grande revolta do escravos em S. Domingos, onde muitas mulheres e crianças Francesas foram chacinadas? Fazer a pergunta é respondê-la. Mas fazer uma pergunta idêntica a muitos círculos ‘progressistas’ ou mesmo ‘socialistas’ Judaicos era receber uma resposta muito diferente: aqui um camponês escravizado é transformado num monstro racista, e os Judeus lucravam com o seu estado de escravatura e exploração.

A máxima de que todos que não aprendem com a história estão condenados a repeti-la aplica-se a esses Judeus que se recusam a chegar a acordo com o passado Judaico: tornaram-se seus escravos e estão a repeti-lo nas políticas Sionista e Israelita. O Estado de Israel desempenha para com os camponeses oprimidos de muitos países — não só no Médio Oriente, mas também muito para além dele — um papel não dissemelhante do dos Judeus na Polónia pré-1795: o de um baillio do opressor imperial. É característico e instrutivo que o papel principal de Israel no armar das forças do regime de Somoza na Nicarágua, e as da Guatemala, El Salvador, Chile e os restantes, não tenha dado origem a um debate público generalizado em Israel ou entre as comunidades Judaicas *organizadas* da diáspora. Mesmo a questão mais estreita do expediente — se a venda de armas ao carniceiro ditatorial de combatentes da liberdade e camponeses é, a longo prazo, do interesse dos Judeus — é raramente posta. Ainda mais significativa é o grande papel desempenhado neste negócio por Judeus religiosos, e o silêncio total dos seus rabinos (que eram muito vociferantes a incitar ao ódio contra os Árabes). Parece que Israel e o Sionismo são um retrocesso ao papel do Judaísmo clássico — um grande veredicto, numa escala global, e sob condições mais perigosas.

A única resposta possível a tudo isto, primeiro que tudo pelos Judeus, deve ser dada por todos os verdadeiros defensores da liberdade e

humanidade em todos os países, todos os povos e todas as grandes filosofias — embora possam estar por vezes limitados, tal como a própria condição humana é limitada. Devemos confrontar o passado Judaico e aqueles aspectos do presente que são baseados simultaneamente em mentir sobre o passado e adorá-lo. Os pré-requisitos para isto são, primeiro, honestidade total sobre os factos e, em segundo lugar, a crença (conducente à acção, sempre que possível) em princípios humanos universalistas de ética e política.

O antigo sábio Chinês Mêncio (século IV a. C.), muito admirado por Voltaire, escreveu uma vez:

Por isto digo que todos os homens têm um sentido de comiserção: eis um homem que de repente divisa uma criança prestes a cair a um poço. Invariavelmente terá um sentido de alarme ou compaixão. E isto não é com o objectivo de obter os favores dos pais das crianças ou procurar a aprovação dos vizinhos e amigos, ou por medo da culpa caso falhe a sua salvação. Assim vemos que nenhum homem existe sem o sentido de compaixão ou um sentido de vergonha ou um sentido de cortesia ou um sentido do bem ou do mal. O sentido de compaixão é o começo da humanidade, o sentimento de vergonha é o começo do direito, e o sentido da cortesia é o começo do decoro, o sentido do bem e do mal é o começo da sabedoria. Cada homem tem dentro de si próprio esses quatro começos, tal como tem quatro membros. Como toda a gente tem esses quatro princípios dentro dela, o homem que se considera incapaz de os exercer está a destruir-se.

Como vimos acima, e mostraremos em maior pormenor no próximo capítulo quão afastados disto estão os preceitos com os quais a religião Judaica nas suas formas clássica e talmúdica estão a envenenar as mentes e os corações.

O caminho para uma revolução genuína no Judaísmo — para torná-lo humano, permitindo aos Judeus compreender o seu próprio passado, reeducando-se assim fora dessa tirania — reside numa crítica incansável da religião Judaica. Sem medo ou favor, devemos falar contra o que pertence ao nosso próprio passado como Voltaire fez contra o seu:

Écrasez l'infâme!

Capítulo 5

As Leis Contra os Não-Judeus

Como foi explicado no Capítulo 3, o Halakhah, isto é o sistema legal do Judaísmo clássico — como praticado virtualmente por todos os Judeus do século IX ao fim do século XVIII e mantido até hoje sob a forma do Judaísmo Ortodoxo — baseia-se principalmente no Talmude Babilónico. No entanto, por causa da complexidade não manejável das disputas legais registadas no Talmude, tornaram-se necessárias codificações mais manejáveis da lei talmúdica e foram realmente compiladas por gerações sucessivas de estudiosos rabínicos. Alguns destes grangearam grande autoridade e são de uso mais geral. Por estas razões, referir-nos-emos na maior parte das vezes às compilações (e aos seus comentários mais reputáveis) em vez de directamente ao Talmude. No entanto, é correcto presumir-se que a compilação referida reproduz fielmente o significado do texto talmúdico e os acrescentos feitos por estudiosos com base nesse significado.

A parte mais antiga da lei talmúdica que ainda é de grande importância é a *Mishneh Torah*, escrita por Moisés Maimonides nos fins do século XII. O código de grande autoridade, largamente usado até hoje como um breviário, é o *Shulhan Arukh* composto pelo Rabino Yosef Karo nos fins do século XVI como um resumo popular do muito mais volumoso *Beyt Yosef*, que se destinava aos estudiosos mais avançados. O *Shulhan Arukh* tem muitos comentários; para além dos comentários que datam do século XVII, existe um muito importante do século XX, o *Mishnah Berurah*. Finalmente, a *Talmudic Encyclopedia* — uma compilação moderna publicada em Israel a partir da década de cinquenta e organizada pelos maiores estudiosos rabínicos Ortodoxos — é um bom compêndio de toda a literatura talmúdica.

Assassínio e Genocídio

De acordo com a religião Judaica, o assassinio de um Judeu é um pecado capital e um dos três pecados mais hediondos (sendo os outros

dois idolatria e adultério). Os tribunais religiosos Judaicos e as autoridades seculares são cominadas a castigar, mesmo para além dos limites da administração ordinária da justiça, qualquer culpado de assassinar um Judeu. Um Judeu que cause indirectamente a morte de outro Judeu é, no entanto, só culpado do que a lei talmúdica chama um pecado contra as 'leis do Céu', para ser castigado por Deus em vez de o ser pelo homem.

Quando a vítima é um Gentio, a posição é muito diferente. Um Judeu que assassine um Gentio é culpado apenas de um pecado contra as leis do Céu, não punível por um tribunal¹. Causar indirectamente a morte a um Gentio não constitui qualquer pecado².

Assim, um dos dois comentadores mais importantes do *Shuiban Arukh* explica que quando diz respeito a um Gentio, 'não se deve levantar a mão para lhe fazer mal, mas pode-se fazer-lhe mal indirectamente, por exemplo retirando uma escada depois de cair numa fenda... aqui não existe proibição, porque não foi feito directamente.'³ Indica que, no entanto, um acto que conduza indirectamente à morte de um Gentio é proibido se puder causar a disseminação da hostilidade contra os Judeus⁴.

Um assassino Gentio que aconteça estar sob a jurisdição Judaica deve ser executado quer a vítima seja Judaica ou não. No entanto, se a vítima for Gentia e o assassino convertido ao Judaísmo, não será punido⁵.

Tudo isto tem uma relevância directa e prática para as realidades do Estado de Israel. Embora as leis criminais do estado não façam qualquer diferença entre Judeus e Gentios, tal distinção é feita certamente pelos rabinos Ortodoxos, que ao guiarem o seu rebanho seguem o Halakhah. É de especial importância o conselho que dão aos soldados religiosos.

Dado que mesmo a interdição mínima contra assassinar um Gentio directamente aplica-se apenas aos 'Gentios com quem nós [os Judeus] não estamos em guerra', vários comentadores rabínicos no passado chegaram à conclusão que em tempo de guerra todos os Gentios que pertençam a uma população hostil podiam, ou mesmo deviam ser mortos⁶. Desde 1973 esta doutrina tem sido propagada publicamente para a orientação dos soldados Israelitas religiosos. A primeira dessas exortações oficiais foi incluída num opúsculo publicado pelo Comando da Região Central do Exército Israelita, cuja área inclui a Margem Ocidental. Nesse opúsculo o Capelão-Chefe do Comando escreve:

Quando as nossas forças deparam com civis durante uma guerra ou numa perseguição a quente ou numa incursão, desde que não haja a certeza de que esses civis sejam incapazes de fazer mal às

nossas forças, então de acordo com o Halakhah podem e mesmo devem ser mortos... Em circunstância alguma deve ser depositada confiança num Árabe, mesmo que dê a impressão de ser civilizado... Na guerra, quando as nossas forças assaltam o inimigo, são autorizadas e mesmo incitadas pelo Halakhah a matar mesmo bons civis, isto é, civis que sejam bons ostensivamente⁷.

A mesma doutrina é expandida na troca de cartas seguinte entre um jovem soldado Israelita e o seu rabino, publicado no anuário de um dos mais prestigiosos colégios religiosos do país, Mídrashiyat No'am, em que foram educados muitos dirigentes e activistas do Partido Nacional Religioso e do Gush Emunim⁸.

Carta do soldado Moshe ao Rabino Shim'on Weiser

'Com a ajuda de Deus, a Sua Honra, meu caro Rabino.

'Primeiro gostava de perguntar como está, bem como a sua família. Espero que tudo esteja bem. Eu estou, graças a Deus, a sentir-me bem. Há muito tempo que não tenho escrito. Por favor desculpe-me. Às vezes recordo-me do verso "quando virei e aparecerei perante Deus?"⁹ Espero, sem ter a certeza, aparecer durante uma das minhas licenças. Devo fazê-lo.

'Numa das discussões do nosso grupo, houve um debate sobre a "pureza das armas" e discutimos se é permitido matar homens desarmados — ou mulheres e crianças. Ou talvez pudéssemos vingar-nos dos Árabes? E então todos responderam de acordo com o seu próprio entendimento. Não pude chegar a uma decisão clara, se os Árabes deviam ser tratados como os Amalecitas, o que significa que é-nos permitido assassiná-los [*siv*] até a sua recordação ser apagada de sob o céu¹⁰, ou talvez devamos fazer como numa guerra justa, em que matamos apenas os soldados.

'Um segundo problema que tenho é se me é permitido colocar-me em perigo ao deixar que uma mulher viva? Pois têm havido casos em que mulheres atiraram granadas de mão. Ou é-me permitido dar água a um Árabe que levante as mãos? Pois pode haver razão para recear que só pretenda enganar-me e matar-me, e tais coisas aconteceram.

‘Concluo com uma saudação quente ao rabino e a toda a sua família
— *Moshe*.’

Resposta do Rabino Shim'on Weiser a Moshe

‘Com a ajuda do Céu. Caro Moshe, Saudações

‘Começo esta carta esta tarde embora saiba que não a vou acabar esta noite, porque não posso e porque gostaria de escrever uma carta comprida, para responder na totalidade às tuas perguntas, para cujo efeito terei de copiar alguns ditos dos nossos sábios, de memória abençoada, e interpretá-los¹¹.

‘As nações não-Judaicas têm um costume segundo o qual a guerra tem as suas próprias regras, como as de um jogo, como as do futebol ou basquetebol. Mas de acordo com os ditos dos nossos sábios, de memória abençoada, [...] a guerra não é para nós um jogo, mas uma necessidade vital, e só por este padrão devemos decidir como conduzi-la. Por outro lado [...] parecemos aprender que se um Judeu assassinar um Gentio, ele é encarado como um assassino e, excepto pelo facto de que nenhum tribunal tem o direito de puni-lo, a gravidade da acção é como a de qualquer outro assassinio. Mas achamos nas mesmas autoridades em outro lugar [...] que o Rabino Shim'on costumava dizer: “O melhor dos Gentios — matai-o; a melhor das cobras — esmagai-lhe os miolos.”

‘Talvez possa ser argumentado que a expressão ‘matai’ no dito do Rabino Shim'on é apenas figurativa e não devia ser tomada literalmente, mas como significando ‘oprimi’ ou qualquer atitude semelhante, e desta maneira evitaremos também uma contradição com as autoridades citadas anteriormente. Ou podemos argumentar que este dito, embora com significado literal, é [meramente] a sua opinião pessoal, contestada por outros sábios [citados anteriormente]. Mas achamos a explicação verdadeira no Tosafot¹². Aqui [...] aprendemos o comentário seguinte sobre a declaração talmúdica que os Gentios que caíam a um poço não deverão ser ajudados a sair dele, mas também não devem ser empurrados para o poço para serem mortos, o que significa que nem devem ser salvos da morte nem mortos

directamente. E o Tosafot escreve o seguinte: “E se for questionado [porque] em outro lado é dito *O melhor dos Gentios* — *matai-o*, então a resposta é que este [dito] destina-se ao tempo de guerra.” [...]

‘De acordo com os comentadores do Tosafot, deve ser feita uma distinção entre tempos de guerra e de paz, de forma que durante o tempo de paz é proibido matar Gentios, num caso que ocorra em tempo de guerra é um *mitzva* [imperativo, dever religioso] matá-los. [...]

‘E esta é a diferença entre um Judeu e um Gentio: embora a regra “Seja quem vier para matar-te, matai-o primeiro” aplica-se a um Judeu, como é dito no Tratado *Sanbedrin* [do Talmude], página 72a, ainda só se aplica a ele se houver motivo [real] para temer que ele vinha matá-lo. Mas em tempo de guerra deve presumir-se usualmente que um Gentio é assim, excepto quando é claramente nítido que não tem intento maldoso. Esta é a regra da “pureza das armas” de acordo com o Halakhah — e não a concepção estrangeira que agora é aceite no exército Israelita e que foi a causa de muitas baixas [Judaicas]. Junto um recorte de um jornal com o discurso feito na semana passada no Knesset pelo Rabino Kalman Kahana, que mostra de uma maneira muito real — e também penosa — como esta “pureza das armas” causou mortes.

‘Acabo aqui, esperando que não aches o tamanho desta carta fastidioso. Este assunto estava a ser discutido mesmo sem a tua carta, mas a tua carta levou-me a escrever todo este tema.

‘Fica em paz, tu e todos os Judeus, e [assim o espero] ver-te em breve. O teu — *Shim'on*.

Resposta de Moshe ao Rabino Shim'on Weiser

‘A Sua Honra, meu caro Rabino,

‘Primeiro espero que esteja, e a sua família, de saúde e estejam todos bem.

‘Recebi a sua carta comprida e estou agradecido pelo sua vigilância pessoal sobre mim, pois admito que escreva a muitos, e que muito do seu tempo seja tomado com os seus estudos no seu próprio programa.

‘Daí os meus agradecimentos serem duplamente profundos.

‘Da carta em si, compreendi-a da forma seguinte:

‘Em tempo de guerra é-me não meramente permitido, mas cometido matar qualquer homem e mulher Árabes que encontrar, se existir razão para acreditar que ajudam na guerra contra nós, directa ou indirectamente. E no que me diz respeito, devo matá-los mesmo que daí possa resultar um envolvimento com a lei militar. Penso que este tema da pureza das armas deve ser transmitido às autoridades educacionais, pelo menos às religiosas, de forma a que possam ter uma posição sobre este assunto e de forma a que não vagabundeiem pelos amplos campos da “lógica”, em particular neste assunto; e a regra deve ser explicada como deve ser seguida na prática. Pois, tenho pena em dizê-lo, tenho visto aqui tipos de “lógica” diferentes, mesmo entre os camaradas religiosos. Espero que seja activo nisto, de forma a que os nossos rapazes saibam a linha dos seus antepassados claramente e sem ambiguidades.

‘Acabo aqui, esperando que quando o curso [de treino] acabe, dentro de um mês, seja capaz de ir para o yeshivah [colégio talmúdico]. Saudações — *Moshe*.’

Claro, esta doutrina do Halakhah sobre assassínios choca, em princípio, não só com a lei criminal de Israel mas também — como sugerido nas cartas agora citadas — com os regulamentos militares oficiais em vigor. No entanto, existem poucas dúvidas que na prática esta doutrina exerce realmente uma influência na administração da justiça, em particular pelas autoridades militares. O facto é que em todos os casos em que os Judeus assassinaram, num contexto militar ou para-militar, Árabes não-combatentes — incluindo os casos de assassínio em massa como o de Kafr Qasim em 1956 — os assassinos, se não deixados totalmente à solta, receberam sentenças extremamente leves ou obtiveram perdões de grande alcance, reduzindo a sua punição ao praticamente nada¹³.

Salvação da Vida

Este assunto, o valor supremo da vida humana e a obrigação de todos os seres humanos fazerem o máximo para salvar a vida do próximo humano — é de importância óbvia em si mesmo. Também é de interesse especial num contexto Judaico, tendo em vista o facto que desde a segunda grande guerra a opinião Judaica tem — nalguns casos justamente, noutras injustamente — condenado ‘todo o mundo’ ou pelo menos a Europa por nada fazer enquanto os Judeus eram chacinados. Vejamos assim o que o Halakhah tem a dizer sobre este assunto.

De acordo com o Halakhah, o dever de salvação da vida de um Judeu é supremo¹⁴. Ultrapassa todas as outras obrigações e interdições religiosas, excepto apenas as proibições contra os três pecados mais hediondos de adultério (incluindo o incesto), assassinio e idolatria.

Quanto aos Gentios, o princípio talmúdico básico é que as suas vidas *não devem* ser salvas, embora seja também proibido assassiná-los sem mais outra. O próprio Talmude¹⁵ expressa que no máximo ‘os Gentios não devem nem ser içados [de um poço], nem atirados [para dentro dele]’ Maimonides¹⁶ explica:

Quanto aos Gentios com quem não estamos em guerra ... a sua morte não deve ser causada, mas é proibido salvá-los se estiverem à beira da morte; se, por exemplo, um deles for visto a cair ao mar, não deve ser salvo, pois está escrito: ‘nem tudo deves ficar contra o sangue do teu próximo¹⁷ — mas [um Gentio] não é o teu próximo.

Em especial, um médico Judaico não deve tratar um paciente Gentio. Maimonides — ele próprio um médico — é muito explícito a esse respeito; noutra passagem¹⁸ repete a distinção entre ‘o próximo’ e um Gentio, e conclui: ‘e disto aprendai, que é proibido curar um Gentio mesmo por pagamento...’

Todavia, a recusa de um Judeu — em especial um médico Judaico — em salvar a vida de um Gentio pode, caso se torne conhecido, antagonizar Gentios poderosos e assim colocar *Judeus* em risco. Quando tal perigo existe, a obrigação de o evitar ultrapassa a proibição de ajudar um Gentio. Assim Maimonides continua: ‘... mas se o temeis ou a sua hostilidade, embora

sejas proibido de o fazer sem pagamento'. De facto, o próprio Maimonides era o médico pessoal de Saladino. A sua insistência em pedir pagamento — presumivelmente de forma a garantir que o acto não é de caridade humana mas um dever inevitável — é no entanto não absoluta. Pois em outra passagem admite que Gentios cuja hostilidade seja temida possam ser tratados 'mesmo gratuitamente, se for inevitável'.

Toda a doutrina — a proibição de salvação da vida de um Gentio ou curá-lo, e a suspensão desta proibição em casos em que haja perigo de hostilidade — é repetido (virtualmente textualmente) por outras autoridades maiores, incluindo o *Arba'ah Turim* do século XIV e o *Beit Yosef* de Karo e o *Shulhan Arukh*¹⁹. O *Beit Yosef* junta, citando Maimonides: 'É permissível experimentar um remédio num pagão, se isso servir um objectivo'; e isto é repetido também pelo famoso Rabino Moses Isserles.

O consenso das autoridades halakhicas é que o termo 'Gentios' na doutrina supracitada refere-se a *todos* os não-Judeus. Uma voz solitária de dissidência é a do Rabino Moses Rivkes, autor de um comentário menor sobre o *Shulhan Arukh*, que escreve²⁰.

Os nossos sábios dizem isto sobre os pagãos, que nos seus dias adoravam ídolos e não acreditavam no Êxodo Judaico do Egipto ou na criação do mundo *ex nihilo*. Mas os Gentios em cuja sombra [protectora] nós, o povo de Israel, estamos exilados e entre os quais estamos dispersos, acreditam na criação do mundo *ex nihilo* e no Êxodo e nos vários princípios da nossa própria religião e rezam ao Criador do céu e da terra... Não só não existe qualquer interdição em ajudá-los, mas também somos obrigados a rezar pela sua segurança.

Esta passagem, que data da segunda metade do século XVII, é uma citação favorita dos estudiosos conciliadores²¹. Na verdade, não vai tão longe como os conciliadores pretendem, pois advoga *remover a proibição* de salvação da vida de um Gentio, em vez de torná-la *obrigatória* como no caso de um Judeu; e mesmo essa liberalidade estende-se só a Cristãos e Muçulmanos, mas não à maioria dos seres humanos. Em vez disso, o que mostra é que existia uma maneira pela qual a doutrina rigorosa do Halakhah *podia ter sido* liberalizada progressivamente. Mas na realidade a maioria das autoridades halakhicas mais modernas, longe de estenderem a tolerância de Rivkes a outros grupos humanos, rejeitaram-na totalmente.

Profanar o Sabbath para a Salvação da Vida

Profanar o Sabbath — isto é, fazer trabalho que de outra forma seria proibido ao sábadado — torna-se um dever quando a necessidade de salvar a vida de um Judeu o exige.

O problema de salvar a vida de um Gentio ao sabbath não é levantado no Talmude como um problema principal, dado ser proibido em qualquer caso, mesmo num dia útil; todavia entra como um factor complicativo em duas relações.

Primeiro, existe um problema quando um grupo de pessoas está em perigo, e é possível (mas não certo) que exista pelo menos um Judeu entre elas; deverá o sabbath ser profanado de forma a salvá-los? Existe uma discussão intensa de tais casos. Seguindo autoridades anteriores, incluindo Maimonides e o próprio Talmude, o *Shulban 'Arukh*²² decide estes assuntos de acordo com o peso das probabilidades. Por exemplo, suponhamos que nove Gentios e um Judeu vivem no mesmo prédio. Num sábadado o prédio rui: um dos dez — e não se sabe qual deles — está fora, mas os outros nove estão presos sob o entulho. Deve o entulho ser limpo, profanando assim o sabbath, considerando que o Judeu pode não estar sob ele (pode ter sido o que se salvou)? O *Shulban 'Arukh* diz que se deve, presumivelmente porque as probabilidades de o Judeu estar sob o entulho são altas (nove para um). Mas suponhamos agora que nove tinham escapado e só um — mais uma vez, não se sabe qual — foi apanhado. Então não existe o dever de limpar o entulho, presumivelmente porque desta vez existem mais probabilidades (nove para um) *contra* o Judeu ser a pessoa apanhada. Da mesma maneira: 'Se um barco contendo alguns Judeus for visto em perigo no mar, é um dever que incumbe a todos profanar o sabbath para salvá-lo.' No entanto, o grande Rabino 'Aqiva Eiger (morto em 1837) comentou que isto aplicava-se só 'quando se souber que existem Judeus a bordo. Mas... se nada for conhecido sobre a identidade daqueles a bordo, [o sabbath] não deve ser profanado, pois devemos agir de acordo com [o peso das probabilidades, e] a maioria do povo no mundo é Gentia²³. Assim, dado serem muito maiores as hipóteses *contra* qualquer dos passageiros ser Judaico, devem ser deixados afogar-se.

Em segundo lugar, a provisão de um Gentio poder ser salvo ou tratado de forma a evitar o perigo de hostilidade é diminuída no sabbath. Um Judeu chamado a ajudar um Gentio num dia útil pode ter de obedecer,

porque admitir que não está autorizado, em princípio, a salvar a vida a um não-Judeu seria convidar à hostilidade. Mas no sábado o Judeu pode usar a observância do sabbath como desculpa. Um caso paradigmático discutido longamente no Talmude²⁴ é o da parteira Judaica convidada a ajudar uma mulher Gentia no parto. A conclusão é que a parteira está autorizada a ajudar num dia útil 'por medo da hostilidade', mas no sabbath não o deve fazer, porque pode desculpar-se dizendo: 'Estamos autorizados a profanar o sabbath apenas pelos nossos, que observam o sabbath, mas pelo vosso povo, que não guarda o sabbath, não estamos autorizado a profaná-lo.' Esta explicação é genuína ou meramente uma desculpa? Maimonides pensa claramente que é uma desculpa, que pode ser usada mesmo se a tarefa para que a parteira é convidada não envolva na realidade qualquer profanação do sabbath. Presumivelmente, a desculpa funcionará igualmente bem neste caso, porque os Gentios estão na escuridão sobre que tipos de trabalho estão vedados exactamente aos Judeus no sabbath. De qualquer forma, decreta: 'Uma mulher Gentia não deve ser ajudada no parto ao sabbath, mesmo por pagamento; nem devemos reacar a hostilidade, mesmo quando [tal ajuda envolver] nenhuma profanação do sabbath.' O *Shulban Arukh* decreta da mesma maneira²⁵.

No entanto, não pode haver sempre confiança que este tipo de desculpa possa fazer o truque e evite a hostilidade dos Gentios. Logo certas autoridades rabínicas importantes tiveram de afrouxar um pouco as regras e permitir que médicos Judaicos tratassem Gentios no sabbath mesmo quando isso envolvesse fazer certos tipos de trabalho normalmente proibidos nesse dia. Este afrouxamento parcial aplicava-se em especial aos pacientes Gentios ricos e poderosos, que não podiam ser iludidos tão facilmente e cuja hostilidade podia ser perigosa.

Assim, o Rabino Yo'el Sirkis, autor do *Bayit Hadash* e um dos maiores rabinos do seu tempo (Polónia, século XVII), decidiu que 'presidentes de câmaras, pequenos nobres e aristocratas' deviam ser tratados ao sabbath, por causa do medo da sua hostilidade que envolve 'algum perigo'. Mas em outros casos, em particular quando o Gentio puder ser iludido com uma desculpa evasiva, um médico Judaico podia cometer 'um pecado insuportável' ao tratá-lo ao sabbath. Mais tarde no mesmo século, foi dado um veredicto semelhante na cidade Francesa de Metz, cujas duas partes estavam ligadas por uma ponte de barcas. Os Judeus não eram normalmente autorizados a atravessar tal ponte num sabbath, mas o rabino de Metz

decidiu que no entanto um médico Judaico podia fazê-lo ‘se fosse chamado ao grande governador’: pois o médico era conhecido por atravessar a ponte por causa dos seus pacientes Judaicos, a hostilidade do governador podia ser despertada se o médico recusasse fazê-lo por sua causa. Sob o governo autoritário de Luís XIV, era evidentemente importante ter a boa vontade do seu intendente; os sentimentos de Gentios menores eram de escassa importância²⁶.

O *Hokhmat Shlomo*, um comentário do século XIX do *Shulhan Arukh*, menciona uma interpretação rigorosa semelhante do conceito ‘hostilidade’ em relação aos Caraítas, uma pequena seita Judaica herética. De acordo com esta opinião, as suas vidas não deviam ser salvas se isso implicasse a profanação do sabbath, ‘pois “hostilidade” aplica-se apenas aos pagãos, que são muitos contra nós, e estamos entregues nas suas mãos... Mas os Caraítas são poucos e não estamos entregues nas suas mãos, [logo] o medo da hostilidade não se aplica a eles’²⁷. De facto, a proibição *absoluta* de profanar o sabbath de forma a salvar a vida de um Caraíta ainda está em vigor actualmente, como iremos ver.

Todo o assunto é discutido extensivamente nas *responso* do Rabino Moshe Sofer — mais conhecido como ‘Hatam Sofer’ — o famoso rabino de Pressburgo (Bratislava) que morreu em 1832. As suas conclusões são de interesse mais que histórico, dado que em 1966 uma das suas *responso* foi publicamente endossada pelo então Rabino-Chefe de Israel como ‘uma instituição básica do Halakhlah’²⁸. A questão particular posta a Hatam Sofer dizia respeito à situação na Turquia, onde tinha sido decretado durante uma das guerras que em cada vila ou aldeia deviam existir parteiras de serviço, prontas a alugarem-se a qualquer mulher em trabalho de parto. Algumas das parteiras eram Judaicas; deveriam alugar os seus serviços para ajudarem mulheres Gentias nos dias úteis e no sabbath?

No seu *responsum*²⁹, Hatam Sofer concluiu primeiro, depois de uma investigação cuidadosa que as Gentias em causa — isto é, Cristãs Otomanas e Muçulmanas — eram não só idólatras ‘que definitivamente adoram outros deuses e sendo assim “não devem ser levantadas [de dentro de um poço] nem descidas”,’ mas são assimiladas aos Amalecitas, pelo que a decisão talmúdica ‘é proibido multiplicar a semente de Amalec’ era-lhes aplicável. Assim, em princípio não deviam ser ajudadas mesmo nos dias úteis. Todavia, na prática é ‘permitido’ curar Gentias e ajudá-las nos trabalhos de parto, se tiverem médicos e parteiras próprios, que pudessem ser chamados em vez

dos Judaicos. Pois se os médicos e parteiras Judaicos se recusassem a assistir às Gentias, o único resultado seria a perda de rendimentos daqueles — o que é claramente indesejável. Todavia, no caso destas o sabbath pode servir de desculpa para ‘enganar a mulher pagã e dizer que envolveria a profanação do sabbath’.

Em ligação com estes casos que envolvem efectivamente a profanação do sabbath, Hatam Sofer — como outras autoridades — faz uma distinção entre duas categorias de trabalho proibido no sabbath. Primeiro, existe trabalho banido pela Torah, o texto bíblico (como interpretado pelo Talmude); tal trabalho só pode ser feito em casos muito excepcionais, se a sua não execução implicar um perigo *extremo* de hostilidade para com os Judeus. Existem ainda os tipos de trabalho que foram proibidos apenas pelos sábios que alargaram a lei original da Torah; a atitude de tais proibições é geralmente mais tolerante.

Outra *responsum* de Hatam Sofer³⁰ lida com a questão de se é permissível a um médico Judaico viajar numa carruagem ao sabbath para curar um Gentio. Depois de indicar que sob certas condições viajar numa carruagem puxada por cavalos ao sabbath só viola uma proibição imposta ‘pelos sábios’ em vez da Torah, continua e recorda a declaração de Maimonides que a mulher Gentia em trabalho de parto não deve ser ajudada ao sabbath, mesmo se nenhuma profanação do sabbath estiver envolvida, e afirma que o mesmo princípio aplica-se a todas as práticas médicas, não apenas a maiêutica. Mas então exprime o medo de que se isto fosse posto em prática, ‘levantaria hostilidade indesejável,’ porque ‘os Gentios não aceitariam a desculpa da observância do sabbath,’ e ‘diriam que o sangue de um idólatra tinha pouco valor aos nossos olhos’. Também, talvez mais importante, os médicos Gentios poderiam vingar-se nos seus pacientes Judaicos. Devem ser encontradas melhores desculpas. Recomenda que um médico Judaico que seja chamado para tratar um paciente Gentio fora da cidade ao sabbath se desculpe dizendo que precisa de ficar na cidade de forma a tratar de outros pacientes seus, ‘porque pode usar isto de forma a dizer, “não posso mover-me por causa do perigo para este ou aquele paciente, que necessita de um médico primeiro, e não posso abandonar aquele que está ao meu cuidado”... Com tal desculpa não existe medo de perigo, dado ser um pretexto razoável, dado normalmente pelos médicos que se atrasam a chegar por outro paciente necessitar deles primeiro.’ Só ‘se for impossível dar qualquer desculpa’ é permitido ao médico viajar em carruagem ao sabbath de forma a tratar de um Gentio.

Em toda a discussão, o problema principal são as desculpas que devem ser dadas, não a própria cura ou o bem-estar do paciente. E em tudo é tomado por garantido ser correcto enganar os Gentios em vez de os tratar, desde que a 'hostilidade' possa ser evitada³¹.

Claro que, nos tempos modernos muitos dos médicos Judaicos não são religiosos e nem mesmo conhecem estas regras. Mais ainda, parece que mesmo os que são religiosos preferem — para seu crédito — acatar o Juramento Hipocrático em vez dos preceitos dos seus rabinos fanáticos³². Todavia, a orientação dos rabinos não pode deixar de ter alguma influência em alguns médicos; e existem certamente muitos que, embora não seguindo publicamente tal orientação, preferem não protestar contra ela publicamente.

Tudo isto está longe de ser uma questão morta. A posição halakhica mais actualizada sobre estes assuntos está contida num livro conciso e com autoridade publicado em Inglês sob o título *Jewish Medical Law*³³. Este livro que leva o timbre da prestigiada fundação Israelita *Mossad Harav Kook*, é baseado nas *responso* do Rabino Eli'ezer Yehuda Waldenberg, Presidente do Tribunal da Relação Rabínico de Jerusalém. Algumas passagens desta obra merecem menção especial.

Primeiro, 'é proibido profanar o sabbath... por um Caraíta.'³⁴ Isto é afirmado brutal e absolutamente e sem qualquer qualificação adicional. Presumivelmente a hostilidade desta pequena seita não faz diferença, pelo que devem ser deixados morrer em vez de tratados ao sabbath.

Quanto aos Gentios: 'De acordo com a decisão declarada no Talmude e nos Códigos da Lei Judaica, é proibido profanar o Sabbath — seja violando a lei Bíblica ou a lei rabínica — de forma a salvar a vida de um paciente Gentio perigosamente doente. Também é proibido ajudar ao parto de uma mulher Gentia ao Sabbath.'³⁵

Mas isto é qualificado por uma dispensa: 'Todavia, hoje é permitido profanar o Sabbath em prol de um Gentio executando acções proibidas pela lei rabínica, pois ao fazê-lo evita-se o aparecimento de maus sentimentos entre Judeus e Gentios.'³⁶

Isto não vai muito longe, porque o tratamento médico envolve muito frequentemente actos proibidos ao sabbath pela própria Torah, que não estão cobertos por esta dispensa. Existem, como nos dizem, 'algumas' autoridades halakhicas que alargam esta dispensa a tais actos também — mas isto é só outra maneira de dizer que *muitas* autoridades halakhicas, e as que realmente contam, adoptam a opinião contrária. Todavia, nem tudo

está perdido. O *Jewish Medical Law* tem uma solução verdadeiramente de sustentar a respiração para esta dificuldade.

A solução depende de um ponto exacto da lei talmúdica. Uma proibição imposta pela Torah da realização de um determinado acto ao sabbath supõe-se ser aplicável apenas quando a intenção primária de o fazer é o produto real do acto. (Por exemplo, presume-se que moer trigo seja proibido pela Torah só se o propósito for obter farinha.) Por outro lado, se a realização de tal acto for meramente incidental a algum outro objectivo (*melakbah she'eynah tzirikhab legufab*) então o acto muda de estatuto — continua a ser proibido, com certeza, mas só pelos sábios em vez da própria Torah. Assim:

De forma a evitar qualquer transgressão da lei, existe um método legalmente aceitável de prestar tratamento a um doente Gentio, mesmo lidando com a violação da Lei Bíblica. *É sugerido que na altura em que o médico esteja a prestar os cuidados necessários, as suas intenções não sejam primariamente curar o paciente, mas proteger-se a si mesmo e ao povo Judaico de acusações de discriminação religiosa e retaliação severa que possam colocá-lo em perigo em particular e ao povo Judaico em geral.* Com esta intenção, qualquer acto por parte do médico torna-se 'um acto cujo produto real não é o seu objectivo primário'... o qual é proibido ao Sabbath apenas pela lei rabínica³⁷.

Esta substituição hipócrita do Juramento Hipocrático é também proposta num livro Hebraico recente com autoridade³⁸.

Embora os factos tenham sido mencionados pelo menos duas vezes na imprensa Israelita³⁹, a Associação Médica Israelita permaneceu silenciosa.

Tendo lidado com algum detalhe com o assunto supremamente importante da atitude do Halakchah para com a vida de um Gentio, lidaremos muito brevemente com outras regras halakhicas que discriminam contra Gentios. Como o número de tais regras é muito grande, mencionaremos apenas as mais importantes.

Crimes Sexuais

As relações sexuais entre uma mulher Judaica casada e qualquer outro homem que não o seu marido são um crime capital para ambas as partes, e

um dos três pecados mais odiosos. O estatuto das mulheres Gentias é diferente. O Halakhah presume que todas as Gentias são completamente promíscuas e o verso ‘cuja carne é como a carne dos asnos, e cujo produto [do sêmen] é como o produto dos cavalos’⁴⁰ aplica-se a elas. Se uma mulher Gentia é casada ou não, não faz qualquer diferença, dado que no que se refere aos Judeus o próprio conceito de matrimônio não é aplicável aos Gentios. (‘Não existe matrimônio para um pagão’). Logo, o conceito de adultério também não se aplica às relações sexuais entre um homem Judaico e uma mulher Gentia; em vez disso, o Talmude⁴¹ iguala tais relações ao pecado da bestialidade. (Por algumas razões, admite-se geralmente que os Gentios não têm paternidade certa.)

De acordo com a *Talmudic Encyclopedia*⁴²: ‘Aquele que tiver conhecimento carnal da mulher de um Gentio não está sujeito à pena de morte, porque está escrito: “a mulher do teu próximo”⁴³ em vez de a mulher do estrangeiro; e mesmo o preceito que um homem “manter-se-á fiel à sua mulher”⁴⁴ que é dirigido aos Gentios não é aplicável a um Judeu, tal como não existe matrimônio para um pagão; e embora uma mulher Gentia casada seja proibida aos Gentios, de qualquer forma o Judeu está isento.’

Isto não implica que as relações sexuais entre um homem Judaico e uma mulher Gentia sejam permitidas — pelo contrário. Mas o castigo principal é infligido à mulher Gentia; deve ser executada, mesmo que tenha sido violada pelo Judeu: ‘Se um Judeu praticar o coito com uma mulher Gentia, seja ela uma criança de três anos ou uma adulta, seja casada ou solteira, e mesmo que ele seja um menor com nove anos e um dia — como teve coito voluntário com ela, ela deve ser morta, como é o caso de um animal, porque por intermédio dela um Judeu meteu-se em sarilhos.’⁴⁵ Todavia, o Judeu deve ser flagelado, e se for um Kohen (membro da tribo sacerdotal) deve receber o dobro do número de chibatadas, porque cometeu um crime duplo: um Kohen não deve ter relações sexuais com uma prostituta, e presume-se que todas as mulheres Gentias sejam prostitutas⁴⁶.

Estatuto

De acordo com o Halakhah, os Judeus não devem (se o puderem fazer) permitir que um Gentio seja nomeado para uma posição de

autoridade, conquanto reduzida, sobre Judeus. (Os dois exemplos típicos são ‘comandante de dez soldados no exército Judaico’ e ‘superintendente de uma vala de irrigação’.) Significativamente, esta regra especial aplica-se também a convertidos ao Judaísmo e aos seus descendentes (pela linha feminina) durante dez gerações ou ‘enquanto a descendência for conhecida’.

Presume-se que os Gentios são mentirosos congénitos, e estão desqualificados de testemunhar num tribunal rabínico. A esse respeito, a sua posição é, em teoria, a mesma que a das mulheres Judaicas, escravos e menores. Actualmente uma mulher Judaica pode ser admitida como testemunha em certas matérias de facto, quando o tribunal rabínico ‘acredita’ nela; um Gentio — nunca.

Um exemplo importante disto são os casos que dizem respeito a viúvas: pela lei religiosa Judaica, uma mulher pode ser declarada viúva — e daí livre para voltar a casar — só se a morte do seu marido for provada com certeza por meio de uma testemunha que o tivesse visto morrer ou identificado o seu cadáver. Todavia, o tribunal rabínico aceitará o depoimento por ouvir dizer de um Judeu que testemunhe ter ouvido o facto em questão mencionado por uma testemunha Gentia, desde que o tribunal esteja satisfeito que esta estava a falar casualmente (*‘goy mesiah lefi tummo’*) em vez de responder a uma pergunta directa; pois uma resposta directa de um Gentio a uma pergunta directa de um Judeu é considerada uma mentira⁴⁷. Se necessário, um Judeu (de preferência um rabino) assumirá o encargo de conversar casualmente com a testemunha Gentia e, sem fazer uma pergunta directa, obter dela a declaração casual do facto em questão.

Dinheiro e Propriedade

1 *Presentes*. O Talmude proíbe taxativamente dar um presente a um Gentio. Todavia, as autoridades rabínicas clássicas tornearam esta regra por ser habitual entre negociantes dar presentes aos contactos de negócios. Portanto foi decidido que um Judeu pode dar um presente a um *conhecimento* Gentio, dado isto ser encarado não como um presente verdadeiro, mas como uma espécie de investimento, do qual é esperado qualquer retorno. Os presentes a Gentios ‘desconhecidos’ continuam proibidos. Uma regra semelhante no sentido lato aplica-se a dar esmolas. Dar esmola a um pedinte Judaico é um dever religioso importante. Dar esmolas a pedintes Gentios é

permitido apenas por amor à paz. Todavia existem inúmeros avisos rabínicos contra permitir que os pedintes Gentios se ‘habituem’ a receber esmolas de Judeus, de forma que seja possível suspender tais esmolas sem provocar hostilidade indevida.

2 *Cobrança de juros.* A discriminação anti-Gentia neste assunto tornou-se largamente teórica, tendo em atenção a dispensa (explicada no Capítulo 3) que de facto permite que o juro seja cobrado mesmo a um contraente de empréstimo Judaico. Todavia, ainda existe o caso de a concessão de um empréstimo sem juros a um Judeu ser recomendada como um acto de caridade, mas é obrigatório cobrar juro a um contraente de empréstimo Gentio. De facto, muitas — mas não todas — das autoridades rabínicas, incluindo Maimonides, consideram obrigatório cobrar tanto juro quanto possível a um contraente de empréstimo Gentio.

3 *Artigos perdidos.* Se um Judeu encontrar algum artigo cujo dono seja provavelmente Judaico, o achador é cominado rigorosamente a fazer um esforço positivo para devolvê-lo divulgando-o publicamente. Em contraste, o Talmude e todas as autoridades rabínicas mais antigas não só permitem ao achador Judaico apropriar-se de um artigo perdido por um Gentio, mas na realidade proibia a ele ou a ela de o devolver⁴⁸. Em tempos mais recentes, quando foram aprovadas leis em quase todos os países que tornavam obrigatório devolver os artigos perdidos, as autoridades rabínicas instruíram os Judeus para fazerem o que essas leis diziam, como um acto de obediência *civil* ao estado — mas não como um dever religioso, isto é sem fazer um esforço positivo para descobrir o dono se não for provável que ele fosse Judaico.

4 *Decepção em negócios.* É um pecado grave praticar qualquer tipo de decepção para com um Judeu. Contra um Gentio é só proibido praticar a decepção directa. A decepção indirecta é permitida, a não ser que seja provável que provoque hostilidade contra Judeus ou insultos à religião Judaica. O exemplo paradigmático é o cálculo errado do preço durante uma compra. Se um Judeu fizer um erro que lhe seja desfavorável, é dever religioso corrigi-lo. Se um Gentio for notado a cometer tal erro, não é necessário deixá-lo saber disso, mas dizer ‘confio no seu cálculo’, de forma a evitar a sua hostilidade no caso de descobrir subsequentemente o seu erro.

5 *Fraude*. É proibido defraudar um Judeu vendendo-lhe ou comprando-lhe a um preço irrazoável. Todavia, 'A fraude não se aplica aos Gentios, pois está escrito: "Cada homem não defraudará o seu irmão"⁴⁹; mas um Gentio que defraudar um Judeu deve ser compelido a remediar a fraude, mas não deve ser punido mais severamente que um Judeu [num caso semelhante]⁵⁰.

6 *Furto e roubo*. Furtar (sem violência) é absolutamente proibido — como o *Shulhan Arukh* coloca tão bem: 'mesmo de um Gentio'. O roubo (com violência) é rigorosamente proibido se a vítima for um Judeu. Todavia, o roubo de um Gentio por um Judeu não é imediatamente proibido, mas só sob certas condições tais como 'quando os Gentios não estão sob o nosso domínio', mas é permitido 'quando estão sob o nosso domínio'. As autoridades rabínicas diferem entre elas sobre os detalhes exactos das circunstâncias sob as quais um Judeu pode roubar um Gentio, mas todo o debate preocupa-se apenas com o poder relativo dos Judeus e Gentios em vez de considerações gerais de justiça e humanidade. Isto pode explicar porque tão poucos rabinos protestaram contra o roubo de propriedade Palestina em Israel: este é apoiado pelo poder esmagador Judaico.

Gentios na Terra de Israel

Para além das leis gerais anti-Gentios, o Halakhah tem leis especiais contra os Gentios que vivem na Terra de Israel (*Eretz Yisra'el*) ou, em alguns casos, passam por ela meramente. Estas leis destinam-se a promover a supremacia Judaica naquele país.

A definição geográfica exacta do termo 'Terra de Israel' é muito debatido no Talmude e na literatura talmúdica, e o debate continuou nos tempos modernos entre as várias tonalidades da opinião Sionista. De acordo com a opinião maximalista, a Terra de Israel inclui (para além da própria Palestina) não só todo o Sinai, Jordânia, Síria e Líbano, mas também partes consideráveis da Turquia⁵¹. A interpretação 'minimalista' mais prevalecente coloca a fronteira norte 'apenas' a meio caminho entre a Síria e o Líbano, na latitude de Homs. Esta opinião era sustentada por Ben-Gurion. No entanto, mesmo aqueles que excluem assim partes da Síria-Líbano concordam que certas leis discriminatórias especiais (embora menos opressivas que na Terra de Israel propriamente dita) aplicam-se aos Gentios

dessas partes, porque esse território estava incluído no reino de David. Em todas as interpretações talmúdicas a Terra de Israel inclui Chipre.

Apresentarei agora uma lista das leis especiais respeitantes aos Gentios na Terra de Israel. A sua ligação com a prática Sionista real será claramente aparente.

O Halakhah proíbe os Judeus de vender propriedade imóvel — campos e casas — na Terra de Israel a Gentios. Na Síria, a venda de casas (mas não de campos) é permitida.

Arrendar uma casa na Terra de Israel a um Gentio é permitido sob duas condições. Primeiro, que a casa não seja usada para habitação mas para outros fins, tais como armazenagem. Segundo, que três ou mais casas adjacentes não sejam arrendadas.

Estas e várias outras regras são explicadas como se segue:... ‘para que não os deixes acampar no campo, pois eles não possuem terras, a sua permanência deve ser temporária’⁵². Mesmo a presença temporária Gentia só pode ser tolerada ‘quando os Judeus estão no exílio, ou quando os Gentios são mais poderosos que os Judeus.’ mas

Quando os Judeus são mais poderosos que os Gentios estamos proibidos de permitir um idólatra entre nós; mesmo um residente temporário ou bufarinheiro itinerante não deve ser autorizado a passar pela nossa terra a não ser que aceite os sete preceitos Noéicos⁵³, pois está escrito: ‘eles não habitarão na tua terra’⁵⁴, isto é, nem mesmo temporariamente. Se aceitar os sete preceitos Noéicos, torna-se um estrangeiro residente (*ger toshav*) mas é proibido conceder o estatuto de estrangeiro residente excepto quando é celebrado o Jubileu [isto é, quando o Templo está de pé e são oferecidos sacrifícios]. No entanto, durante os tempos quando os Jubiléus não são celebrados é proibido aceitar alguém que não seja um convertido total ao Judaísmo (*ger tzedeq*)⁵⁵.

Logo é claro que — exactamente como os dirigentes e os partidários do Gush Emunim dizem — toda a questão de como os Palestinos devem ser tratados é, de acordo com o Hakhalah, simplesmente uma questão de poder Judaico: se os Judeus tiverem poder suficiente, então o seu dever religioso é expulsar os Palestinos.

Todas essas leis são citadas frequentemente pelos rabinos Israelitas e os seus seguidores zelotas. Por exemplo, a lei proíbe o arrendamento de

três casas adjacentes a Gentios foi citada solenemente numa conferência que ocorreu em 1979 para discutir os tratados de Camp David. A conferência também declarou que de acordo com o Halakhah até a 'autonomia' que Begin estava pronto a oferecer aos Palestinos era muito liberal. Tais afirmações — que de facto assumem correctamente a posição do Halakhah — são raramente contestadas pela 'esquerda' Sionista.

Para além das leis tais como aquelas mencionadas até agora, que são dirigidas contra todos os Gentios na Terra de Israel, uma influência ainda mais maldosa brota de leis especiais contra os antigos Cananitas e outras nações que viviam na Palestina antes da conquista por Josué, bem como contra os Amalecitas. Todas essas nações foram totalmente exterminadas, e o Talmude e a literatura talmúdica reiteram as exortações genocidas bíblicas com ainda maior veemência. Rabinos influentes, que têm um seguimento considerável entre os oficiais do exército Israelita, identificam os Palestinos (ou mesmo todos os Árabes) com essas nações antigas, pelo que determinações como 'não deixarás vivo nada que respire'⁵⁶ adquirem um significado tópico. De facto, não é incomum soldados reservistas convocados para uma comissão de serviço na Faixa de Gaza receberem uma 'palestra educativa' na qual lhes é dito que os Palestinos de Gaza são 'como os Amalecitas'. Os versos bíblicos que exortavam ao genocídio dos Midianitas⁵⁷ foram citados solenemente por um rabino Israelita importante como justificação da chacina de Qibbiya⁵⁸, e esta declaração alcançou uma circulação ampla no exército Israelita. Existem muitos outros exemplos de declarações rabínicas ávidas de sangue contra os Palestinos, baseadas nestas leis.

Insulto

Sob este título quero discutir exemplos de leis halakhicas cujo efeito mais importante não é tanto prescrever a discriminação anti-Gentia específica como inculcar uma atitude de desprezo e ódio em relação aos Gentios. De acordo com isto, nesta secção não me confinarei a fazer citações das fontes halakhicas mais autorizadas (como tenho feito até agora), mas incluirei também obras menos fundamentais, que no entanto são usadas amplamente na educação religiosa.

Comecemos com o texto de algumas orações comuns. Numa das primeiras secções da prece matinal diária, todo o Judeu devoto abençoa

Deus por não o fazer um Gentio⁵⁹. A secção que conclui a oração diária (que é também usada na parte mais solene do serviço no dia de Ano Novo e no Yom Kippur) abre com a declaração: 'Devemos louvar o Deus de todos... por não nos fazer como as nações de [todas] as terras... porque dobram-se à vaidade e sem valor e rezam a um deus que não ajuda'⁶⁰. A última cláusula foi censurada dos livros de oração, mas na Europa Oriental é dada oralmente, e foi agora restaurada em muitos livros de oração impressos em Israel. Na parte mais importante da oração dos dias úteis — as 'dezoito bênçãos' — existe uma maldição especial, dirigida originalmente contra Cristãos, Judeus convertidos ao Cristianismo e outros hereges Judaicos: 'E possam os apóstatas⁶¹ não ter esperança, e todos os Cristãos perecerem instantaneamente'. Esta fórmula data do final do século I, quando o Cristianismo era ainda uma pequena seita perseguida. Algum tempo antes do século XIV foi abrandada para: 'E possam os apóstatas não ter esperança, e todos os hereges⁶² perecerem instantaneamente', e depois de pressões adicionais para: 'E possam os informadores não ter esperança, e todos os hereges perecer instantaneamente'. Depois da criação de Israel, o processo foi invertido, e muitos livros de orações impressos de novo regressaram à segunda fórmula, que também é preconizada por muitos professores nas escolas religiosas Israelitas. Depois de 1967, várias congregações próximas do Gush Emunim restauraram a primeira versão (até agora apenas verbalmente, não em impresso) e agora rezam diariamente que os Cristãos 'possam perecer instantaneamente'. Este processo de regressão aconteceu no período em que a Igreja Católica (com o Papa João XXIII) retirou do seu serviço da Páscoa uma oração em que pedia ao Senhor para ter misericórdia dos Judeus, hereges, etc. *Esta* oração foi considerada por muitos dirigentes Judaicos como ofensiva e mesmo anti-semita.

Para além das orações diárias fixas, um Judeu devoto deve proferir bênçãos curtas em várias ocasiões, tanto boas como más (por exemplo, ao vestir uma peça de vestuário nova, ver relâmpagos poderosos, ouvir más notícias, etc.) Algumas dessas orações ocasionais servem para inculcar ódio e desprezo para com todos os Gentios. Mencionámos no Capítulo 2 a regra segundo a qual um Judeu piedoso deve proferir uma maldição ao passar perto de um cemitério Gentio, enquanto deve abençoar Deus ao passar perto de um cemitério Judaico. Uma regra semelhante aplica-se aos vivos: assim, quando avistar uma grande população Judaica um Judeu devoto deve louvar Deus, enquanto ao ver uma grande população Gentia deve

proferir uma maldição. Nem os edifícios estão isentos: o Talmude estabelece⁶³ que um Judeu que passe perto de uma habitação não-Judaica habitada deve pedir a Deus para destruí-la, enquanto se o edifício estiver em ruínas deve agradecer ao Senhor da Vingança. (Naturalmente, as regras são invertidas para casas Judaicas.) Esta regra era fácil de observar para os camponeses Judaicos que viviam nas suas próprias aldeias ou para pequenas comunidades urbanas que viviam em vilas ou bairros totalmente Judaicos, todavia, tornou-se impraticável e daí confinada a igrejas e lugares de adoração de outras religiões (excepto o Islão)⁶⁴. A este respeito, a regra foi mais rendilhada pelo costume: tornou-se habitual cuspir (normalmente três vezes) ao ver uma igreja ou um crucifixo, como um embelezamento da fórmula obrigatória de desgosto⁶⁵. Por vezes eram adicionados versos bíblicos insultuosos⁶⁶.

Também existem uma série de regras que proibem qualquer expressão de louvor a Gentios ou às suas acções, excepto quando tal louvor implicava um louvor ainda maior dos Judeus e coisas Judaicas. Esta regra ainda é observada pelos Judeus Ortodoxos. Por exemplo, o escritor Agnon, quando entrevistado por uma rádio Israelita ao regressar de Estocolmo, onde tinha recebido o Prémio Nobel da literatura, louvou a Academia Sueca, mas apressou-se a acrescentar; 'Não me esqueço que é proibido louvar Gentios, mas existe uma razão especial para o meu louvor' — isto é, que tinham atribuído o prémio a um Judeu.

Da mesma maneira, é proibido juntar-se a qualquer manifestação de alegria popular Gentia, excepto quando não fazê-lo possa causar 'hostilidade' para com os Judeus, caso em que uma demonstração 'mínima' de alegria é permitida.

Além das regras mencionadas até agora, existem muitas outras cujo efeito é inibir a amizade humana entre Judeus e Gentios. Mencionarei dois exemplos: a regra sobre o 'vinho de libação' e sobre a preparação de comida para um Gentio nos dias santos Judaicos.

Um Judeu religioso não deve beber qualquer vinho em cuja preparação um Gentio possa ter participado de qualquer maneira. O vinho numa garrafa aberta, mesmo se preparado totalmente por Judeus, torna-se proibido se um Gentio se limitar a tocar na garrafa ou se passar uma mão sobre ela. A razão dada pelos rabinos é que todos os Gentios são não só idólatras mas presume-se que são bastante maliciosos, pelo que é provável que possam dedicar (por um sussurro, gesto ou pensamento) como 'libação' para o seu ídolo qualquer vinho que um Judeu esteja prestes a beber. Esta

lei aplica-se plenamente a todos os Cristãos, e de uma forma levemente atenuada também aos Muçulmanos. (Uma garrafa de vinho aberta tocada por um Cristão deve ser despejada, mas se tocada por um Muçulmano pode ser vendida ou dada, embora não possa ser bebida por um Judeu.) A lei aplica-se igualmente a ateus Gentios (como podemos ter a certeza de que não estão meramente a pretender serem ateus?) mas não aos ateus Judaicos.

As leis contra trabalhar ao sabbath aplicam-se em menor extensão aos outros dias santos. Em especial, num dia santo que não calhe a um sábado é permitido fazer qualquer trabalho requerido para preparar alimentos para serem comidos durante o dia ou dias santos. Legalmente, isto é definido como preparar a ‘comida da alma’ (*okhel nefesh*); mas ‘alma’ é interpretada como significando ‘Judeu’, e ‘Gentios e cães’ são excluídos explicitamente⁶⁷. No entanto, existe uma dispensa a favor de Gentios poderosos, cuja hostilidade pode ser perigosa: é permitido cozinhar comida num dia santo para um visitante pertencente a esta categoria, desde que não seja encorajado activamente a vir e comer.

Um efeito importante de todas essas leis — muito para além da sua aplicação na prática — é na atitude criada pelo seu estudo constante que, como parte do estudo do Halakhah, é encarado pelo Judaísmo clássico como um dever religioso supremo. Assim um Judeu Ortodoxo aprende desde tenra idade, como parte dos seus estudos sagrados, que os Gentios são comparados aos cães, que é um pecado louvá-los, e etc. A propósito, a este respeito os livros de textos para principiantes têm um efeito pior que o Talmude e os grandes códigos talmúdicos. Uma razão para isto é que tais textos elementares dão explicações mais detalhadas, escritas de forma a influenciar mentes jovens e não-educadas. De entre um grande número desses textos, escolhi o que é actualmente mais popular em Israel e foi reimpresso em muitas edições baratas, fortemente subsidiado pelo governo Israelita. É *O Livro de Educação*, escrito por um rabino anónimo na Espanha do começo do século XIV. Explica as 613 obrigações religiosas (*mitzvot*) do Judaísmo na ordem em que é suposto serem encontradas no Pentateuco de acordo com a interpretação talmúdica (discutida no Capítulo 3). Deve a sua influência duradoura e popularidade ao estilo Hebraico fácil em que está escrito.

Um objectivo didáctico central deste livro é enfatizar o significado ‘correcto’ da Bíblia em relação a tais termos como ‘próximo’, ‘amigo’ ou

'homem' (que referimos no Capítulo 3). Assim o §219, devotado à obrigação religiosa decorrente do verso 'amarás o próximo como a ti mesmo', é intitulado: 'Uma obrigação religiosa de amar os Judeus', e explica:

Amar todos os Judeus intensamente significa que devemos cuidar de um Judeu e do seu dinheiro tal como tratamos de nós próprios e do nosso dinheiro, pois está escrito: 'amarás o próximo como a ti mesmo' e os nossos sábios de memória abençoada disseram: 'não faças ao teu amigo o que é odioso para ti?... e muitas outras obrigações religiosas derivam desta, porque quem ama o próximo como a si mesmo não irá roubar-lhe o dinheiro, ou cometer adultério com a sua mulher, ou defraudá-lo do seu dinheiro, ou enganá-lo verbalmente, ou roubar a sua terra, ou lesá-lo de qualquer maneira. Também muitas outras obrigações religiosas dependem disto, como é conhecido por qualquer homem razoável.

No §322, que trata do *dever* de conservar um escravo Gentio escravizado para sempre (enquanto um escravo Judaico deve ser libertado ao fim de sete anos), é dada a explicação seguinte:

E na raiz desta obrigação religiosa [está o facto que] as pessoas Judaicas serem o melhor da espécie humana, criadas para servir o seu Criador e adorá-Lo, e dignas de ter escravos para servi-las. E se não tiverem escravos de outros povos, teriam de escravizar os seus irmãos, que seriam assim incapazes de servir o Senhor, abençoado seja Ele. Assim, somos comandados para possuir aqueles para o nosso serviço, depois de serem preparados para isso e depois de a idolatria ter sido removida das suas palavras de forma a que não haja perigo nas nossas casas⁶⁸, e esta é a intenção do verso 'mas sobre os teus irmãos as crianças de Israel, não reinarão um sobre o outro com rigor'⁶⁹, de forma que não tenham de escravizar os vossos irmãos, que estão prontos a adorar Deus.

No §545, que lida com a obrigação religiosa de cobrar juros sobre o dinheiro emprestado a Gentios, a lei está redigida da forma seguinte: 'Que estamos comandados a cobrar juros dos Gentios quando lhes emprestamos dinheiro, e não devemos emprestar-lhes dinheiro sem juros'. A explicação é:

E na raiz desta obrigação religiosa está que não devemos fazer qualquer acto de misericórdia excepto às pessoas que conhecem Deus e adoram-No; e quando nos abstermos de fazer acções misericordiosas ao resto da humanidade e fazêmo-lo apenas aos primeiros, estamos a ser experimentados, que a principal parte do amor e misericórdia para com eles é porque seguem a religião de Deus, abençoado seja Ele. Atenção, com esta intenção a nossa recompensa [de Deus] quando sustentemos a misericórdia dos outros é igual aquela por fazermos [acções misericordiosas] aos membros do nosso próprio povo.

Distinções semelhantes são feitas em outras passagens numerosas. Ao explicar a proibição contra demorar o pagamento do salário de um trabalhador (§238) o autor refere cuidadosamente que o pecado é menor se o trabalhador for Gentio. A proibição contra amaldiçoar (§239) é intitulada ‘Não amaldiçoar qualquer Judeu, seja homem ou mulher’. Da mesma maneira, as proibições contra dar conselhos enganadores, odiar outras pessoas, envergonhá-las ou vingar-se delas (§§240, 245, 246, 247) aplicam-se só aos próximos Judeus.

A proibição contra seguir hábitos Gentios (§262) significa que os Judeus devem não só ‘remover-se dos Gentios’ mas também ‘dizer mal do seu comportamento, mesmo da sua roupa’.

Deve ser salientado que as explicações supracitadas representam correctamente o ensino do Halakhah. Os rabinos e, pior ainda, os ‘estudiosos do Judaísmo’ conciliadores sabem isso muito bem e por essa razão não tentam discutir contra tais opiniões dentro da comunidade Judaica; e claro que nunca as mencionam fora dela. Em vez disso, vilipendiam qualquer Judeu que levante esses assuntos perto de Gentios, e emitem desmentidos enganadores em que a arte do equívoco atinge o máximo. Por exemplo, declaram que, usando termos gerais, a importância que o Judaísmo atribui à misericórdia, mas o que se esquecem de referir é que de acordo com o Halakhah a ‘misericórdia’ significa misericórdia para com os Judeus.

Quem viver em Israel sabe quão profundas e disseminadas estas atitudes de ódio e crueldade para com todos os Gentios estão entre a maioria dos Judeus Israelitas. Normalmente estas atitudes são dissimuladas do mundo exterior, mas desde a criação do Estado de Israel, a guerra de 1967 e a subida de Begin, uma minoria significativa de Judeus, tanto em Israel

como no estrangeiro, começou a tornar-se gradualmente mais aberta sobre tais assuntos. Nos anos mais recentes, os princípios inumanos segundo os quais a servidão é a sorte 'natural' dos Gentios foram citados publicamente em Israel, mesmo na televisão, por agricultores Judaicos que exploravam o trabalho Árabe, principalmente o trabalho infantil. Os dirigentes do Gush Emunim citaram preceitos religiosos que cominam os Judeus a oprimir os Gentios, como uma justificação pela tentativa de assassinio de Presidentes de Câmaras Palestinos e como a autoridade divina para o seu plano de expulsão de todos os Árabes da Palestina.

Enquanto muitos Sionistas rejeitem estas posições politicamente, os seus contra-argumentos padrão baseiam-se em considerações de expediente e de interesse próprio Judaico, em vez de em princípios de humanitarismo e ética válidos universalmente. Por exemplo, argumentam que a exploração e opressão de Palestinos por Israelitas tende a corromper a sociedade Israelita, ou que a expulsão dos Palestinos é impraticável nas actuais condições políticas, ou que os actos de terror Israelitas contra os Palestinos tendem a isolar Israel internacionalmente. No entanto, em princípio virtualmente todos os Sionistas — em especial os Sionistas de 'esquerda' — partilham as atitudes profundamente anti-Gentias que o Judaísmo Ortodoxo promove intensamente.

Atitudes para com o Cristianismo e o Islão

No que foi dito, foram dados de passagem vários exemplos das atitudes rabínicas para com essas duas religiões. Mas será útil resumir essas atitudes aqui.

O Judaísmo está imbuído de um ódio profundo para com o Cristianismo, combinado com ignorância a seu respeito. Esta atitude foi agravada claramente pelas perseguições Cristãs aos Judeus, mas é amplamente independente delas. De facto, data do tempo em que o Cristianismo ainda era fraco e perseguido (não menos por Judeus), e era partilhada por Judeus que nunca tinham sido perseguidos por Cristãos ou que tinham mesmo sido ajudados por eles. Assim, Maimonides foi sujeito a perseguições pelo regime dos Almóadas e escapou delas primeiro para o Reino de Jerusalém dos cruzados, mas isto não lhe mudou as suas opiniões sobre eles. Esta atitude profundamente negativa era baseada em dois elementos principais.

Primeiro, no ódio e calúnias maliciosas contra Jesus. A opinião tradicional do Judaísmo sobre Jesus deve claro ser distinguida da controvérsia sem sentido entre anti-semitas e apologistas Judaicos a respeito da ‘responsabilidade’ pela sua execução. Muitos estudiosos modernos desse período admitem que devido à falta de relatos originais e contemporâneos, a composição posterior dos Evangelhos e as contradições entre eles, o conhecimento histórico exacto das circunstâncias da execução de Jesus não estão disponíveis. De qualquer maneira, a noção da culpa colectiva e herdada é simultaneamente maldosa e absurda. No entanto, o que está em questão aqui não são os factos reais sobre Jesus, mas os relatos inexactos e mesmo caluniosos no Talmude e na literatura pós-talmúdica — que é no que os Judeus acreditavam até ao século XIX e muitos, em particular em Israel, ainda acreditam. Pois esses relatos desempenharam certamente um papel importante na formação da atitude Judaica para com o Cristianismo.

De acordo com o Talmude, Jesus foi executado por um tribunal rabino apropriado por idolatria, incitar outros Judeus à idolatria, e desprezo da autoridade rabínica. Todas as fontes clássicas Judaicas que mencionam a sua execução sentem-se orgulhosas em assumir responsabilidade por ela: no relato talmúdico os Romanos nem são mencionados.

Os relatos mais populares — que foram de qualquer maneira tomados muito a sério — tal como o notório *Toldot Yeshu* são ainda piores, pois para além dos crimes mencionados acusam-no de feitiçaria. O próprio nome ‘Jesus’ era para os Judeus o símbolo de tudo que era abominável, e esta tradição popular ainda persiste⁷⁰. Os Evangelhos são igualmente detestados, e não são podem ser citados (quanto mais ensinados) mesmo nas escolas Judaicas Israelitas modernas.

Em segundo lugar, por razões teológicas, principalmente radicadas na ignorância, o Cristianismo é uma religião classificada pelo ensino rabínico como idolatria. Isto baseia-se numa interpretação tosca das doutrinas Cristãs sobre a Trindade e a Encarnação. Todos os emblemas e representações pictóricas Cristãos são encarados como ‘ídolos’ — mesmo por aqueles Judeus que adoram literalmente manuscritos, pedras ou possessões pessoais de ‘Homens Santos’.

A atitude do Judaísmo para com o Islão é, em contraste, relativamente branda. Embora o epíteto normal para Maomé seja ‘louco’ (*meshugga*), isto não é tão ofensivo como pode parecer agora, e de qualquer maneira empalidece perante os termos insultuosos aplicados a Jesus. Da mesma

maneira, o Qur'an — ao contrário do Novo Testamento — não está condenado a ser queimado. Não é honrado da mesma maneira que a lei Islâmica honra os manuscritos sagrados Judaicos, mas é tratado como um livro ordinário. Muitas autoridades rabínicas concordam em que o Islão *não* é idolatria (embora alguns dirigentes do Gush Emunim preferam agora ignorá-lo). Assim o Halakhah decreta que os Muçulmanos não devem ser tratados pelos Judeus de uma forma pior que os outros Gentios. Mas nem melhor. Mais uma vez, Maimonides pode servir de ilustração. Declara explicitamente que o Islão não é idolatria, e nas suas obras filosóficas cita, com muito respeito, muitas autoridades filosóficas Islâmicas. Foi, como mencionei anteriormente, o médico pessoal de Saladino e da sua família, e por ordem de Saladino foi nomeado Chefe de todos os Judeus do Egipto. Todavia, as regras que proclamou contra salvar a vida de um Gentio (excepto para evitar perigo para os Judeus) aplicam-se igualmente aos Muçulmanos.

Capítulo 6

Consequências Políticas

As atitudes persistentes do Judaísmo clássico para com os não-Judeus influenciaram fortemente os seus adeptos, os Judeus Ortodoxos e aqueles que podem ser olhados como os seus continuadores, os Sionistas. Por intermédio destes também influencia a política do Estado de Israel. Desde 1967, enquanto Israel se tornou mais e mais 'Judaica', também a sua política é influenciada mais pelas considerações ideológicas Judaicas que pelas de um interesse imperial concebido friamente. Esta influência ideológica não é normalmente divisada pelos especialistas estrangeiros, que tendem a ignorá-la ou a minimizar a influência da religião Judaica na política Israelita. Isto explica porque muitas das suas previsões estão incorrectas.

De facto, mais crises governamentais Israelitas são causadas por razões religiosas, frequentemente triviais, do que por qualquer outra causa. O espaço devotado pela imprensa Hebraica à discussão das disputas que ocorrem constantemente entre os vários grupos religiosos, ou entre os religiosos e os seculares, é maior que o dado a qualquer outro assunto, excepto em tempos de guerra ou de tensão relacionada com a segurança. No momento da escrita, no começo de Agosto de 1993, alguns tópicos de maior interesse para os leitores da imprensa Hebraica são: se os soldados mortos em acção que são filhos de mães não-Judaicas serão enterrados numa área segregada nos cemitérios militares Israelitas; se as associações religiosas funerárias Judaicas, que têm o monopólio dos enterros de todos os Judeus excepto membros de kibbutz, serão autorizados a continuar o costume de circuncisar os cadáveres dos Judeus não-circuncidados antes de os enterrarem (e sem pedir a autorização da família); se a importação de carne não-kosher para Israel, proibida oficialmente desde a fundação do estado, será autorizada ou proibida por lei. Existem muitas outras questões deste tipo que são de muito maior interesse para o público Judaico Israelita que, digamos, as negociações com os Palestinos e a Síria.

As tentativas feitas por alguns políticos Israelitas para ignorar os factores da 'ideologia Judaica' em favor de interesses puramente imperiais conduziram a resultados desastrosos. No começo de 1974, depois da sua

derrota parcial na Guerra do Yom Kippur, Israel tinha um interesse vital em parar a influência renovada da OLP, que ainda não tinha sido reconhecida pelos estados Árabes como a única representante legítima dos Palestinos. O governo Israelita concebeu um plano para apoiar a influência Jordana na Margem Ocidental, que era muito considerável na época. Quando foi solicitado apoio ao Rei Hussein, ele pediu um *quid pro quo* visível. Foi arranjado que o seu principal apoiante da Margem Ocidental, o Xequê Jabri de Hebron, que governava a parte sul da Margem Ocidental com um punho de ferro, e com a aprovação do então ministro da Defesa, Moshe Dayan, daria uma recepção aos notáveis da região no pátio do seu palácio residencial em Hebron. A recepção, em honra do aniversário do rei, incluiria a exibição pública de bandeiras Jordanas e daria início a uma campanha pró-Jordana. Mas os colonos religiosos na próxima Kiryàt-Arba, que eram apenas um punhado na época, souberam do plano e ameaçaram o Primeiro Ministro Golda Meir e Dayan com protestos vigorosos pois, como colocavam a questão, exibir a bandeira de um 'estado não-Judaico' dentro da Terra de Israel contradizia o sagrado princípio que declara que esta terra 'pertence' apenas a Judeus. Como este princípio é aceite por todos os Sionistas, o governo teve de ceder às suas exigências e ordenar ao Xequê Jabri para não exibir quaisquer bandeiras Jordanas. Desta forma Jabri, que tinha sido profundamente humilhado, cancelou a recepção e, no encontro de Fez da Liga Árabe que ocorreu pouco depois, o Rei Hussein votou o reconhecimento da OLP como a única representante dos Palestinos. Para o grosso do público Judaico Israelita as negociações actuais sobre a 'autonomia' são igualmente influenciadas mais por tais considerações ideológicas Judaicas que por quaisquer outras.

A conclusão desta consideração da política Israelita, apoiada por uma análise do Judaísmo clássico, deve ser que as análises da feitura da política Israelita que não dão ênfase à importância do seu carácter único como um 'estado Judaico' devem estar erradas. Em especial, a comparação fácil de Israel com outros casos do imperialismo Ocidental e dos estados de colonos, é incorrecta. Durante o apartheid, a terra da África do Sul estava oficialmente dividida em 87% que 'pertenciam' aos brancos e 13% que era dito oficialmente 'pertencerem' aos Pretos. Além disso, foram criados os chamados Bantustões, oficialmente estados soberanos, dotados de todos os símbolos de soberania. Mas a 'ideologia Judaica' exige que nenhuma parte da Terra de Israel possa ser reconhecida como 'pertencendo' a não-Judeus e que nenhuns sinais de soberania, tais como bandeiras

Jordanas, possam ser autorizados oficialmente a ser exibidos. O princípio da Remissão da Terra exige que idealmente *toda* a terra, e não apenas, digamos, 87%, seja 'redimida', isto é, passe a ser propriedade de Judeus. A 'ideologia Judaica' proíbe que o princípio muito conveniente do imperialismo, já conhecido dos Romanos e seguido por muitos impérios seculares, e melhor formulado por Lord Cromer: 'Não governamos o Egípto, governamos os governadores do Egípto.' A 'ideologia Judaica' proíbe tal reconhecimento: também proíbe uma atitude aparentemente respeitosa para com quaisquer 'governadores não-Judaicos' na Terra de Israel. Toda a classe de reis clientes, sultões, marajás e chefes ou, nos tempos mais modernos, de ditadores dependentes, tão conveniente em outros casos de hegemonia imperial, não pode ser usada na área considerada parte da Terra de Israel. Daí os medos, expressos normalmente pelos Palestinos, de lhes ser oferecido um 'Bantustão' não têm qualquer fundamento. Só se muitas vidas Judaicas forem perdidas na guerra, como aconteceu tanto em 1973 como na sequência da guerra no Líbano em 1983-5, é concebível uma retirada Israelita, dado poder ser justificada pelo princípio que a santidade da vida Judaica é mais importante que as outras considerações. O que não é possível, enquanto Israel permanecer um 'estado Judaico', é a concessão de uma soberania falsa, mas simbolicamente real, ou mesmo de uma autonomia real, a não-Judeus dentro da Terra de Israel meramente por razões políticas. Israel, tal como outros países, é um estado exclusivista, mas o exclusivismo Israelita é peculiar para si mesmo.

Em adição à política Israelita deve ser admitido que a 'ideologia Judaica' influencia também uma parte significativa, talvez a maioria dos Judeus da diáspora. Enquanto a aplicação real da ideologia Judaica depende de Israel ser forte, isto por sua vez, depende até um ponto considerável do apoio que os Judeus da diáspora, mormente os Judeus Norte-Americanos, dão a Israel. A imagem dos Judeus da diáspora, e das suas atitudes em relação aos não-Judeus, é muito diferente das atitudes do Judaísmo clássico, como foram descritas anteriormente. Esta discrepância é mais óbvia nos países Anglófonos, onde as maiores falsificações do Judaísmo ocorrem regularmente. A situação é pior nos EUA e no Canadá, os dois estados cujo apoio à política de Israel, incluindo a política que mais contradiz flagrantemente os direitos humanos básicos dos não-Judeus, é mais forte.

O apoio dos EUA a Israel, quando considerado não em pormenor abstracto mas em concreto, não pode ser explicado adequadamente só como

o resultado dos interesses imperialistas Norte-Americanos. A influência forte detida pela comunidade Judaica organizada nos EUA no apoio a toda a política Israelita também deve ser tida em conta de forma a explicar a política do Médio Oriente das administrações Norte-Americanas. Este fenómeno ainda é mais observável no Canadá, cujos interesses no Médio Oriente não podem ser considerados como importantes, mas cuja dedicação leal a Israel é ainda maior que a dos EUA. Em ambos os países (e também em França, Reino Unido e muitos outros estados) as organizações Judaicas apoiam Israel com a mesma lealdade que os partidos comunistas dispensaram à URSS durante tanto tempo. Também, muitos Judeus que parecem ser activos na defesa dos direitos humanos e que adoptam opiniões anti-conformistas em outros temas revelam, em casos que afectam Israel, um grau assinalável de totalitarismo e estão na posição frontal na defesa de toda a política Israelita. É bem sabido em Israel que o chauvinismo e fanatismo no apoio a Israel mostrado pelos Judeus organizados da diáspora é muito maior (em particular depois de 1967) que o chauvinismo mostrado por um Judeu Israelita médio. Este fanatismo é particularmente assinalável no Canadá e nos EUA, mas por causa da incomparavelmente maior importância política assinalável no Canadá e nos EUA. Concentrar-me-ei nestes últimos. No entanto, deve ser notado que também encontramos Judeus cujas opiniões sobre a política Israelita não são diferentes das sustentadas pelo resto da sociedade (com o devido respeito pelos factores geográficos, rendimento, posição social, etc.)

Porque devem alguns Judeus Norte-Americanos exibir patrioteirismo, por vezes extremo, e outros não? Devemos começar por observar que a importância social e portanto política das organizações Judaicas, que são também de uma natureza exclusiva: em princípio não admitem não-Judeus. (Este exclusivismo está em contraste divertido com a sua busca para condenar o clube não-Judaico mais obscuro que se recuse a admitir Judeus.) Aqueles que podem ser chamados de 'Judeus organizados', e que passam a maior parte do seu tempo fora das horas de trabalho em companhia de outros Judeus, podem ser considerados como sustentando o exclusivismo Judaico e preservando as atitudes do Judaísmo clássico para com os não-Judeus. Nas circunstâncias presentes não podem expressar abertamente as suas atitudes para com os não-Judeus nos EUA, onde os não-Judeus constituem mais de 97% da população. Compensam isto expressando as suas atitudes reais pelo apoio ao 'estado Judaico' e o tratamento que dispensa aos não-Judeus do Médio Oriente.

De que outra forma podemos explicar o entusiasmo evidenciado por tantos rabinos Norte-Americanos no apoio a, digamos, Martin Luther King, comparado com a sua falta de apoio aos direitos dos Palestinos, mesmo dos seus direitos humanos individuais? De que outra forma podemos explicar a contradição gritante entre as atitudes do Judaísmo clássico para com os não-Judeus, que incluem a regra de que as suas vidas não devem ser salvas excepto em proveito do interesse Judaico, com o apoio dos rabinos dos EUA e Judeus organizados aos direitos dos Pretos? Afinal, Martin Luther King e a maioria dos Pretos Norte-Americanos são não-Judeus. Mesmo se só os Judeus conservadores e Ortodoxos, que em conjunto constituem a maioria dos Judeus Norte-Americanos organizados, fossem considerados como sustentando tais opiniões sobre os não-Judeus, a outra parte organizada da Judiaria dos EUA, a Reforma, nunca se lhes opôs, e, em meu entender, mostra-se como sendo muito influenciada por eles.

Na verdade, a explicação da contradição aparente é fácil. Devemos recordar que o Judaísmo, em particular na sua forma clássica, é totalitário por natureza. O comportamento dos apoiantes de outras ideologias totalitárias dos nossos tempos não foi diferente daquele dos Judeus Norte-Americanos organizados. Estaline e os seus apoiantes nunca se cansaram de condenar a discriminação contra os Pretos Norte-Americanos ou Sul-Africanos, particularmente no meio dos piores crimes cometidos na URSS. O regime de apartheid Sul-Africano era incansável nas suas denúncias das violações de direitos humanos cometidas pelos regimes Africanos comunistas ou outros, bem como os seus apoiantes em outros países. Podem ser dados muitos outros exemplos semelhantes. O apoio à democracia ou a direitos humanos são consequentemente insignificantes ou mesmo prejudiciais e enganadores como o apoio aos direitos humanos por um Estalinista. O entusiasmo aparente evidenciado pelos rabinos Norte-Americanos ou pelas organizações Judaicas nos EUA durante a década de cinquenta ou de sessenta no apoio aos Pretos no Sul, foi motivado apenas por considerações de interesse próprio Judaico, tal como o apoio comunista aos mesmos Pretos. O seu objectivo em ambos os casos era tentar capturar politicamente a comunidade Preta, no caso Judaico para um apoio sem pensar à política Israelita no Médio Oriente.

Logo, o exame real que Israel e os Judeus da diáspora enfrentam é o exame da sua autocrítica que deve incluir a crítica do passado Judaico. A

parte mais importante de tal crítica deve ser uma confrontação pormenorizada e honesta da atitude Judaica para com não-Judeus. Isto é o que muitos Judeus exigem justamente aos não-Judeus: que se confrontem com o seu próprio passado e assim tornem-se conscientes da discriminação e perseguições infligidas aos Judeus. Nos últimos 40 anos o número de não-Judeus mortos por Judeus é muitíssimo maior que o número de Judeus mortos por não-Judeus. A dimensão da perseguição e discriminação contra os não-Judeus infligidas pelo 'estado Judaico' com o apoio dos Judeus da diáspora organizados é também muitíssimo maior que o sofrimento infligido aos Judeus pelos regimes que lhes eram hostis. Embora a luta contra o anti-semitismo (e todas as outras formas de racismo) nunca devem cessar, a luta contra o chauvinismo e exclusivismo Judaicos, que deve incluir uma crítica do Judaísmo clássico, é agora de importância igual ou superior.

Notas e Referências

Capítulo 1: Uma Utopia Fechada?

¹ Walter Laquer, *History of Zionism*, Schocken Publishers, Tel Aviv, 1974, em Hebraico.

² Cf. Yedioth Ahronot, 27 de Abril de 1992.

³ Em Hugh Trevor-Roper, *Renaissance Essays*, Fontana Press, Londres, 1985.

⁴ Cf. Moses Hadas, *Hellenistic Culture, Fusion and Diffusion*, Columbia University Press, Nova Iorque, 1959, em particular os capítulos VII e XX.

Capítulo 2: Preconceito e Prevaricação

¹ Os próprios Judeus descrevem-se universalmente como uma comunidade religiosa ou, para ser mais exacto, uma *nação religiosa*. 'O nosso povo é um povo só por causa da *Torah* (a Lei Religiosa) — esta afirmação feita pelo Rabino Sa'adia Hagga'on que viveu no século X, tornou-se proverbial.

² Pelo Imperador José II em 1782.

³ Tudo isto é normalmente omitido na historiografia Judaica vulgar, de forma a propagar o mito que os Judeus conservam a sua religião por milagre ou por alguma força mística peculiar.

⁴ Por exemplo, na sua obra *Origins of Totalitarianism*, uma considerável parte da qual é devotada aos Judeus.

⁵ Antes do fim do século XVIII, os Judeus Alemães eram autorizados pelos seus rabinos a escrever Alemão apenas com letras Hebraicas, sob pena de serem excomungados, flagelados, etc.

⁶ Quando por um acordo entre o Império Romano e os dirigentes Judaicos (a dinastia dos *Nesi'im*) todos os Judeus no Império ficaram sujeitos à autoridade fiscal e disciplinar desses dirigentes e dos seus tribunais rabínicos, que por sua parte comprometeram-se a manter a ordem entre os Judeus.

⁷ Escrevo isto, sendo eu um não-socialista. Mas honrarei e respeitarei pessoas com esses princípios de que discordo, se fizerem um esforço honesto para serem fiéis a esses princípios. Por contraste, não existe nada tão desprezível como o uso desonesto de princípios universais, quer sejam verdadeiros ou falsos, para os usos egoístas de um indivíduo ou, pior ainda, de um grupo.

⁸ De facto, muitos aspectos do Judaísmo ortodoxo eram aparentemente derivados de Esparta, embora pela influência política nociva de Platão. Sobre este assunto, cf. os excelentes comentários de Moses Hadas, *Hellenistic Culture, Fusion and Diffusion*, Columbia University Press, Nova Iorque, 1959.

⁹ Incluindo a geografia da Palestina e mesmo a sua própria localização. Isto é mostrado pela orientação de todas as sinagogas em países como a Polónia e a Rússia:

considera-se que os Judeus devem rezar virados para Jerusalém, e os Judeus Europeus, que tinham apenas a vaga ideia onde Jerusalém ficava, admitiram sempre que se situava a leste, quando na verdade estava mais perto do sul.

¹⁰ Em todo este capítulo usei o termo 'Judaísmo clássico' para referir o Judaísmo rabínico como apareceu depois do ano 800 d. C. que durou até ao fim do século XVIII. Evito o termo 'Judaísmo normativo', que muitos autores usam com o mesmo significado aproximado, porque em meu entender tem conotações injustas.

¹¹ Os trabalhos dos Judeus Helenistas, tal como Filo de Alexandria, constituem uma excepção. Foram escritos antes do Judaísmo clássico ter atingido uma posição de hegemonia exclusiva. Mais tarde, foram suprimidos realmente entre os Judeus e sobreviveram apenas porque os monges Cristãos acharam-nos apropriados.

¹² Durante todo o período entre os anos 100 e 1500 foram escritos dois livros de viagens e uma história de estudos talmúdicos — um livro curto, inexacto e maçador, ainda por cima escrito por um filósofo desprezado (Abraham ben-David, Espanha, cerca de 1170).

¹³ *Me'or Eynayim* por Azarya de Rossi, de Ferrara, Itália, 1574.

¹⁴ Os casos melhor conhecidos são em Espanha: por exemplo, (para usar os seus nomes Cristãos adoptados) Mestre Alfonso de Valladolid, convertido em 1320, e Paulo de Santa Maria, convertido em 1390 e nomeado bispo de Burgos em 1415. Mas muitos outros casos podem ser citados em toda a Europa Ocidental.

¹⁵ Certamente o tom, e também as consequências, foram muito melhores que em discussões em que Cristãos eram acusados de heresia — por exemplo aquelas em que Pedro Abelardo ou os Franciscanos rigorosos foram condenados.

¹⁶ Os exemplos Estalinista e Chinês são conhecidos suficientemente bem. Todavia, é merecedora de menção que a perseguição a historiadores honestos começou bem cedo na Alemanha. Em 1874, H. Ewald, um professor em Göttingen, foi encarcerado por expressar opiniões 'incorrectas' sobre as conquistas de Frederico II, uns duzentos anos antes. A situação em Israel é análoga: os piores ataques contra mim foram provocados não pelos termos violentos que emprego na condenação do Sionismo e a opressão dos Palestinos, mas por um meu artigo anterior sobre o papel dos Judeus no tráfico de escravos, no qual o último caso citado datava de 1870. Esse artigo foi publicado antes da guerra de 1967; agora a sua publicação seria impossível.

¹⁷ No final umas poucas outras passagens tiveram também de ser removidas, tais como as que pareciam teologicamente absurdas (por exemplo, onde se diz que Deus reza a Si mesmo ou fisicamente executar algumas das práticas a que o Judeu individual era exortado) ou aquelas que celebram muito livremente as escapadas sexuais dos antigos rabinos.

¹⁸ Tratado *Berakhot*, p. 58b.

¹⁹ 'Que a tua mãe seja gravemente confundida; ela que te gerou deve ser envergonhada...' *Jeremias*, 50:12.

²⁰ Publicado por Boys Town, Jerusalém, e organizado por Moses Hyamson, um dos estudiosos do Judaísmo na Grã-Bretanha com maior reputação.

²¹ Os supostos fundadores da seita Saduceia.

²² Tenho prazer em dizer que numa tradução recente (da Chicago University Press) a palavra 'Pretos' aparece, mas é improvável, por enquanto, que o volume pesado e *muito caro* possa cair nas mãos 'erradas'. Na Inglaterra do início do século XIX, similarmente os livros radicais (tais como os de Godwin) foram autorizados a aparecer, desde que fossem distribuídos numa edição muito cara.

²³ Pode ser mencionado um facto adicional em relação a este assunto. É perfeitamente possível, e aparentemente respeitável, que um estudioso Judaico do Islão, Bernard Lewis (que anteriormente leccionava em Londres e agora dá aulas nos EUA) possa indicar muitas passagens na literatura Islâmica que, em seu entender, sejam anti-Pretas, mas nenhuma das quais se aproxima sequer da citação em causa. Seria praticamente impossível para alguém agora, os nos últimos trinta anos, discutir em qualquer publicação Norte-Americana reputável a citação em causa ou as muitas outras passagens talmúdicas ofensivas anti-Pretos. Mas sem uma crítica de *todos* os lados, o ataque apenas ao Islão reduz-lo a um mero libelo.

Capítulo 3: Ortodoxia e Interpretação

¹ Como no Capítulo 2, uso o termo 'Judaísmo clássico' para referir o Judaísmo rabínico no período depois do ano 800 d. C. até ao fim do século XVIII. Este período coincide na generalidade com a Idade Média Judaica, dado que para muitas comunidades Judaicas as condições medievais persistiram até mais tarde que nas nações Europeias Ocidentais, mormente até ao período da Revolução Francesa. Assim, aquilo a que chamo 'Judaísmo clássico' pode ser encarado como Judaísmo *medieval*.

² *Éxodo*, 15:11.

³ *Ibid.*, 20:3-6.

⁴ *Jeremias*, 10; o mesmo tema é ecoado outra vez pelo Segundo Livro de Isaías, cf. *Isaías*, 44.

⁵ Obviamente a cabala é uma teoria esotérica, e o seu estudo detalhado estava confinado aos estudiosos. Na Europa, em particular depois de cerca de 1750, foram tomadas medidas extremas para mantê-la secreta e proibir o seu estudo excepto por estudiosos maduros e sob supervisão rígida. As massas Judaicas não educadas da Europa Oriental não tinham um conhecimento real da doutrina cabalística; mas a cabala filtrava-se para eles sob a forma de superstição e práticas mágicas.

⁶ Muitos místicos Judaicos contemporâneos acreditam que o mesmo fim pode ser atingido mais rapidamente pela guerra contra os Árabes, pela expulsão dos Palestinos, ou mesmo pelo estabelecimento de muitos colonatos Judaicos na Margem Ocidental. O movimento crescente para a construção do Terceiro Templo também está baseado nessas ideias.

⁷ A palavra Hebraica usada aqui — *yibud*, que significa literalmente união-em-reclusão — é a mesma empregada em textos legais (que tratam do casamento, etc.) que se referem a relações sexuais.

⁸ A chamada *Qedushah Shlisbit* (Terceira Santidade), inserida na oração *Uva Letzion* perto do final do serviço matinal.

⁹ *Números*, 29.

¹⁰ O poder de Satanás, e a sua ligação com os não-Judeus, é demonstrado por um costume muito generalizado, estabelecido sob influência cabalística em muitas comunidades Judaicas do século XVII. Uma mulher Judaica ao regressar do seu banho ritual de purificação mensal (depois do qual relações sexuais com o marido são obrigatórias) deve ter cuidado em evitar encontrar uma das quatro criaturas satânicas: Gentio, porco, cão ou asno. Se encontrar uma destas, deve tomar outro banho. O costume era defendido (entre outros) por *Shevet Musar*, um livro sobre a conduta moral Judaica publicado pela primeira vez em 1712, que era um dos livros mais populares entre os Judeus da Europa Oriental e dos países Islâmicos até ao começo deste século, e ainda é lido amplamente em alguns círculos Ortodoxos.

¹¹ Isto é prescrito até ao mínimo detalhe. Por exemplo, a lavagem das mãos ritual não deve ser feita debaixo de uma torneira; cada mão deve ser lavada isoladamente, em água de uma malga (de tamanho mínimo especificado) segura na outra mão. Se as mãos de alguém estiverem realmente sujas, é realmente impossível limpá-las desta maneira, mas tais considerações pragmáticas são obviamente irrelevantes. O Judaísmo clássico prescreve um grande número de tais rituais detalhados, aos quais a cabala atribui bastante importância, Existem, por exemplo, muitas regras exactas que se referem ao comportamento numa sanita. Um Judeu que excrete ao natural ao ar livre não o deve fazer no sentido Norte-Sul, porque o Norte está associado a Satanás.

¹² 'Interpretação' é a minha própria expressão. A opinião clássica (e a Ortodoxa dos nossos dias) é que o significado talmúdico, mesmo quando é contrário ao sentido literal, é sempre o aplicável.

¹³ De acordo com uma história apócrifa, um famoso herege Judaico do século XIX observou a este respeito que o verso 'Não cometerás adultério' só é repetido duas vezes. 'Logo presume-se que somos proibidos de comer adultério ou de cozinhá-lo, mas gozá-lo é perfeitamente correcto.'

¹⁴ O Hebraico *re'akha* é traduzido pela Versão do Rei Jaime (e quase todas as outras traduções Inglesas) de uma forma algo imprecisa como 'o teu vizinho'. No entanto ver *Segundo Livro de Samuel*, 16:17, em que exactamente a mesma palavra é traduzida pela Versão do Rei Jaime como 'o teu amigo'.

¹⁵ O *Mishnah* está assinalavelmente livre de tudo isto, e em especial da crença em demónios e a feitiçaria é relativamente rara nele. Por outro lado, o Talmude Babilónico está cheio de superstições grosseiras.

¹⁶ Ou, para ser mais exacto, em muitas partes da Palestina. Aparentemente as áreas a que a lei se aplica são aquelas que estavam sob predominância demográfica Judaica entre 150 e 200 d. C.

¹⁷ Assim, Judeus Ortodoxos não-Sionistas em Israel organizam lojas especiais durante os anos sabáticos, que vendem frutos e legumes cultivados por Árabes em terra Árabe.

¹⁸ No Inverno de 1945-6, eu próprio, então um rapaz de menos de 13 anos, participei em tais acontecimentos. O homem encarregado do trabalho agrícola na escola agrícola religiosa que então frequentava era um Judeu particularmente piedoso e pensava

que seria seguro se o acto crucial, o de remover a tábua, fosse cometido por um órfão com menos de 13 anos, incapaz de ser, ou de fazer alguém ser, culpado de um pecado. (Um rapaz com menos dessa idade não pode ser culpado de um pecado; o seu pai, se o tiver, é considerado responsável.) Tudo foi-me explicado previamente, incluindo o dever de dizer, 'preciso dessa tábua', quando na verdade não fazia falta.

¹⁹ Por exemplo, o Talmude proíbe um Judeu de usufruir da luz de uma vela acesa por um Gentio num *Sabbath*, a não ser que este a tenha aceso para seu uso próprio antes do Judeu entrar na sala.

²⁰ Um dos meus tios na Varsóvia pré-1939 usava um método mais subtil. Empregava uma criada não-Judia chamada Marysia e era seu hábito ao acordar da sua sesta de sábado dizer, primeiro em voz baixa, 'Que bom seria se' — e então, elevando a voz para gritar, '...Marysia nos trouxesse uma chávena de chá!' Ele era considerado muito piedoso e um homem temente a Deus e nunca pensaria beber uma gota de leite durante seis horas após ter comido carne. Na sua cozinha tinha duas bacias, uma para lavar pratos usados para comer carne, a outra para pratos de leite.

²¹ Acontecem erros lamentáveis ocasionalmente, porque alguns trabalhos são realmente protegidos, permitindo aos empregados seis dias de folga por cada semana. A cidade de Bney Braq (perto de Tel Avive), habitada quase exclusivamente por Judeus Ortodoxos, foi abalada na década de sessenta por um escândalo terrível. Depois da morte do 'sabbath-Goy' que tinham empregue durante mais de vinte anos para zelar pelo abastecimento de água aos sábados, descobriram que não era realmente um Cristão, mas um Judeu! Assim quando o seu sucessor, um Druso, foi contratado, a cidade exigiu e obteve do governo um certificado que o novo empregado era um Gentio de descendência Gentia pura. Correu o rumor de fonte fidedigna que foi pedido um inquérito à polícia secreta.

²² Em contraste, o ensino elementar das Escrituras pode ser feito contra pagamento. Foi sempre considerado um trabalho de baixa categoria e era muito mal pago.

²³ Outro ritual 'extremamente importante' é o sopro do chifre de um carneiro no *Rosh Hashanah*, cujo objectivo é confundir Satanás.

Capítulo 4: O Peso da História

¹ Cf., por exemplo, *Jeremias*, 44, em especial os versos 15-19. Para um tratamento excelente de alguns aspectos deste assunto, cf. Raphael Patai, *The Hebrew Goddess*, Ktav, EUA, 1967.

² *Ezra*, 7:25-26. Os últimos dois capítulos dizem principalmente respeito aos esforços de Ezra para segregare os Judeus 'puros' ('a semente santa') longe de 'as pessoas da terra' (que eram de origem Judaica, pelo menos parcialmente) e separar os casamentos mistos.

³ W. F. Albright, *Recent Discoveries in Bible Lands*, Funk & Wagnall, Nova Iorque, 1955, p. 103.

⁴ É significativo que, juntamente com este corpo literário, *todos* os livros históricos escritos por Judeus depois de cerca do ano 400 a. C. eram também rejeitados. Até ao século XIX, os Judeus ignoravam praticamente a história de Massada e as figuras como Judas Macabeu, agora encarados por muitos (em particular Cristãos) como pertencendo à 'própria essência' do Judaísmo.

⁵ *Actos*, 18:15.

⁶ *Ibid.*, 25.

⁷ Ver a nota 6 ao Capítulo 2.

⁸ Em relação ao termo 'Judaísmo clássico', ver a nota 10 ao Capítulo 2 e a nota 1 ao Capítulo 3.

⁹ Os galardoados com o Prémio Nobel Agnon e Bashevis Singer são exemplos disto, mas muitos outros podem ser indicados, particularmente Bialik, o poeta nacional Hebraico. No seu poema famoso *O meu pai* descreve o seu santo pai a vender vodca aos camponeses bêbedos que são descritos como animais. Este poema muito popular, ensinado em todas as escolas Israelitas, é um dos veículos pelo qual a atitude anti-camponês se reproduz.

¹⁰ No que dizia respeito ao poder central do Patriarcado Judaico, o acordo foi terminado por Teodósio II numa série de leis, culminando em 429 d. C., mas muitos dos acordos locais mantiveram-se em vigor.

¹¹ Talvez outro exemplo característico é o império Parta (até a 225 d. C.) mas não se sabe muito sobre ele. No entanto, sabemos que a criação de um império Iraniano Sassânida causou um declínio imediato da posição dos Judeus.

¹² Esta proibição estendia-se também ao casamento com uma mulher convertida, porque todas as mulheres Gêntias são consideradas pelo *Halakhab* como sendo prostitutas.

¹³ Um casamento proibido não é geralmente nulo, e carece de um divórcio. O divórcio é nominalmente um acto voluntário por parte do marido, mas sob certas condições um tribunal rabínico pode coagi-lo a 'querer' (*kefin oto 'ad sbeyyomar rotzah ani*).

¹⁴ Embora os cometimentos Judaicos durante a Idade de Ouro da Espanha Muçulmana (1002-1147) fossem mais brilhantes, não foram duradouros. Por exemplo, a maior parte da magnífica poesia Hebraica dessa idade foi esquecida posteriormente pelos Judeus, e só recuperada por eles nos séculos XIX e XX.

¹⁵ Durante essa guerra, Henrique de Trastâmara usou propaganda anti-Judaica, embora a sua própria esposa, Leonor de Guzman, uma mulher da alta nobreza Castelhana, fosse parcialmente de descendência Judaica. (Só em Espanha é que a nobreza mais alta tinha casamentos com Judeus.) Depois da sua vitória também empregou Judeus nas posições financeiras mais elevadas.

¹⁶ Até ao século XVIII a posição dos servos na Polónia era supostamente pior que na Rússia. Nesse século, alguns pormenores da servidão Russa, tal como a venda pública de servos, tornaram-se piores que na Polónia mas o governo central Czarista manteve sempre alguns poderes sobre os camponeses escravizados, por exemplo o direito a recrutá-los para o exército nacional.

¹⁷ Durante o período precedente as perseguições aos Judeus eram raras. Isto era verdade no Império Romano depois de sérias rebeliões Judaicas. Gibbon tem razão ao gabar a liberalidade de Antonino Pio (e Marco Aurélio) aos Judeus, tão pouco depois da grande rebelião de Bar-Kokhba de 132-5 d. C.

¹⁸ Este facto, facilmente verificável pelo exame dos detalhes de cada perseguição, não é notado pelos historiadores mais gerais em tempos recentes. Uma excepção honrosa é Hugh Trevor-Roper, *The Rise of Christian Europe*, Thames and Hudson, Londres, 1965, pp. 173-4. Trevor-Roper é também um dos poucos historiadores modernos que menciona o papel Judaico predominante no tráfico de escravos medieval mais antigo entre a Europa Cristã (e pagã) e o Mundo Muçulmano (ibid., pp. 92-3). De forma a promover esta abominação, que não tenho espaço para discutir aqui, Maimonides autorizou os Judeus, em nome da religião Judaica, a raptar crianças Gêntias para a escravidão; e a sua opinião foi sem dúvida seguida ou reflectida na prática contemporânea.

¹⁹ Podem ser encontrados exemplos em qualquer história das Cruzadas. Cf. em particular S. Runciman, *A History of the Crusades*, volume I, livro 3, capítulo 1, "The German Crusade". A derrota posterior da sua hoste pelo exército Húngaro. 'pareceu para a maioria dos Cristãos como o justo castigo vindo de cima para os assassinos de Jesus.'

²⁰ John Stoye, *Europe Unfolding 1648-88*, Fontana, Londres, p. 46.

²¹ Esta última característica claro que não é mencionada pela historiografia Judaica recebida. O castigo normal para um camponês rebelde ou mesmo 'insolente' era o empalamento.

²² O mesmo pode ser observado em diferentes regiões de um dado país. Por exemplo, na Alemanha, a Baviera agrária é muito mais anti-semita que as áreas industrializadas.

²³ 'A recusa da Igreja em admitir que uma vez um Judeu, sempre um Judeu, foi outra causa de dor para Católicos ostentatórios como Drumont. Um dos seus principais lugares-tenentes, Jules Guérin, recordou o desgosto que sentiu quando o famoso Jesuíta, Padre du Lac, repreendeu-o por atacar um Judeu converso chamado Dreyfus.' D. W. Brogan, *The Development of Modern France*, volume I, Harper Torchbooks, Nova Iorque, 1966, p. 227.

²⁴ Ibid.

²⁵ Deixem-me ilustrar o carácter irracional e demoníaco que o racismo pode por vezes adquirir com três exemplos escolhidos aleatoriamente. A maior parte do extermínio dos Judeus da Europa foi levada a cabo em 1942 e no princípio de 1943 durante a ofensiva Nazi na Rússia, que culminou na sua derrota em Estalinegrado. Durante os oito meses entre Junho de 1942 e Fevereiro de 1943 os Nazis usaram provavelmente mais vagões do caminho de ferro para transportar Judeus para as câmaras de gás do que para levar os abastecimentos muito necessários ao exército. Antes de serem conduzidos para a morte, muitos destes Judeus, pelo menos na Polónia, foram usados muito eficazmente na produção de equipamento para o exército Alemão. O segundo exemplo, algo remoto, vem de uma descrição das Vésperas Sicilianas em 1282:

‘Cada Francês que encontraram foi abatido. Caíram sobre as hospedarias em que moravam, não poupando nem mulheres nem crianças... Os amotinados entraram nos conventos Dominicanos e Franciscanos, e todos os frades estrangeiros foram arrastados e obrigados a pronunciar a palavra *ciari*, cujo som a língua Francesa não conseguia reproduzir exactamente. Quem falhasse a prova era morto.’ (S. Runciman, *The Sicilian Vespers*, Cambridge University Press, 1958, p. 215.) O terceiro exemplo é recente: no Verão de 1980 — a seguir de uma tentativa de assassinio por terroristas Judaicos em que o Presidente da Câmara de Naplus, Bassam Shak’a, perdeu ambas as pernas e o Presidente da Câmara de Ramalá, Karim Khalaf, perdeu um pé — um grupo de Nazis Judaicos reuniu-se nas instalações da Universidade de Tel Avive, assou alguns gatos e ofereceu a sua carne aos transeuntes como ‘espetadas das pernas dos Presidentes de Câmaras Árabes’. Quem tiver testemunhado esta orgia macabra — como eu — teria de admitir que alguns horrores desafiam explicação no actual estado do conhecimento.

²⁶ Uma das primeiras excentricidades de Jabotinsky (fundador do partido então dirigido por Begin) foi propor, cerca de 1912, a criação de dois estados Judaicos, um na Palestina e outro em Angola: o primeiro, sendo pobre em recursos naturais, seria subsidiado pelas riquezas do segundo.

²⁷ Herzl foi à Rússia encontrar-se com von Plehve em Agosto de 1903, menos de quatro meses depois do atroz pogrom de Kishinev, do qual este último era responsabilizado. Herzl propôs uma aliança, baseada no seu desejo comum de tirar a maior parte dos Judeus da Rússia e, a curto prazo, retirar o apoio Judaico ao movimento Socialista. O ministro Czarista começou a primeira entrevista (8 de Agosto) observando que era ‘um apoiante ardente do Sionismo’. Quando Herzl passou a descrever os objectivos do Sionismo, von Plehve interrompeu: ‘Está a pregar ao convertido’. Amos Elon, *Herzl*, ‘Am ‘Oved, 1976, pp. 415-9, em Hebraico.

²⁸ Dr. Joachim Prinz, *Wir Juden*, Berlim, 1934, pp. 150-1.

²⁹ *Ibid.*, pp. 154-5.

³⁰ Por exemplo, cf. *ibid.*, p. 136. Mesmo piores expressões de simpatia para com o Nazismo eram expressas pelo extremista *Lohamey Herut Yisra’el* (o Grupo Stern) até 1941. O Dr. Prinz era, em termos Sionistas, uma ‘pomba’. Na década de setenta patrocinou mesmo o movimento Judaico *Breira* dos EUA, até ser dissuadido por Golda Meir.

Capítulo 5: As Leis Contra os Não-Judeus

¹ Maimonides, *Mishneh Torah*, ‘Leis sobre os Assassinos’, 2, 11; *Talmudic Encyclopedia*, ‘Goy’.

² Rabino Yo’el Sirkis, *Bayit Hadash*, comentário sobre *Beit Joseph*, ‘Yoreh De’ah’ 158. As duas regras mencionadas agora aplicam-se mesmo se o Gentio for *ger toshav*, que é um ‘estrangeiro residente’ que se comprometeu perante três testemunhas Judaicas a observar os ‘sete preceitos Noéicos’ (sete leis bíblicas consideradas pelo Talmude dirigidas a Gentios).

³ Rabino David Halevi (Polónia, século XVII), *Turey Zabav* sobre *Shulhan 'Arukh*, 'Yorch De'ah' 158.

⁴ Este conceito de 'hostilidade' será discutido abaixo.

⁵ *Talmudic Encyclopedia*, "Ger" (= convertido ao Judaísmo).

⁶ Por exemplo, Rabino Shabbtay Kohen (meados do século XVII), *Sifsey Kohen* sobre *Shulhan 'Arukh*, 'Yorch De'ah' 158: 'Mas em tempos de guerra era costume matá-los com as nossas mãos, porque está escrito, "O melhor dos Gentios — matem-no!"'. *Sifsey Kohen* e *Turey Zabav* (cf. nota 3) são dois dos maiores comentários clássicos ao *Shulhan 'Arukh*.

⁷ Coronel Rabino A. Avidan (Zemel), 'Tohar hannahshq le'or hahalakhah' (= 'Pureza das armas à luz do Hahalakhah') em *Be'iqvot milhemet yom bakkipurim — pirqey bagut, balakhah umehqar* (*In the Wake of the Yom Kippur War — Chapters of Meditation, Halakhah and Research*), Central Region Command, 1973: citado em *Ha'olam Hazzeh*, 5 de Janeiro de 1974; também citado por David Shaham, 'Um capítulo de meditação', *Hotam*, 28 de Março de 1974; e por Amnon Rubinstein, 'Quem falsifica o Halakhah?', *Ma'ariv*, 13 de Outubro de 1975. Rubinstein relata que este pequeno livro foi retirado de circulação por ordem do Chefe de Estado Maior, presumivelmente por encorajar os soldados a desobedecer às suas próprias ordens; mas queixou-se que o Rabino Avidan não foi levado a tribunal militar, nem nenhum rabino — civil ou militar — levantou objecções ao que ele escreveu.

⁸ Rabino Shim'on Weiser, 'Pureza de armas — uma troca de cartas', no *Niv Hammidrashiyah Yearbook* de Midrashiyat No'am, 1974, pp. 29-31. Este anuário é em Hebraico, Inglês e Francês, mas o material citado aqui é impresso apenas em Hebraico.

⁹ *Salmos*, 42:2.

¹⁰ 'Apararás a recordação de Amalec de sob o céu', *Denterónimo*, 25:19. Cf. *Primeiro Livro de Samuel*, 15:3: 'Agora ide e esmagai Amalec, e destruí completamente tudo o que têm, e não os poupeis; mas matai homens e mulheres, crianças e bebés, bois e carneiros, camelos e burros.'

¹¹ Pouparamos ao leitor muitas dessas referências muito retorcidas e citações de fontes talmúdicas e rabínicas. Tais omissões estão assinaladas [...]. As conclusões do próprio rabino são reproduzidas na totalidade.

¹² Os *Tosafot* (literalmente, Adenda) são um corpo de comentários ao Talmude, que datam dos séculos XI e XIII.

¹³ Pessoas culpadas de tais crimes são mesmo autorizadas a atingir posições elevadas. Uma demonstração é o caso de Shmu'el Lahis, que foi responsável pela chacina de 50 a 75 camponeses Árabes presos numa mesquita depois de a sua aldeia ter sido conquistada pelo exército Israelita na guerra de 1948-9. Depois de um julgamento pró-forma, foi-lhe concedida amnistia total, devido à intercessão de Ben-Gurion. O homem tornou-se um advogado respeitável e no final da década de setenta foi nomeado Director-Geral da Agência Judaica (que é, na realidade, o órgão executivo do movimento Sionista). No começo de 1978 os factos a respeito do seu passado foram discutidos amplamente na imprensa Israelita, mas nenhum rabino ou estudioso rabínico questionou quer a amnistia quer a sua capacidade para o seu novo cargo. A sua nomeação não foi revogada.

14 *Shulban 'Arukh*, 'Hoshen Mishpat', 426.

15 Tratado *'Avodah Zarab*, p. 26b.

16 Maimonides, *op. cit.*, 'Assassino' 4, 11.

17 *Levítico*, 19:16. Em relação à tradução de 'o teu amigo' ver a nota 14 ao Capítulo 3.

18 Maimonides, *op. cit.*, 'Idolatria' 10, 1-2.

19 Em ambos os casos na secção 'Yoreh De'ah' 158. O *Shulban 'Arukh* repete a mesma doutrina na 'Hoshen Mishpat', 425.

20 Moses Rivkes, *Be'er Haggolah* sobre o *Shulban 'Arukh*, 'Hoshen Mishpat', 425.

21 Assim o Professor Jacob Katz, no seu livro Hebraico *Entre Judeus e Gentios*, bem como na versão Inglesa mais desculpabilizadora *Exclusiveness and Tolerance*, cita apenas esta passagem *ipsis verbis* e tira a conclusão surpreendente que 'encarando a obrigação de salvar uma vida nenhuma discriminação deve ser feita entre Judeu e Cristão'. Não menciona nenhuma das opiniões com autoridade que citadas acima ou na próxima secção.

22 Maimonides, *op. cit.*, 'Sabbath' 2, 20-21; *Shulban 'Arukh*, 'Orah Hayyim' 329.

23 Rabino 'Aquila Eiger, comentários sobre o *Shulban 'Arukh*, *ibid.* Também acrescenta que se um bebé for encontrado abandonado numa cidade habitada maioritariamente por Gentios, deve ser consultado um rabino para saber se o bebé deve ser salvo.

24 Tratado *'Avodah Zarab*, p. 26.

25 Maimonides, *op. cit.*, 'Sabbath' 2, 12; *Shulban 'Arukh*, 'Orah Hayyim' 330. O último texto diz 'pagão' em vez de 'Gentio' mas alguns dos comentadores, tais como *Turey Zabay*, salientam que esta determinação aplica-se 'mesmo aos Ismaelitas', isto é, aos Muçulmanos, 'que não são idólatras'. Os Cristãos não são mencionados explicitamente neste assunto, mas a determinação deve ser-lhes aplicada *a fortiori*, uma vez que — como iremos ver abaixo — o Islão é encarado a uma luz mais favorável que o Cristianismo. Ver também as *responsa* de Hatam Sofer infracitado.

26 Estes dois exemplos, da Polónia e de França, são relatados pelo Rabino I. Z. Cahana (depois professor de Talmude na Universidade religiosa Basr-Ilan, Israel), 'Medicine in the Halachic post-Talmudic Literature', *Sinai*, volume 27, 1950, p. 221. Também relata o caso seguinte da Itália do século XIX. Até 1848, uma lei especial nos Estados Pontifícios proibia os médicos Judaicos de tratarem Gentios. A República Romana criada em 1848 aboliu essa lei juntamente com todas as outras leis discriminatórias dos Judeus. Mas em 1849 uma força expedicionária enviada pelo Presidente da França, Luís Napoleão (depois Imperador Napoleão III), derrotou a República e restaurou o Papa Pio IX, que em 1850 reviveu as leis anti-Judaicas. Os comandantes da guarnição Francesa, desgostados com esta reacção extrema, ignoraram a lei papal e contrataram alguns doutores Judaicos para tratar os soldados. Ao Rabino-Chefe de Roma, Moshe Hazan, que era um médico, foi perguntado se um discípulo dele, também um doutor, podia assumir um lugar num hospital militar Francês não obstante o risco de dessacralizar o sabbath. O rabino respondeu que se as condições de emprego mencionassem expressamente o trabalho no sabbath, ele devia recusá-lo. Caso

não o fizessem, podia aceitar o trabalho e empregar 'a grande esperteza dos Judeus tementes a Deus.' Por exemplo, podia repetir no domingo a receita dada na sexta-feira, simplesmente dizendo isso ao distribuidor. O artigo muito franco do Rabino Cahana, que contém muitos outros exemplos, é mencionado na bibliografia de um livro pelo antigo Rabino-Chefe da Grã-Bretanha, o Rabino Immanuel Jakobovits, *Jewish Medical Ethics*, Bloch, Nova Iorque, 1962; mas no próprio livro nada é dito sobre este assunto.

²⁷ *Hokhmat Shlomo* sobre o *Shulhan 'Arukh*, 'Orah Hayyim' 330, 2.

²⁸ Rabino Unterman, *Ha'aretz*, 4 de Abril de 1966. A única especificação que faz — depois de ter sido submetido a pressão contínua — é que *nos nossos tempos* qualquer recusa em prestar assistência médica a um Gentio podia causar tal hostilidade que poderia pôr em risco vidas Judaicas.

²⁹ Hatam Sofer, *Responsa* sobre o *Shulhan 'Arukh*, 'Yoreh De'ah' 131.

³⁰ *Op. cit.*, sobre o *Shulhan 'Arukh*, 'Hoshen Mishpat' 194.

³¹ Rabino B. Knoblovitz em *The Jewish Review* (Jornal do Partido Mizrachi na Grã-Bretanha), 8 de Junho de 1966.

³² Rabino Yisra'el Me'ir Kagan — melhor conhecido como o 'Hafetz Hayyim' — queixa-se no seu *Mishnah Berurah*, escrito na Polónia em 1907: 'E saibam que muitos doutores, mesmo os mais religiosos, não acatam seja o que for desta lei; pois trabalham ao sabbath e viajam vários parasangs para tratar um pagão, e moem medicamentos com as suas próprias mãos. E não existe nenhuma autoridade que lhes permita fazê-lo. Pois embora possamos achar permissível, por causa do medo de hostilidade, violar proibições impostas pelos sábios — e mesmo isto não é claro; todavia nas proibições impostas pela própria Torah é certamente proibido a qualquer Judeu fazê-lo, e esses que transgridem esta proibição violam totalmente o sabbath e possa Deus ter piedade pelos seus sacrilégios.' (Comentário do *Shulhan 'Arukh*, 'Orah Hayyim' 330.) O autor é geralmente considerado a maior autoridade rabínica da sua época.

³³ Avraham Steinberg Doutor em Medicina (org.), *Jewish Medical Law*, compilado do *Tzitz Eli'ezer* (*Responsa* do Rabino Eli'ezer Yehuda Waldenberg), traduzido por David B. Simons Doutor em Medicina, Gefen & Mossad Harav Kook, Jerusalém e Califórnia, 1980.

³⁴ *Op. cit.*, p. 39.

³⁵ *Ibid.*, p. 41.

³⁶ *Ibid.*, p. 41. A frase 'entre Judeu e Gentio' é um eufemismo. A autorização era designada para evitar *hostilidades de Gentios para com Judeus*, não ao contrário.

³⁷ *Ibid.*, p. 41-2; ênfase minha.

³⁸ Instituto Dr. Falk Schlesinger de Pesquisa Médica Halakhic no Hospital Sha'arey Tzedeq em Jerusalém. *Sefer Arya* (*O Livro do Médico*), Reuben Mass, Jerusalém, 1979.

³⁹ Por mim no *Ha'olam Hazzeh*, 30 de Maio de 1979 e por Shulamit Aloni, Membro do Knesset, no *Ha'aretz*, 17 de Junho de 1980.

⁴⁰ *Ezequiel*, 23:20.

⁴¹ Tratado *Berakhot*, p. 78a.

⁴² *Talmudic Encyclopedia*, 'Eshet Ish' ('Mulher Casada').

43 Êxodo, 20:17.

44 Gênesis, 2:24.

45 Maimonides, *op. cit.*, 'Proibições sobre Relações Sexuais', 12,10; *Talmudic Encyclopedia*, 'Goy'.

46 Maimonides, *op. cit.*, *ibid.*, 12, 1-3. A propósito, todas as mulheres Gentias são encaradas como *N.Sh.G.Z.* — acrónimo das palavras Hebraicas *niddab*, *shifhab*, *goyab*, *zonab* (impurificada das regras, escrava, Gentia, prostituta). Depois da conversão ao Judaísmo, deixa de ser *niddab*, *shifhab*, *goyab* mas ainda é considerada *zonab* (prostituta) para o resto da sua vida, simplesmente em virtude de ter nascido de mãe Gentia. Está numa categoria especial a mulher 'concebida não na santidade mas nascida na santidade', que tenha nascido de uma mulher convertida ao Judaísmo enquanto grávida. De forma a ter absoluta certeza de que não existem casamentos mistos, os rabinos insistem em que um par casado que se converta ao Judaísmo deve abster-se de ter relações maritais durante um período de três meses.

47 Caracteristicamente, uma excepção a esta generalização é feita em relação a Gentios detentores de empregos legais relacionados com transacções financeiras: notários, recebedores de dívidas, meirinhos e outros semelhantes. Nenhuma excepção semelhante é feita em relação a Gentios comuns e decentes, nem mesmo se forem amistosos para com Judeus.

48 Alguns rabinos muito antigos (século I d. C.) chamavam a esta lei 'bárbara' e na verdade devolviam artigos perdidos pertencentes a Gentios. Mesmo assim, a lei manteve-se.

49 *Levitico*, 25:14. Esta é uma tradução literal da frase Hebraica. A Versão do Rei Jaime apresenta-a como 'não se oprimirão um ao outro'; 'oprimir' é impreciso, mas 'um ao outro' é uma tradução correcta da frase bíblica 'cada homem é seu irmão'. Como indicado no Capítulo 3, a Halakhah interpreta tais palavras como dizendo respeito exclusivamente ao 'próximo' Judeu.

50 *Shulhan Arukh*, 'Hoshen Mishpat' 194.

51 Esta opinião é defendida por H. Bar-Droma, *Wezeb Gvul Ha'aretz (E Esta é a Fronteira da Terra)*, Jerusalém, 1958. Nos anos mais recentes este livro tem sido muito usado pelo exército Israelita para doutrinar os seus oficiais.

52 Maimonides, *op. cit.*, 'Idolatria' 10, 3-4.

53 Cf. nota 2.

54 Êxodo, 23:33.

55 Maimonides, *op. cit.*, 'Idolatria' 10, 6.

56 *Deuterónimo*, 20:16. Ver também os versos citados na nota 10.

57 *Números*, 31:12-20; ver em particular o verso 17: 'Portanto agora matai todos os machos entre os pequenos, e matai toda a mulher que tenha conhecido homem ao deitar-se com ele.'

58 Rabino Sha'ul Yisra'eli, 'Taqrít Qibbiya Le'or Hahalakhah' (o incidente de Qibbiya à luz do Halakhah'), em *Hattorah Wehammedinah*, volume 5, 1953/4.

59 Isto é seguido de uma bênção 'por não me ter feito escravo'. A seguir, o homem deve acrescentar uma bênção 'por não me ter feito mulher', e a mulher 'por fazer-me como Lhe apeteceu'.

⁶⁰ Na Europa Oriental até há uma época recente era um costume universal entre os Judeus cuspir para o chão nesta altura, numa expressão de desprezo. Todavia esta não era uma obrigação rigorosa e hoje o costume é observado apenas pelos mais piedosos.

⁶¹ A palavra Hebraica é *mesbummadim*, que na utilização rabínica refere-se aos Judeus que se tornaram 'idólatras', isto é ou pagãos ou Cristãos, mas não a convertidos Judaicos ao Islão.

⁶² A palavra Hebraica é *minim*, cujo significado exacto é 'descrentes na qualidade única de Deus'.

⁶³ Tratado *Berakhot*, p. 58b.

⁶⁴ De acordo com muitas autoridades rabínicas a regra original ainda é aplicável totalmente na Terra de Israel.

⁶⁵ Este hábito deu origem a muitos incidentes na história da Judiaria Europeia. Um dos mais famosos, cuja consequência ainda é visível hoje, ocorreu no século XIV em Praga. O rei Carlos IV da Boémia (que era também o Imperador do Sacro Império Romano Germânico) mandou erigir um crucifixo magnífico no meio de uma ponte de pedra que tinha construído e que ainda existe hoje. Foi-lhe então relatado que os Judeus de Praga tinham o hábito de cuspir no chão sempre que passavam perto do crucifixo. Sendo um famoso protector dos Judeus, não instituiu uma perseguição contra eles, mas condenou simplesmente a comunidade Judaica a pagar para que a palavra Hebraica *Adonay* (Senhor) fosse inscrita no crucifixo em letras de ouro. Esta palavra é um dos sete nomes mais sagrados de Deus, e nenhum sinal de desrespeito é permitido à sua frente. O cuspir no chão terminou. Outros incidentes associados ao mesmo hábito foram muito menos divertidos.

⁶⁶ Os versos mais usados habitualmente para este objectivo contêm palavras derivadas da raiz Hebraica *shaqetz* que significa 'abominar, detestar', como no *Deuterónimo*, 7:26: 'detestá-lo-ás completamente, e abominá-lo-ás totalmente; porque é uma coisa amaldiçoada.' Parece que o termo insultuoso *shaqetz*, usado para referir-se a todos os Gentios (Capítulo 2), teve origem neste hábito.

⁶⁷ *Talmude*, Tratado *Berakhot*, p. 21a, b; *Mishnah Berurah* sobre *Shalhan 'Arukh*, 'Orah Hayyim' 512. Outros comentários (*Magen Avraham*) também excluem os Caraítas.

⁶⁸ De acordo com a Halakhah, um escravo Gentio comprado por um Judeu devia ser convertido ao Judaísmo, mas não se torna por isso um Judeu.

⁶⁹ *Levítico*, 25:46.

⁷⁰ A forma Hebraica do nome Jesus — *Yeshu* — foi interpretada como um acrónimo para a praga 'possa o seu nome e memória serem apagados', que é usada como uma forma extrema de insulto. De facto, os Judeus Ortodoxos anti-Sionistas (como Neturey Qarta) referem-se a Herzl como 'Herzl Jesus' e encontrei em escritos religiosos Sionistas expressões como 'Nasser Jesus' e mais recentemente 'Arafat Jesus'.